

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

GIANLUCA FREITAS BEZERRA VILELA

**Educação e governo neoliberal:  
investimentos em capital humano sob a perspectiva foucaultiana**

NITERÓI  
2025

GIANLUCA FREITAS BEZERRA VILELA

**Educação e governo neoliberal:  
investimentos em capital humano sob a perspectiva foucaultiana**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Filosofia.

Prof.-Orientador: Profa. Dra. Tereza Cristina B. Calomeni

NITERÓI

2025

Ficha catalográfica

GIANLUCA FREITAS BEZERRA VILELA

**Educação e governo neoliberal:  
investimentos em capital humano sob a perspectiva foucaultiana**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Filosofia.

Prof.-Orientador: Profa. Dra. Tereza Cristina B. Calomeni

**BANCA EXAMINADORA**

Tereza Cristina B. Calomeni  
(Universidade Federal Fluminense) (Orientadora)

André Constantino Yazbek  
(Universidade Federal Fluminense) (Arguidor interno)

Haroldo de Resende  
(Universidade Federal de Uberlândia) (Arguidor externo)

Alexandre Filordi de Carvalho  
(Universidade Federal de Lavras) (Arguidor externo)

Celso Kraemer  
(Fundação Universidade Regional de Blumenau ) (Arguidor externo)

Ronney Muniz Rosa  
(Universidade Federal Fluminense) (Suplente)

Niterói  
2025

## **AGRADECIMENTOS**

A Tereza Calomeni, minha orientadora, pela honra de trabalhar ao seu lado desde o Mestrado. Pelas aulas inspiradoras na Graduação e na Pós-Graduação, por sua leitura dedicada e paciente do meu trabalho e, especialmente, pela compreensão da situação de quem trabalha e pesquisa (logo, trabalha duas vezes).

A André e Lélia, meus irmãos, que tanto amo e admiro intelectualmente.

A André Yazbek, meu professor da Graduação e Pós-Graduação, pela influência que exerceu sobre a minha formação acadêmica e por mais uma vez compor a banca de defesa.

A Haroldo de Resende, minha enorme gratidão pelas contribuições na banca de Mestrado e de Qualificação de Doutorado. A leitura de seus artigos me levou a me interessar ainda mais pelo tema da educação, universo em que me vejo inserido na prática docente diariamente.

A Alexandre Filordi de Carvalho e a Celso Kraemer, muitíssimo obrigado por aceitarem o convite para a defesa da Tese de Doutorado. É uma honra tê-los presente neste momento tão precioso da minha formação.

## **RESUMO**

O objetivo da Tese consiste em examinar a temática do neoliberalismo como prática de governo para pensar a sua relação com a educação e seus investimentos em capital humano. Para sua realização, partiremos das noções de “biopolítica” e “governo” em Michel Foucault, no sentido de destacar como contribuem para a discussão sobre (neo)liberalismo como arte de governar. Em seguida, acompanharemos as formulações de Foucault elaboradas em *Nascimento da biopolítica* sobre o liberalismo oitocentista e o ordoliberalismo alemão. Por fim, situaremos a teoria do capital humano no neoliberalismo estadunidense e, com base nas pesquisas econômicas de Theodore W. Schultz, abriremos espaço à análise sobre investimentos em seres humanos na esfera educacional e seus efeitos até a atualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Capital Humano; Neoliberalismo; Governo; Biopolítica.

## **ABSTRACT**

The aim of this thesis is to examine neoliberalism as a practice of government in order to explore its relationship with education and its investment in human capital. To this end, we begin with Michel Foucault's notions of "biopolitics" and "government," in order to highlight how they contribute to the discussion of (neo)liberalism as an art of governing. Next, we follow Foucault's formulations developed in *The Birth of Biopolitics* on nineteenth-century liberalism and German ordoliberalism. Finally, we situate the theory of human capital within American neoliberalism and, based on the economic research of Theodore W. Schultz, open space for an analysis of investments in human beings within the educational sphere and their effects up to the present day.

**KEYWORDS:** Education; Human Capital; Neoliberalism; Government; Biopolitics.

## RESUMÉ

L'objectif de cette thèse consiste à examiner la thématique du néolibéralisme en tant que pratique de gouvernement, afin de réfléchir à sa relation avec l'éducation et ses investissements dans le capital humain. Pour ce faire, nous partirons des notions de « biopolitique » et de « gouvernement » chez Michel Foucault, dans le but montrer comment elles contribuent à la discussion du (néo)libéralisme comme art de gouverner. Ensuite, nous suivrons les formulations de Foucault développées dans *Naissance de la biopolitique* concernant le libéralisme du XIX<sup>e</sup> siècle et l'ordolibéralisme allemand. Enfin, nous situerons la théorie du capital humain dans le néolibéralisme américain et, à partir des recherches économiques de Theodore W. Schultz, nous ouvrirons un espace d'analyse sur les investissements dans les êtres humains dans la sphère éducative et ses effets jusqu'à aujourd'hui.

MOTS-CLÉS: Éducation; Capital humain; Néolibéralisme; Gouvernement; Biopolitique.

## SUMÁRIO

Introdução .....	10
Capítulo I. Biopolítica e governo como pontos de partida para o estudo do (neo)liberalismo em Michel Foucault .....	21
1. Biopolítica e gestão da vida .....	24
2. Governo como condução de condutas .....	37
Capítulo II. Liberalismo clássico e neoliberalismo como práticas de governo .....	66
1. O liberalismo clássico .....	68
2. O ordoliberalismo alemão .....	80
Capítulo III. Neoliberalismo estadunidense, teoria do capital humano e investimentos educacionais .....	96
1 Foucault, capital humano e investimentos educacionais .....	97
2 Schultz e o investimento em capital humano a partir da educação e da pesquisa .....	108
Articulações finais .....	131
Referências bibliográficas .....	140

## INTRODUÇÃO

No interior da Filosofia, a atitude reclamada por Foucault ecoa como um apelo à tarefa de crítica permanente da atualidade e de construção permanente de si, da subjetividade. Criticar o presente é detectar limites a fim de que se possa projetar, praticamente, uma “transgressão possível”, o que exige uma crítica histórico-prática capaz de perceber os pontos passíveis de mudança, nunca final, sempre recomeçada. (CALOMENI, 2011, p. 165)

Em 1979, Michel Foucault ministra o curso *Nascimento da biopolítica*<sup>1</sup> no *Collège de France*, curso que oferece, ainda hoje, uma das interpretações filosóficas mais originais do neoliberalismo<sup>2</sup>. Nele, há uma espécie de continuidade da análise genealógica das *artes de governar* desenvolvida, em 1978, no curso *Segurança, território, população*, uma vez que explora as práticas governamentais do liberalismo clássico dos séculos XVIII e XIX e as dos neoliberalismos alemão e estadunidense do século XX.

É especificamente na análise do neoliberalismo da Escola de Chicago – constituída por economistas como Gary Becker e Theodore W. Schultz – que Foucault comenta, ainda que brevemente, a noção de *capital humano*, fundamental ao alcance do principal objeto de reflexão dessa tese: reunir referências para analisar a *educação em tempos neoliberais*<sup>3</sup>. Na aula de 14 de março de 1979<sup>4</sup>, Foucault destaca a teoria do capital humano como um dos principais instrumentos à atuação da racionalidade governamental do neoliberalismo estadunidense num campo da vida humana

---

<sup>1</sup> FOUCAULT, 2022.

<sup>2</sup> A noção de neoliberalismo como arte de governar tem influenciado diferentes pensadores contemporâneos como o sociólogo francês Christian Laval, a filósofa estadunidense Wendy Brown, o sociólogo italiano Maurizio Lazzaratto, o filósofo francês Grégoire Chamayou, a socióloga argentina Verónica Gago, o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, o psicanalista brasileiro Christian Dunker, dentre outros. Recomenda-se o importante livro organizado pelos filósofos brasileiros André Yazbek e Felipe Castelo Branco intitulado *Pensar o neoliberalismo: epistemologia, política, economia* como uma importante fonte de estudos tanto sobre a formação histórica do neoliberalismo como prática de governo como também sobre suas variadas expressões atuais. Cf. CASTELO BRANCO; YAZBEK, 2023.

<sup>3</sup> Organizador de diferentes eventos acadêmicos e livros sobre o pensamento foucaultiano, os estudos do pesquisador brasileiro Haroldo de Resende contribuem, de modo relevante, para a elaboração desta Tese de Doutorado. Para a relação entre neoliberalismo, capital humano e educação aqui abordada, é digna de nota a importância do livro *Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação*. Cf. RESENDE, 2018.

<sup>4</sup> FOUCAULT, 2022, p. 289-319.

desconsiderado pelas análises econômicas até então desenvolvidas: a formação educacional dos indivíduos. A título de exemplo do que diz Foucault, lembremos que Becker publicou o livro *Human capital*<sup>5</sup> em 1964, e Schultz lançou a obra *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*<sup>6</sup> em 1971 e que ambos enfatizaram a relação entre atividades econômicas e o campo da educação. Para esses economistas da Escola de Chicago, o investimento econômico privilegia uma análise minuciosa do comportamento humano e a educação pode desempenhar um papel fundamental na constituição de subjetividades consideradas *produtivas*.

Na teoria do capital humano, o trabalhador não é visto somente como um indivíduo que oferece sua força de trabalho em troca de salário, mas também como um “sujeito econômico ativo”<sup>7</sup>. No entanto, para Foucault, isso não é propriamente uma novidade do neoliberalismo estadunidense, visto que é uma retomada da noção liberal clássica de *homo oeconomicus*<sup>8</sup>. Uma das principais diferenças está no fato de o homem econômico dos séculos XVIII e XIX ser encarado principalmente como “homem de troca”<sup>9</sup> e pelo neoliberalismo da Escola de Chicago, como “empresário de si mesmo”<sup>10</sup>. Ser *empresário de si mesmo*, segundo autores como Becker e Schultz, é ser seu próprio capital, fonte de renda e produtor. Como capital humano, o empresário de si mesmo, composto por determinados elementos genéticos, deve ser investido de uma determinada educação:

Formar capital humano, formar portanto essas espécies de competência-máquina que vão produzir renda, ou melhor, que vão ser remuneradas por renda, quer dizer o quê? Quer dizer, é claro, fazer o que se chama de investimentos educacionais. Na verdade, não se esperaram os neoliberais para medir certos efeitos desses investimentos educacionais, quer se trate da instrução propriamente dita, que se trate da formação profissional etc. (FOUCAULT, 2022, p. 307)

Nessa combinação entre a constituição do comportamento por componentes genéticos e pela educação criam-se condições de se encontrarem recursos humanos considerados *raros*. Para os economistas da Escola de Chicago, a raridade de certos

---

<sup>5</sup> BECKER, 1993.

<sup>6</sup> SCHULTZ, 1973.

<sup>7</sup> FOUCAULT, 2022, p. 300.

<sup>8</sup> A noção de *homo oeconomicus* é tema das aulas dos dias 28 de março e 4 de abril de 1979, em *Nascimento da biopolítica*. Cf. FOUCAULT, 2022, p. 355-420.

<sup>9</sup> FOUCAULT, 2022, p. 302.

<sup>10</sup> FOUCAULT, 2022, p. 303.

recursos humanos deve ser levada em conta desde o momento em que um casal gera um filho ou uma filha que, ao longo da vida, será alvo de investimentos econômicos. Para que a criança, entendida como capital humano, tenha valor elevado, são necessárias condição social e renda suficientes para o investimento. Os investimentos educacionais importantes à constituição de um capital humano não se circunscrevem apenas pelas aprendizagens escolar e profissional, portanto, mas também pela formação familiar: o tempo que a mãe dedica aos filhos para cuidar deles apropriadamente, o estímulo que a bagagem cultural dos pais pode lhes proporcionar e os cuidados médicos que os pais devem aos filhos para a proteção da higiene e da saúde. Necessária, pois, a consideração do ambiente das crianças para se produzir o melhor capital humano possível:

(...) os neoliberais observam que, na verdade, o que se deve chamar de investimento educacional, em todo caso os elementos que entram na constituição de um capital humano, são muito mais amplos, muito mais números do que o simples aprendizado escolar ou que o simples aprendizado profissional. (...) Sabe-se perfeitamente que o número de horas que uma mãe de família passa ao lado do filho, quando ele ainda está no berço, vai ser importantíssimo (...) para a constituição de um capital humano, e que a criança será muito mais adaptável se, efetivamente, seus pais ou sua mãe lhe consagraram tantas horas do que se lhe consagram muito menos horas. Ou seja, o simples tempo de criação, o simples tempo de afeto consagrado pelos pais a seus filhos, deve poder ser analisado em termos de investimento capaz de constituir um capital humano. Tempo passado, cuidados proporcionados, o nível de cultura dos pais (...), o conjunto dos estímulos culturais: tudo isso vai constituir elementos capazes de formar um capital humano. (...) vai se chegar assim a toda uma análise ambiental (...) da vida da criança, que vai poder ser calculada (...) em termos de possibilidades de investimento em capital humano. (FOUCAULT, 2022, p. 307-308)

O debate sobre o capital humano<sup>11</sup> é fundamental para se compreender o crescimento econômico dos países ditos *desenvolvidos*, países em que há um investimento maior em recursos humanos. Países considerados *periféricos* não decolam na economia por conta da “insuficiência de investimentos do capital humano”<sup>12</sup>.

Os neoliberais da Escola de Chicago pensam, então, uma nova concepção de economia, que visa a um conjunto de comportamentos, e essa é, para Foucault, a grande originalidade da teoria do capital humano formulada por Becker e Schultz. Para esses economistas, não se trata apenas de mensurar os investimentos quantitativos em capital

---

<sup>11</sup> Determinados fenômenos sociais, como, por exemplo, a migração, também são elencados na interpretação foucaultiana do tema do capital humano. Na teoria da Escola de Chicago, o migrante é visto como um investidor, um empresário de si mesmo que investe sobre si visando a certos benefícios. O tema da migração será comentado com mais detalhes no terceiro Capítulo.

<sup>12</sup> FOUCAULT, 2022, p. 311.

físico ou a produção de bens materiais, mas principalmente de incrementar os investimentos qualitativos em seres humanos e, por consequência, seus rendimentos futuros. A teoria do capital humano influencia todos os domínios dos governos neoliberais, inclusive as *políticas educacionais*:

A partir dessa análise teórica e dessa análise histórica, é possível destacar portanto os princípios de uma política de crescimento que já não será simplesmente indexada ao problema do investimento material do capital físico, de um lado, e do número de trabalhadores, [de outro], mas uma política de crescimento que será centrada muito precisamente numa das coisas que o Ocidente, justamente, pode modificar com maior facilidade e que vai ser a modificação do nível e da forma do investimento em capital humano. É para esse lado, de fato, que se vê claramente que se orientam as políticas econômicas, mas também as políticas sociais, mas também as políticas culturais, as políticas educacionais, de todos os países desenvolvidos. (FOUCAULT, 2022, p. 311)

Ainda no curso *Nascimento da biopolítica*, na aula 21 de março de 1979, Foucault examina o neoliberalismo estadunidense. Com a teoria do capital humano em vista, ele afirma que a arte neoliberal de governar elaborada segundo a Escola de Chicago se caracteriza por uma *generalização* do modelo empresarial de mercado em todas as relações sociais. E isso se mostra patente quando até mesmo a infância é interpretada por representantes do neoliberalismo estadunidense através da ótica do capital humano, isto é, dos rendimentos futuros que as crianças obterão quando forem adultas, ou da *relação educacional entre mãe-filho*, como maneira de investir economicamente:

(...) a generalização da forma econômica do mercado no neoliberalismo americano, além das próprias trocas monetárias, funciona como princípio de inteligibilidade, princípio de decifração das relações sociais e dos comportamentos individuais. (...) Na análise que ele fazem do capital humano, (...) os neoliberais procuravam explicar, por exemplo, como a relação mãe-filho, caracterizada concretamente pelo tempo que a mãe passa com o filho, pela qualidade dos cuidados que ela lhe dedica, pelo afeto de que ela dá prova, pela vigilância com que acompanha seu desenvolvimento, sua educação, seus progressos, não apenas escolares, mas físicos, pela maneira como não só ela o alimenta, mas como ela estiliza a alimentação e a relação alimentar que tem com ele – tudo isso constitui, para os neoliberais, um investimento, um investimento mensurável em tempo, um investimento que vai constituir o quê? Capital humano, o capital humano da criança, capital esse que produzirá renda. Essa renda será o quê? O salário da criança quando ela se tornar adulta. E, para a mãe, que investiu, qual renda? Bem, dizem os neoliberais, uma renda psíquica. (...) Pode-se portanto analisar em termos de investimento, de custo de capital, de benefício do capital investido, de benefício econômico e de benefício psicológico, toda essa relação que podemos [chamar] (...) de relação formativa ou relação educacional, no sentido bem amplo do termo, entre mãe e filho. (FOUCAULT, 2022, p. 326-327)

Além do papel formativo da figura materna no investimento educacional do capital

dos filhos, os neoliberais estadunidenses chamam a atenção também para o papel da família na transmissão de um *capital humano elevado*. Para uma família de classe social abastada, melhor dizendo, uma minoria privilegiada, é imprescindível que a transmissão do capital humano dos pais para os filhos no ambiente doméstico em forma de *cuidados educacionais* – ao mesmo tempo semelhante e diferente da noção clássica de herança – seja tão valorizada quanto aquela que receberam em sua educação:

São também e sempre fatores econômicos que agem aqui, na medida em que pessoas que têm renda elevada são pessoas que detêm, como prova o caráter elevado dos seus rendimentos, um capital humano elevado. O problema, para eles, é transmitir aos filhos não tanto uma herança no sentido clássico do termo, quanto este outro elemento que também liga as gerações umas às outras, mas de modo bem diferente da herança tradicional: a transmissão do capital humano. Transmissão e formação do capital humano que implicam, por conseguinte, como se viu, tempo de parte dos pais, cuidados educacionais etc. (FOUCAULT, 2022, p. 327)

Para observar a construção teórica do capital humano no neoliberalismo estadunidense, para além das investigações foucaultianas, pode-se ver, por exemplo, o caso de Schultz em sua obra já citada, *O capital humano*. Neste livro, o argumento central é que os ganhos econômicos de países desenvolvidos como Estados Unidos, Alemanha e Japão após a 2<sup>a</sup> Guerra Mundial se caracterizaram por “investimentos feitos no homem”<sup>13</sup>. Explicar o crescimento econômico desses países foge da compreensão do conceito tradicional de capital apenas como um *bem físico* e precisa levar em conta os “seres humanos como uma espécie de capital”<sup>14</sup>.

Dentre os diferentes investimentos em seres humanos – no campo da informação econômica, da migração, da saúde, etc. –, os mais importantes para o sucesso econômico são aqueles efetuados nos campos da *educação formal* e da *pesquisa especializada*. Schultz enfatiza que esses investimentos educacionais em capital humano começam já na primeira infância com o cuidado familiar e perduram no decorrer da educação do indivíduo<sup>15</sup>, de modo que há um *capital configurado na criança* e ele aparece como

---

<sup>13</sup> SCHULTZ, 1973, p. 7.

<sup>14</sup> SCHULTZ, 1973, p. 7.

<sup>15</sup> Schultz deixa claro que a sua obra é direcionada para uma maior conscientização da sua teoria do capital humano sobretudo para não-economistas e pessoas ligadas tanto à educação formal quanto à pesquisa especializada: “A maior parte do livro atém-se ao investimento no campo da educação formal; minha esperança é que seja inteligível aos que tomam decisões em tais espécies de investimentos, sejam estudantes, pais de estudantes, professores, dirigentes acadêmicos ou repartições públicas. Similarmente, o tratamento das destinações de recursos para a pesquisa está orientado em direção aos pesquisadores e aos realizadores de pesquisas em nível de direção, tanto quanto em direção aos economistas”. Cf. SCHULTZ,

elemento fundamental na biopolítica e na governamentalidade neoliberal:

Uma classe particular de capital humano, consistente do “capital configurado na criança” pode ser a chave de uma teoria econômica da população. A formação do “capital configurado na criança” pelo lar, pelo marido e pela mulher começaria com a criação dos filhos e prosseguiria ao longo de toda a sua educação por todo o período da infância. (SCHULTZ, 1973, p. 9)

Para melhor entendimento da interpretação foucaultiana da teoria do capital humano, consideramos interessante lembrar, ainda que brevemente, alguns dos principais traços da genealogia do poder realizada ao longo da década de 1970, uma vez que as pesquisas de Foucault sobre o neoliberalismo estadunidense se constituem como um dos desdobramentos dessas investigações genealógicas. Assim, em linhas muito gerais, lembremos, desde já, como Foucault chega à análise da arte neoliberal de governar e, por conseguinte, da teoria do capital humano.

\*

A partir do livro de 1975, intitulado *Vigiar e punir: nascimento da prisão*<sup>16</sup>, Foucault se dedica à análise da constituição histórica dos mecanismos de poder para compreender os seus modos de funcionamento na modernidade. Ao invés de se perguntar sobre “o Poder”, como se este fosse uma substância universal ou algo dotado de uma essência imutável, a pesquisa genealógica investiga a operacionalidade das “relações de poder”, visto que poder, para Foucault, existe como relação, isto é, para ele, há múltiplas relações de poder espalhadas nas mais diversas camadas da sociedade.

Afastado de concepções tradicionais da filosofia e da ciência política que veem o Estado como centro do poder e frequentemente aproximam poder e repressão, poder e ideologia, poder e violência, Foucault desenvolve uma analítica para investigar como o poder funciona em lugares que não o Estado. A compreensão foucaultiana das relações de poder não é baseada na noção “negativa” de repressão, uma vez que aquilo que melhor caracteriza o poder – aquele por ele analisado, o “poder disciplinar” – não é o seu efeito de “barrar”, “proibir”, “excluir”, etc. Em Foucault, as relações de poder possuem um efeito “positivo”: a partir delas são produzidos regimes de verdade,

---

1973, p. 9.

<sup>16</sup> FOUCAULT, 2014.

saberes, desejos, comportamentos, normas, sujeitos, subjetividades. Cabe lembrar, sujeito aqui não é um dado natural, anterior às relações de poder, e sim um dos seus principais efeitos. A constituição do sujeito a partir de relações de poder aparece nitidamente quando Foucault investiga, em *Vigiar e punir*, a genealogia de uma tecnologia específica de poder, a “disciplina” ou “poder disciplinar”. Trata-se de uma técnica discreta, econômica e eficaz em comparação aos mecanismos do poder soberano, técnica de poder formada no período do absolutismo dos séculos XVII e XVIII. Aplicada ao corpo do indivíduo, sem necessariamente destruí-lo, a disciplina está presente em na sociedade de modo difuso, mas também em diferentes instituições modernas, como a escola, o hospital, o quartel, a fábrica, etc. Por meio dos instrumentos de vigilância, de normalização e de exames contínuos, a disciplina adestra e molda corpos individuais, formando indivíduos dóceis e úteis e, assim, produz sujeitos economicamente produtivos e politicamente obedientes, e saberes sobre eles.<sup>17</sup>

A partir de 1976, com o curso intitulado *Em defesa da sociedade*<sup>18</sup> e o primeiro volume de *História da sexualidade*<sup>19</sup>, *A vontade de saber*<sup>20</sup>, a genealogia do poder se debruça sobre mais um dispositivo moderno de poder, diferente e, por meio do funcionamento da norma, complementar à disciplina: a *biopolítica*, objeto do primeiro capítulo dessa tese. Como veremos, enquanto o poder disciplinar alcança o corpo individual, os mecanismos reguladores da biopolítica atuam na vida biológica da população. As técnicas biopolíticas, a princípio, visam à majoração das forças vitais populacionais por meio de campanhas de saúde, tratamento de água e esgoto, controle das taxas de natalidade e de mortalidade, etc.

Ainda em 1976, antes da publicação de *A vontade de saber*, especialmente no curso *Em defesa da sociedade*, Foucault pensa as relações de poder através do modelo da guerra travada no seio da sociedade civil, a partir de um estudo genealógico sobre as lutas de raças. Entendendo a política como guerra continuada por outros meios, o perigo biológico para a vida populacional, diz ele, não se encontra fora da sociedade. Existiriam

---

<sup>17</sup> É preciso lembrar que, para Foucault, existem relações de poder quando há “resistências”. Assim, há, ao mesmo tempo, sujeitos obedientes ao funcionamento dos mecanismos de poder e sujeitos insurgentes em relação a seus efeitos.

<sup>18</sup> FOUCAULT, 2010.

<sup>19</sup> *História da sexualidade* é dividida em quatro volumes: *A vontade de saber*, *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si* (estes, publicados em 1984) e *As confissões da carne* (este, publicado postumamente, em 2018).

<sup>20</sup> FOUCAULT, 2015.

determinadas raças “degeneradas” – vagabundos, viciados, delinquentes, doentes e outros grupos indesejáveis – que comprometem a saúde de toda a população e que precisariam ser expostas à morte. Para Foucault, há no biopoder um paradoxo: a existência do discurso do racismo de Estado é simultânea ao imperativo da majoração da vida populacional.

Em *Segurança, território, população*, Foucault dá continuidade à análise dos dispositivos securitários do biopoder, mas compreendendo o funcionamento das relações de poder de um modo diferente, não mais a partir do modelo da guerra presente no curso de 1976. A partir desse curso dado no *Collège de France* em 1978, comprehende a atividade das relações de poder por meio do modelo do *governo*, das *artes de governar* ou da *governamentalidade*. Entendendo a noção de governo como *condução de condutas*, desenvolve pesquisas sobre as rationalidades políticas utilizadas para governar os outros e sobre as práticas ético-políticas de governar a si mesmo, estas que Foucault, na época, chama de *contracondutas*. Em *Segurança, território, população*, a partir da compreensão do poder como governo, Foucault se dedica a fazer a genealogia das práticas governamentais dos seres humanos, partindo de um modelo pré-moderno: o “poder pastoral”. Nos primeiros séculos do Cristianismo, as técnicas pastorais são utilizadas para conduzir os fiéis, individual e coletivamente, ao caminho da salvação. Com a instituição do Estado moderno no século XVI, esse modelo religioso de governo das almas influencia a formação de um modelo político de governo dos homens: a “razão de Estado”. Com essa rationalidade governamental, irrompem estratégias particulares de condução das condutas visando ao crescimento das forças estatais.

No curso ministrado no *Collège de France* em 1979, *Nascimento da biopolítica*, Foucault acompanha detalhadamente, por meio das pesquisas genealógicas sobre as artes de governar, o aparecimento de uma nova razão governamental a partir do século XVIII: o *liberalismo*, tema de *Liberalismo clássico e neoliberalismo como prática de governo*, segundo Capítulo da tese. Para além de uma doutrina econômica ou uma ideologia política, a governamentalidade liberal conduz a conduta populacional e intervém cada vez menos na economia de mercado. Trata-se de uma rationalidade governamental que produz condições tanto para a liberdade econômica quanto para a liberdade individual. Contudo, a partir do século XX, a produção dessas liberdades no Estado de bem-estar social gera um custo muito alto para o pleno funcionamento da

economia capitalista. Por isto, surgem debates no meio teórico do liberalismo da época e se destacam os liberais alemães da Escola de Friburgo, fundadores do chamado *ordoliberalismo*. Após a Segunda Guerra Mundial, os ordoliberais colocam em prática uma forma específica de governo que rompe, em certa medida, com o liberalismo clássico e constituem uma nova racionalidade governamental: a *arte neoliberal de governar*. Ao invés de reduzir a intervenção do Estado na economia, tal como pregavam os fisiocratas oitocentistas, os ordoliberais fundam a soberania política do Estado alemão no pós-guerra a partir do intervencionismo em prol da constituição de uma sociedade empresarial de mercado.

Além do ordoliberalismo, Foucault acompanha o desenvolvimento do *neoliberalismo ianque*, assunto de *Neoliberalismo estadunidense, teoria do capital humano e investimentos educacionais*, terceiro Capítulo. A corrente neoliberal da Escola de Chicago é retratada com base na influência da noção liberal de *homo oeconomicus* e da teoria do capital humano presente no pensamento neoliberal de Gary Becker e, nesta tese, principalmente a partir do livro *O capital humano* de Theodore W. Schultz, que defendem a importância dos investimentos educacionais – tanto em educação formal quanto em pesquisa especializada – como fontes de rendimentos em capital humano.

\*

A Tese *Arte neoliberal de governar, teoria do capital humano e investimentos educacionais* é dividida em três capítulos:

O primeiro, *Biopolítica e governo como pontos de partida para o estudo do (neo)liberalismo em Michel Foucault*, remonta mais detalhadamente às pesquisas genealógicas de Foucault sobre os mecanismos biopolíticos de poder, brevemente aludidas acima, a começar de 1976. A partir do curso *Em defesa da sociedade* e do livro *A vontade de saber*, é salientada a perspectiva da biopolítica no campo histórico das lutas de raças. Por meio dela, é retomada a diferença existente entre biopolítica e soberania no que diz respeito ao tratamento da vida biológica da população, assim como uma certa continuidade da função de matar legitimada através do racismo de Estado. Em relação ao funcionamento dos mecanismos modernos de poder nas sociedades liberais, o que se verifica é que a biopolítica possui um funcionamento diverso em

comparação ao poder disciplinar, mas que ambas se complementam por meio da norma. Mediante os estudos do curso *Segurança, território, população*, é possível ver como a biopolítica passa da ótica da guerra e da luta entre raças para a perspectiva das artes de governar. Com a compreensão do governo como condução de condutas, veremos de perto a genealogia da governamentalidade desde os primeiros séculos do Cristianismo com o poder pastoral, passando pelo século XVI com a formação da razão Estado até a sua crise em meados do século XVIII com a emergência do liberalismo clássico.

O segundo capítulo *Liberalismo clássico e neoliberalismo como práticas de governo* indica, por meio de estudos sobre o curso *Nascimento da biopolítica*, o entendimento do liberalismo e do neoliberalismo como artes de governar. Os desdobramentos das pesquisas sobre a biopolítica e os dispositivos de segurança levam Foucault a considerá-los possíveis graças à governamentalidade liberal. Levando em conta a relação entre biopolítica e (neo)liberalismo, serão vistas as principais características do liberalismo oitocentista e como, principalmente na primeira metade do século XX, essa racionalidade econômica de governar entra em crise junto com a ascensão de práticas intervencionistas de governo, como o socialismo, o nazifascismo e o keynesianismo. No momento dessa crise, certos economistas intitulados *neoliberais* – Ludwig von Mises, Milton Friedman, Friedrich von Hayek e outros – propõem não apenas uma reformulação dos princípios econômicos do liberalismo, mas uma nova governamentalidade que perdura até a atualidade: o neoliberalismo. Na interpretação foucaultiana, há duas vertentes consideradas principais: o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo estadunidense. No caso da Alemanha do pós-guerra, os ordoliberais – que influenciaram diferentes experimentos neoliberais no Ocidente na segunda metade do século XX – propõem não mais um governo mínimo em relação à economia, como faziam os fisiocratas do século XVIII, e sim a legitimidade de um Estado que governa em prol da sociedade de mercado e segundo o modelo empresarial.

No terceiro Capítulo, *Neoliberalismo estadunidense, teoria do capital humano e investimentos educacionais*, serão analisadas as características do neoliberalismo da Escola de Chicago, sobretudo no que diz respeito à teoria do capital humano e suas interferências em campos até então não privilegiados pela economia, como a educação. Para isso, será analisada a diferença do neoliberalismo estadunidense em relação ao ordoliberalismo alemão, visto que aquele deve muito ao papel privilegiado do

liberalismo na constituição da política dos Estados Unidos enquanto que, na Alemanha, o pensamento liberal não possui uma tradição tão forte. Uma das principais expressões do pensamento estadunidense, que remonta ao conceito liberal clássico de *homo oeconomicus*, é a teoria do capital humano. Todavia, como foi dito anteriormente, o capital humano não entende o *homo oeconomicus* em conformidade com um parceiro de troca como era no liberalismo clássico, mas como um empresário de si mesmo, um indivíduo dotado de um capital inerente ao seu próprio ser. No Capítulo, serão priorizadas as análises econômicas neoliberais de Theodore W. Schultz em sua obra *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa* como uma forma de apresentar a importância dos investimentos educacionais desde a infância para o aumento dos rendimentos em capital humano e para o crescimento econômico das nações. Por fim, a tese aponta para um campo de possíveis problematizações a respeito da presença da governamentalidade neoliberal no interior do campo da educação nos dias de hoje, especialmente no que tange o ensino público e esboça reflexões sobre a possibilidade de uma educação para além da lógica dos investimentos educacionais em capital humano.

\*

Para a elaboração desta tese, alguns questionamentos serviram de pano de fundo: o que significa dizer que o (neo)liberalismo é condição de possibilidade histórica para a constituição da biopolítica? O que implica a compreensão do (neo)liberalismo como arte de governar? Quais são as principais aproximações e diferenças entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo? E com relação ao campo estrito do neoliberalismo, quais são os pontos de contato e de separação entre os ordoliberais alemães e os neoliberais estadunidenses? Como a teoria do capital humano formulada pelo neoliberalismo da Escola de Chicago influencia na constituição da subjetividade contemporânea? Quais são as consequências na política atual da relação entre capital humanos e investimentos educacionais? Como a perspectiva neoliberal da criança dotada de capital afeta a vida tanto da sociedade como um todo quanto dos indivíduos particulares? Quais são os efeitos da governamentalidade neoliberal através da teoria do capital humano na educação atual, especialmente no ensino público? Existem formas possíveis de enfrentamento no campo da educação contra a generalização do modelo empresarial nas relações sociais?

## CAPÍTULO I

### BIOPOLÍTICA E GOVERNO COMO PONTOS DE PARTIDA PARA O ESTUDO DO (NEO)LIBERALISMO EM MICHEL FOUCAULT

As indagações, tão caras a Foucault, “o que é esse ‘agora em que nos situamos?’”, “que é que se passa hoje?”, “quem somos nós?”, “qual é o campo atual das experiências possíveis?”, “por que não se pode pensar diferente do que se pensa, fazer diferente do que se faz?” ainda ecoam, persistentes e persuasivas, como a nos sugerir a necessidade imperiosa de atenção máxima à nossa responsabilidade ético-política frente ao presente, responsabilidade que podemos expressar, inclusive, na ousadia da acusação e da recusa de diferentes formas de controle da subjetividade e de governo da vida e na coragem de inventar, permanentemente, novos modos de pensamento e de ação. (CALOMENI, 2018, p. 216)

Até os dias atuais, o conceito de biopolítica é um dos mais importantes para as análises e os estudos sobre os acontecimentos políticos. Como afirma a professora Tereza Calomeni em seu artigo intitulado “O ronco surdo da batalha: poder disciplinar e biopolítica” – de grande importância para as considerações sobre o conceito de biopolítica presentes neste primeiro Capítulo –, grandes autores da política contemporânea, como Giorgio Agamben, Michael Hardt, Antonio Negri, Roberto Esposito e Achille Mbembe<sup>21</sup>, fizeram diferentes usos do conceito criado por Michel Foucault para uma interpretação crítica dos acontecimentos do tempo presente.

A partir de 1976, com as aulas do curso *Em defesa da sociedade* e a publicação do primeiro volume de *História da sexualidade* intitulado *A vontade de saber*, Foucault desenvolve as análises sobre essa técnica específica de poder: a biopolítica. Através dessa nova técnica de poder forjada em meados do século XVIII, a preocupação com a vida biológica se torna cada vez mais um problema político na sociedade ocidental. Para descrever o funcionamento dos mecanismos biopolíticos, Foucault apresenta as

<sup>21</sup> Em relação ao uso e à crítica da noção de biopolítica em Foucault feita por Mbembe, há o artigo de André Constantino Yazbek intitulado “Da relação entre poder soberano e biopoder em Michel Foucault e a hipótese de uma ‘violência colonial’ a partir de Achille Mbembe”. Cf. YAZBEK, 2021, p. 44-63; CALOMENI, 2018, p. 217.

mudanças realizadas em relação ao poder soberano no que diz respeito à administração da vida das pessoas. Enquanto o soberano detém a vida dos seus súditos e pode poupá-la ou retirá-la, nas sociedades liberais biopolíticas, são fundamentais ao capitalismo a manutenção e o fortalecimento da vida da população através da regulação de fenômenos como taxas de natalidade e morbidade, doenças contagiosas, problemas de habitação e de migração. Todas as intervenções da biopolítica possuem, a princípio, a finalidade de proteger a população de diversas ameaças à sua própria existência como conjunto humano.

Foucault realça que, apesar de diferente da disciplina, modo de tecnologia moderna de poder que alcança o corpo dos indivíduos, a biopolítica, à maneira de uma técnica de gestão da vida populacional, é seu complemento nas sociedades contemporâneas. Essa articulação entre disciplina e biopolítica pode ser observada em *A vontade de saber*, em que Foucault considera que o dispositivo de sexualidade<sup>22</sup> – uma produção moderna das relações de poder e saber – convoca tanto o poder sobre corpos individuais quanto o poder sobre a população<sup>23</sup>. Essa articulação entre o mecanismo disciplinar e o mecanismo biopolítico de poder se dá através da norma e, consequentemente, com a constituição de sociedade da normalização<sup>24</sup>. Por meio da norma, a biopolítica corporifica ações de defesa da população de elementos considerados “indesejáveis”: os doentes, os etnicamente impuros, os improdutivos, etc.

---

<sup>22</sup> A respeito da articulação entre disciplina e biopolítica por meio do dispositivo de sexualidade, Tereza Calomeni alega: “A estreita ligação entre *disciplinas* e *biopolítica*, impulsionada por ‘agenciamentos concretos’ e não por um ‘discurso especulativo’, pode ser evidenciada pelo ‘dispositivo de sexualidade’: em *A vontade de saber*, ao se distanciar explicitamente da hipótese repressiva, Foucault admite que o sexo e, neste caso, a vida são objetos desse tipo de poder que não quer, primeiramente, disciplinar e adestrar os indivíduos, mas gerir e normalizar a vida do ‘homem-espécie’, mediante a observação de fenômenos diretamente relacionados à população – taxas de natalidade e de mortalidade, longevidade, condições sanitárias etc.”. Cf. CALOMENI, 2018, p. 229.

<sup>23</sup> Além do dispositivo de sexualidade, Haroldo de Resende justifica em seu artigo intitulado “Disciplina e regulamentação: entrecruzamentos entre sistema carcerário e biopolítica”, que o conceito de “sistema carcerário” – trabalhado mais detalhadamente no livro *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, publicado em 1975, também é um importante ponto de articulação entre a disciplina e a biopolítica: “A perspectiva deste texto é explorar, em alguns aspectos, relações desse conceito de *sistema carcerário* com o de *biopolítica*, a partir de análises feitas por Foucault sobre a dispersão de técnicas disciplinares, típicas do mesmo sistema prisional, por toda a sociedade, fazendo funcionar uma rede de vigilância, controle e punição que atinge os indivíduos. Busca-se estabelecer o entrecruzamento desses dois conceitos, compreendendo o indivíduo, alvo do poder disciplinar, como elemento constituinte de populações, alvo da biopolítica”. Cf. RESENDE, 2011, p. 77-78.

<sup>24</sup> Sobre a norma como ponto de acoplamento entre disciplina e biopolítica, Calomeni afirma: “Deste ponto de vista, o poder moderno é exercido no domínio da norma; a sociedade capitalista é essencialmente, uma sociedade de vigilância e de normalização: tanto as disciplinas quanto a biopolítica normalizam multiplicidades”. Cf. CALOMENI, 2018, p. 232.

Com a função de neutralizar esses elementos considerados “perigosos” para a existência de toda a sociedade civil, ao invés de somente proteger a vida da população, a biopolítica tem o poder de assassinar em prol da saúde populacional por intervenção do racismo de Estado.

Em 1978, Foucault ministra o curso *Segurança, território, população* e mantém as suas investigações sobre a biopolítica. No entanto, suas pesquisas são desenvolvidas agora através de uma outra ótica: não mais o exame das relações de poder pelo paradigma da guerra, como no curso de 1976, mas a partir do vínculo entre dispositivos de segurança e “governo” entendido como condução de condutas. Gradualmente, a questão do governo – também vista como “arte de governar” ou como “governamentalidade” – se torna um importante tópico no pensamento foucaultiano não apenas no âmbito da política (“governo dos outros”), mas também no da ética (“governo de si”), detalhada na década de 1980 por intermédio de uma série de estudos sobre a autoconstituição da subjetividade a partir de diversas referências da cultura antiga greco-romana e cristã<sup>25</sup>.

No que diz respeito ao governo na sua acepção política, Foucault realiza um empreendimento genealógico que remonta à Antiguidade judaico-cristã – contexto histórico de formação do poder pastoral – e vai até o seu tempo presente – segunda metade do século XX – com as análises sobre o neoliberalismo alemão e o neoliberalismo estadunidense no curso do ano seguinte, *Nascimento da biopolítica*. Apesar de o poder pastoral não ser um tipo de governo propriamente político e moderno, o interesse de Foucault pelo pastorado indica o pano de fundo histórico para a formação das atuais formas de governo dos seres humanos. No início do período moderno, com as diversas críticas e os diversos movimentos que Foucault chama de “contracondutas”, o pastorado, na qualidade de governo das almas, foi se incorporando ao campo da política e, mais precisamente, das estratégias e táticas de governo racional do Estado.

A contar dos séculos XVI e XVII, institui-se a teoria da razão de Estado como técnica de governo que consiste em dois grandes conjuntos tecnológicos, segundo Foucault: o dispositivo diplomático-militar e a polícia como técnica de gestão interna

---

<sup>25</sup> Sobre as acepções ética e política da noção de governo, Yazbek argumenta: “(...) a noção do ‘governo’, ao longo destes desenvolvimentos, poderia ser caracterizada, em sentido amplo, segundo uma dupla implicação: 1) a primeira delas, a implicação política, significa que governar é a capacidade de estruturar o campo de ação eventual de outrem; 2) a segunda, cuja implicação é propriamente ética, vincula-se à noção grega de ‘enkratia’ e refere-se ao âmbito ‘domínio de si’”. Cf. YAZBEK, 2021, p. 48

do Estado. Todavia, no século XVIII, emerge uma série de críticas à razão de Estado e à sua prática de governo especialmente no campo da economia política. Entra em cena uma nova governamentalidade que não acolhe mais a “artificialidade” do Estado tanto como princípio quanto como finalidade da prática de governo. Com o discurso fisiocrático do “naturalismo” da economia de mercado, o Estado é cada vez mais limitado para o exercício do livre mercado por meio de uma rationalidade governamental chamada de liberalismo clássico, importante objeto de estudo no curso *Nascimento da biopolítica*.

Para este primeiro Capítulo, colocam-se algumas perguntas: qual é a diferença entre poder soberano e biopolítica? Até onde eles se complementam? Quais são as diferenças entre disciplina e biopolítica? Como os dispositivos disciplinares e biopolíticos atuam conjuntamente por intermédio da norma? Como a temática da biopolítica encaminha as reflexões de Foucault sobre a noção de governo? Como é organizada a história da governamentalidade? Através de qual forma se deu a passagem do pastorado cristão para a razão de Estado como governo político dos seres humanos? Quais são as principais características da razão de Estado? E como se deu a passagem do Estado de polícia para a razão de Estado mínimo do liberalismo clássico? O que significa dizer que o liberalismo é o pano de fundo histórico da biopolítica? O que é o liberalismo como técnica de governo?

## 1. Biopolítica e gestão da vida

O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão. (FOUCAULT, 2015, p. 154-155)

Em 1976, ano seguinte à publicação de *Vigiar e punir: nascimento da prisão*<sup>26</sup>, livro que apresenta ao público uma análise minuciosa das técnicas disciplinares de poder desenvolvidas entre os séculos XVII e XVIII, Foucault ministra o curso *Em defesa da*

---

<sup>26</sup> FOUCAULT, 2014.

*sociedade*<sup>27</sup> e publica *A vontade de saber*<sup>28</sup>, primeiro volume de *História da sexualidade*<sup>29</sup>, onde aparecem as suas formulações sobre a biopolítica e o biopoder<sup>30</sup>. Nesses estudos genealógicos, Foucault explora duas técnicas de poder sobre a vida, técnicas que fazem um contraponto ao poder do período absolutista (séculos XVI e XVII). Primeiro, a disciplina, técnica de poder que visa a atingir o corpo individual – o “corpo-máquina” – para a vigilância, o treinamento e o controle contínuo de individualidades; em seguida – entre os séculos XVIII e XIX – a biopolítica, uma técnica de poder que se dirige a uma “massa” ou um “corpo-espécie”, isto é, à multiplicidade de humanos expressa numa forma global e generalizadora: a espécie humana. No curso e no livro citados acima, Foucault frisa que as relações de poder nas sociedades industriais não funcionam apenas através da disciplina (“anatomopolítica”), mas também por meio da “biopolítica”. Em conjunto, a disciplina e a biopolítica configuram o que Foucault chama de biopoder<sup>31</sup>:

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais, que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos polos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma biopolítica da população*. (FOUCAULT, 2015, p. 149-

<sup>27</sup> FOUCAULT, 2010.

<sup>28</sup> FOUCAULT, 2015.

<sup>29</sup> Ao todo, a *História da sexualidade* possui 4 volumes: o já citado *A vontade de saber*, *O uso dos prazeres*, *O cuidado de si* e *As confissões da carne*. *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si* foram publicados em 1984 e as *As confissões da carne* foi publicada postumamente. Estes três últimos volumes abordam um período histórico bastante diferente do primeiro volume: se em *A vontade de saber* o contexto analisado é a Modernidade, nos três últimos volumes aparecem estudos sobre a Antiguidade greco-latina e cristã.

<sup>30</sup> CALOMENI, 2018, p. 217.

<sup>31</sup> Para uma diferenciação dos conceitos de biopoder e de biopolítica, Yazbek afirma: “Nestes termos, a noção de biopolítica visa a identificar toda a política que tenha na vida da população a superfície de inscrição de suas formas de exercício de poder, quer dizer, que tenha na própria politização do fato biológico massivo seu objeto específico de gestão; de outra parte, o biopoder pode ser caracterizado pela gestão da vida em geral e de tudo aquilo que se relaciona com a existência biológica de uma multiplicidade aberta de indivíduos (compreendida como espécime pertencente a um conjunto de seres viventes)”. Cf. YAZBEK, 2021, p. 45.

Depois da anatomopolítica do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anatomopolítica do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana. (FOUCAULT, 2010, p. 204)

No curso, a noção de biopolítica aparece na sua última aula (17 de março de 1976)<sup>32</sup> e, mais tarde, no capítulo “Direito de morte e poder sobre a vida”<sup>33</sup> do primeiro volume de *História da sexualidade*. Antes mesmo dessas referências, a concepção de biopolítica surge em poucas palavras na conferência *O nascimento da medicina social*<sup>34</sup>, ministrada por Foucault no Instituto de Medicina Social da UERJ em 1974 e publicada posteriormente na edição brasileira de *Microfísica do poder*, organizada por Roberto Machado<sup>35</sup>. Nela, lembra Calomeni, encontramos a seguinte passagem:

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política. (FOUCAULT, 1979, p. 80)

Em termos propriamente foucaultianos, portanto, o corpo é, ele próprio, uma realidade biopolítica, isto é: o produto do biopoder e de formas de saber que, na medida em que se lhe são coetâneas, criam um campo objetivo para sua apreensão. (YAZBEK, 2021, p. 45-46)

Na conferência citada acima<sup>36</sup>, Foucault elabora os primeiros esboços do conceito de biopolítica que aparecem mais claros a partir de 1976, em *A vontade de saber* e em cursos do final da década de 1970 dados no *Collège de France*. Nessa elaboração, estão presentes, por exemplo, a compreensão das relações de poder, entendido como guerra permanente por outros meios – contra um inimigo interno e não mais externo, como na soberania –, e o problema do racismo de Estado originado da pesquisa genealógica sobre as lutas das raças presente no curso *Em defesa da sociedade*. A contar do momento da conferência de 1974 na UERJ, muitas articulações serão feitas

<sup>32</sup> FOUCAULT, 2010, p. 201-222.

<sup>33</sup> FOUCAULT, 2015, p. 145-175.

<sup>34</sup> FOUCAULT, 1979, p. 99-111.

<sup>35</sup> CALOMENI, 2018, p. 217-218.

<sup>36</sup> CALOMENI, 2018, p. 218.

com a noção da biopolítica e com ela se abrirão novos caminhos para reflexões sobre a atualidade: “biopolítica/medicina, biopolítica/soberania, biopolítica/sexo, biopolítica/racismo, biopolítica/governamentalidade”<sup>37</sup> ou, dito de outro modo, “biopolítica/saúde, biopolítica/guerra, biopolítica/dispositivo de sexualidade, biopolítica/segurança, biopolítica/artes de governar”<sup>38</sup>.

Até o final da década de 1990 e início dos anos 2000, os estudiosos do pensamento foucaultiano não possuíam acesso<sup>39</sup>, por exemplo, aos cursos do *Collège de France – Em defesa da sociedade, Segurança, território, população*<sup>40</sup> e *Nascimento da biopolítica*<sup>41</sup> – que elaboram a noção de biopoder antes e depois da publicação de *A vontade de saber*. Anteriormente, a pesquisa sobre o poder disciplinar era mais recorrente do que sobre técnicas biopolíticas de poder<sup>42</sup>.

Porém, assim como a diferenciação entre o poder disciplinar e o poder soberano vê-se em *Vigiar e punir*, vê-se, no primeiro volume de *História da sexualidade*, a “passagem” da soberania do absolutismo clássico para a estatização do biológico com os dispositivos regulamentadores da biopolítica a partir de técnicas de governo conduzidas sob a razão liberal<sup>43</sup>. Esse é o momento de formação dos mecanismos biopolíticos e, nas palavras de Foucault, o início da “era de um biopoder”<sup>44</sup>. Com o surgimento das sociedades liberais, a expansão do capitalismo industrial e a formação das grandes metrópoles modernas entre os séculos XVIII e XIX, encontra-se a necessidade crescente por parte dos governos políticos de uma técnica de poder que desse conta de fenômenos, como natalidade, fecundidade, mortalidade, morbidade, longevidade, etc.:

São esses processos da natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (...) constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica. (FOUCAULT, 2010, p. 204)

<sup>37</sup> CALOMENI, 2018, p. 219.

<sup>38</sup> CALOMENI, 2018, p. 219.

<sup>39</sup> CALOMENI, 2018, p. 220.

<sup>40</sup> FOUCAULT, 2023.

<sup>41</sup> FOUCAULT, 2022.

<sup>42</sup> CALOMENI, 2018, p. 219.

<sup>43</sup> Quanto à diferença entre soberania e biopolítica, Yazbek destaca o papel do liberalismo como prática de governo e também do capitalismo para o funcionamento desta: “para Foucault, se a soberania, como prática do governo, corresponde à forma estatal que possibilitou ao Estado administrativo impor-se à organização medieval do poder, nos modernos estados biopolíticos sua função se deslocara no sentido de responder às novas necessidades de um poder gestionário das populações cuja lógica é eminentemente liberal: trata-se da gestão estatal dos ciclos de vida das populações para majorar as forças produtivas a serem empregadas na produção capitalista”. Cf. YAZBEK, 2021, p. 47.

<sup>44</sup> FOUCAULT, 2015, p. 151.

Neste momento histórico de formação da biopolítica, a estatística se torna um saber indispensável para a gestão governamental dos fenômenos biológicos da vida humana. A partir das primeiras demografias, os governos políticos passam a ter um cuidado maior com a taxa de natalidade das pessoas, mas não só. É importante também medir as taxas de morbidade, que se define pelos casos de enfermidades que acometem as pessoas ao longo do tempo em uma dada região (endemias); não à toa, a medicina social é um importante braço na atuação da biopolítica nas sociedades liberais<sup>45</sup>.

Além das taxas de natalidade e de morbidade, chama a atenção de Foucault o exercício da biopolítica no que diz respeito aos problemas dos idosos, dos enfermos, dos inválidos, em resumo, de um conjunto de indivíduos inaptos à produção econômica na racionalidade capitalista. Se, ao longo da história, a Igreja assumiu um papel central no que tange a tais problemas, a partir do final do século XVIII, são geridos por técnicas governamentais liberais através de medidas previdenciárias, como a criação de poupanças individuais e coletivas<sup>46</sup>. Além dos problemas da natalidade, da mobilidade e dos inaptos à produção capitalista, também chama a atenção de Foucault no contexto de constituição da biopolítica a questão do “meio”, introduzida no final de *Em defesa da sociedade* e retomada nas primeiras aulas de *Segurança, território, população*. Com relação a este problema do meio, as técnicas biopolíticas lidam com a preocupação com as condições biológicas de existência dos seres humanos – no que se refere, por exemplo, ao clima, ao abastecimento de água, à qualidade do ar, à higiene pública, ao saneamento básico – em determinados espaços, como é o caso das grandes metrópoles modernas. Em outras palavras, se o meio é onde a população circula e se desloca, necessita de cuidado e de gestão para que ela não adoeça, não se enfraqueça ou não padeça nessa circulação:

Eu lhes assinalo aqui, simplesmente, alguns dos pontos a partir dos quais se constituiu essa biopolítica, algumas de suas práticas e as primeiras das suas áreas de intervenção, de saber e de poder ao mesmo tempo: é a da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder. (FOUCAULT, 2010, p. 206).

No centro da biopolítica está uma inovação em relação à soberania -- o

---

<sup>45</sup> FOUCAULT, 2010, p. 204-205.

<sup>46</sup> FOUCAULT, 2010, p. 205.

surgimento da noção de população: “A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder (...)<sup>47</sup>. Os fenômenos populacionais ocorrem no regime do aleatório, do imprevisível e da duração indefinida: “A biopolítica vai se dirigir, em suma, aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração”<sup>48</sup>. Se antes a soberania tinha o “poder de fazer morrer e deixar viver”, a biopolítica coloca em primeiro plano do seu funcionamento, com o tema fundamental da população, o “poder de fazer viver e deixar morrer”. O principal objetivo da biopolítica é produzir condições biológicas de vida para a população:

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer. (FOUCAULT, 2010, p. 207)

Assim como as ciências humanas são saberes modernos que se articulam com relações disciplinares de poder, as ciências sociais – estatística, economia política, medicina social, etc. – são saberes imprescindíveis para o funcionamento de uma biopolítica da população. A rigor, a disciplina é reconhecida, ao lado da biopolítica, como um biopoder, mas é importante frisar a diferença – que já foi mencionada antes – em relação às tecnologias biopolíticas de poder e ao modo como estas se exercem especificamente sobre fenômenos globais da população. Assim como a disciplina, a biopolítica se apresenta como uma tecnologia de poder diferente da soberania. Com o lema da biopolítica (“deixar morrer e fazer viver”), há a expressão da capacidade técnico-científica de criar as condições biológicas para que as pessoas consigam viver, quando em outros períodos históricos elas já estariam mortas:

(...) essa tecnologia de poder, essa biopolítica, vai implantar mecanismos que têm certo número de funções muito diferentes das funções que eram as dos mecanismos disciplinares. Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses

---

<sup>47</sup> FOUCAULT, 2010, p. 206.

<sup>48</sup> FOUCAULT, 2010, p. 207.

fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global. (FOUCAULT, 2010, p. 207)

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. (FOUCAULT, 2010, p. 207)

(...) mediante um poder que não é simplesmente proeza científica, mas efetivamente exercício desse biopoder político que foi introduzido no século XIX, faz-se tão bem as pessoas viverem que se consegue fazê-las viver no mesmo momento em que elas deveriam, biologicamente, estar mortas há muito tempo. (FOUCAULT, 2010, p. 209)

O biopoder – entendido como a biopolítica da população e anatopolítica do corpo humano – é indispensável para o desenvolvimento do capitalismo. Com o biopoder, é possível fazer uma gestão calculada da força de produção de indivíduos isolados e dos fenômenos populacionais, tendo em vista os cálculos econômicos do capitalismo. Em conjunto com a disciplina, a biopolítica incrementa a produtividade, que é tão essencial para a consolidação geral da economia capitalista:

Esse biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isso torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como *instituições* de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica, inventados no século XVIII como *técnicas* de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o exército, a escola, a política, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos. (FOUCAULT, 2015, p. 151- 152)

Diferente do poder soberano, o biopoder se exerce não sobre os sujeitos de direito, mas sobre seres vivos<sup>49</sup>. Trata-se de um poder que alcança mais os corpos por

---

<sup>49</sup> Yazbek comenta sobre o desenvolvimento do conceito de população ao invés do conceito de sujeito de

meio da majoração da vida do que propriamente das ameaças de morte. Segundo Foucault, “deveríamos falar de ‘biopolítica’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana”<sup>50</sup>.

Apesar de disciplina e biopolítica serem distintas do ponto de vista dos seus procedimentos, elas se complementam: a biopolítica da população articula o seu funcionamento com a anatonomopolítica do corpo individual por intermédio da norma: “Uma outra consequência desse desenvolvimento do biopoder é a importância crescente assumida pela atuação da norma, à expensas do sistema jurídico da lei”<sup>51</sup> Fugindo do esquema jurídico da lei, a norma preenche as brechas que ela deixa e legitima o exercício do poder sobre os indivíduos e sobre a população. Por esse motivo, as sociedades modernas, antes de serem categorizadas como “disciplinares” – como é possível encontrar em *Vigiar e punir* –, devem ser consideradas sociedades de normalização, pois são organizadas pelo funcionamento do poder disciplinar e da biopolítica, articuladas a partir da norma. Não apenas os indivíduos são classificados como normais ou anormais, mas também são classificadas as populações, são geridas através das técnicas biopolíticas. O processo de normalização<sup>52</sup> existente nessas diferentes formas de exercício do poder é também distinto: a normalização do poder disciplinar visa à produção de subjetividades consideradas “aceitáveis” ou “normais”, enquanto a da biopolítica visa à gerência de uma população biologicamente “forte” e “saudável”.<sup>53</sup> No caso do livro de 1976, o dispositivo da sexualidade é o tema principal e ele se exerce tanto no nível individual da disciplina quanto no nível populacional da biopolítica, graças à norma. O dispositivo da sexualidade é primordial para o início do exercício do biopoder a partir do final do século XVIII e início do século XIX. Assim como o funcionamento da disciplina não exclui o poder soberano, o mesmo ocorre no caso da biopolítica. Contudo, se por um lado, a biopolítica tem a função de multiplicar a vida da

---

direito nas análises foucaultianas da biopolítica no contexto dos governos políticos liberais: “Em consequência, os governos estatais passam a operar com um cálculo político no qual suas relações não são relações para com sujeitos de direito ou para com um ‘povo’, mas para com populações e a gestão positiva dos fenômenos variáveis que lhe são próprios – taxas de natalidade, de fecundidade, de mortalidade, de epidemias, de atividade econômica, de distribuição espacial, etc.”. Cf. YAZBEK, 2021, p. 49.

<sup>50</sup> FOUCAULT, 2015, p. 154.

<sup>51</sup> FOUCAULT, 2015, p. 155.

<sup>52</sup> CALOMENI, 2018, p. 232.

<sup>53</sup> CALOMENI, 2018, p. 232.

população, por outro lado, ela possui um “paradoxo” -- também pode produzir destruições em níveis industriais. Desse modo, o biopoder também exerce um poder de matar, assim como a soberania:

(...) noutro limite, vocês têm o excesso, ao contrário, não mais do direito soberano sobre o biopoder, mas o excesso do biopoder sobre o direito soberano. Esse excesso do biopoder aparece quando a possibilidade de fazer a vida proliferar, de fabricar algo vivo, de fabricar algo monstruoso, de fabricar – no limite – vírus incontroláveis e universalmente destruidores. Extensão formidável do biopoder que (...) vai ultrapassar toda a soberania humana. (FOUCAULT, 2015, p. 213)

O reverso do cuidado com a saúde e, portanto, com a vida da população é, pois a morte em massa; a face cruel da biopolítica é a legitimação do poder de morte, do poder soberano de matar. (CALOMENI, 2018, p. 233)

A transformação da mecânica do poder, o declínio do poder expresso pelo “gládio” e pela “espada” e a constituição da biopolítica na eliminam a soberania, não apagam o “velho direito soberano”: o biopoder que, em princípio, cuida da vida para melhorar as condições do viver, assume o lugar do velho poder soberano e o completa; a biopolítica é a “nova modalidade de poder soberano”. A despeito de o Estado ter, em princípio, a função de manter a saúde e o bem-estar, na sociedade capitalista liberal, conserva-se, sorrateira e, muitas vezes, silenciosa, a guerra por outros meios. (CALOMENI, 2018, p. 236)

Mas seria um erro pretender que a noção foucaultiana de governamento, ao corresponder ao ingresso da população como objeto dos cálculos do poder político para fins de majoração positiva de suas forças produtivas, de seu incremento, segundo a lógica de governamento liberal, implicaria o diagnóstico de um afrouxamento estatal do aparato legal repressivo e de suas operações materiais violentas. Em lugar disso, a tese foucaultiana pretende antes sublinhar que a função da violência e da repressão passam a ser redistribuídas de acordo com uma lógica diversa, mas cujo ponto de aplicação vincula-se ainda às prerrogativas da soberania tal como ela se reinscreverá em ambiência biopolítica. (YAZBEK, 2021, p. 50)

Em outras palavras: soberania, aqui, refere-se à atualidade da re-inscrição da função de gládio do poder soberano em um contexto histórico-problemático no interior do qual trama-se, para o diagnóstico foucaultiano de nossa modernidade, um determinado nexo entre o biopoder, a lógica liberal de governamento (que caracteriza a instauração dos modernos estados biopolíticos) e o de um direito e uma prática que marcam seu domínio sobre a vida também por meio de seu exaurimento, e que o fazem a partir do estabelecimento de uma cesura constitutiva de um imperativo de morte requerido para a lógica de segurança mesma do corpo político. (YAZBEK, 2021, p. 51-52)

Como sugere Calomeni, como um poder capaz majorar as forças biológicas da população pode, ao mesmo tempo, exercer o direito de morte da soberania e provocar destruições em proporções tão gigantescas? Como um poder que possui o objetivo principal de fazer viver pode também deixar morrer? Como funciona o direito

soberano de assassinar em uma sociedade organizada em torno do biopoder?<sup>54</sup> Nas palavras do próprio Foucault:

(...) como vai se exercer o direito de matar e a função do assassinio, se é verdade que o poder de soberania recua cada vez mais e que, ao contrário, avança cada vez mais o biopoder disciplinar ou regulamentador? (...) Como exercer o poder de morte, como exercer a função de morte, num sistema político centrado no biopoder? (FOUCAULT, 2010, p. 214)

Desse ponto de vista, é possível perceber que nas técnicas biopolíticas de poder há um “paradoxo” e isso está analisado no curso *Em defesa da sociedade* e em *A vontade de saber*. Para a saúde populacional, é preciso defender a sociedade de determinados perigos localizados no seu próprio interior. Determinados indivíduos considerados “patológicos” podem ameaçar a saúde de toda a população e, por esse motivo, é legitimado o uso do poder de assassinio em uma sociedade de normalização que, em princípio, deve favorecer as condições biológicas necessárias para a existência da população. Esse “paradoxo” revela a dupla função de um biopoder, que não pode cair na leitura maniqueísta de um biopoder “humanista”, que produz vida, e um biopoder “anti-humanista”, que produz morte. Assim como a disciplina se sustenta a partir de um suposto discurso “humanista” dos reformadores que defendiam a criação de instituições como a prisão, a biopolítica, essa outra técnica de poder da Modernidade, também está além dos ideais iluministas dos direitos humanos, por exemplo, ao legitimar o poder soberano de confisco da vida. A partir de uma investigação genealógica das lutas de raças no curso *Em defesa da sociedade*, a hipótese colocada na última aula é a do racismo de Estado como um recurso legitimador do exercício do poder de matar no interior do biopoder: “O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder”<sup>55</sup>.

Uma das funções do racismo<sup>56</sup> de Estado é “fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder”<sup>57</sup>. A mistura de raças em uma sociedade e a classificação delas como “boas” ou “ruins”, “normais” ou “anormais”, “sadias” ou “doentes”, “superiores” ou “inferiores”, “puros” ou “impuros”, etc. – muitas vezes autorizada por discursos científicos do século XIX, como o eugenismo e o

---

<sup>54</sup> CALOMENI, 2018, p. 233.

<sup>55</sup> FOUCAULT, 2010, p. 214.

<sup>56</sup> CALOMENI, 2018, p. 233.

<sup>57</sup> CALOMENI, 2018, p. 233.

darwinismo social – são administradas e geridas por meio do racismo de Estado, que seleciona quem deve viver e quem deve morrer retomando uma relação guerreira – a das lutas de raças – para a defesa da população:

(...) o racismo faz justamente funcionar, faz atuar essa relação de tipo guerreiro – “se você quer viver, é preciso que o outro morra” – de uma maneira que é inteiramente nova e que, precisamente, é compatível com o exercício do biopoder. (FOUCAULT, 2010, p. 215)

Depois do século XIX, não deixou de haver práticas de exclusão do adversário político, de controle dos indivíduos considerados “anormais” e segregação de populações etnicamente “impuras”. O paradoxo das sociedades biopolíticas da Modernidade de *deixar morrer* quando se deve *fazer viver* – constantemente embasadas em saberes científicos, como as ciências biológicas e as médicas – apenas é possível através do racismo de Estado:

Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo. (FOUCAULT, 2010, p. 215)

E a resposta a esta espécie de co-pertencimento do direito soberano de matar e do governamento gestionário da vida na modernidade encontrará no racismo seu campo de articulação, - ou, mais precisamente, em um racismo constitutivo dos estados liberais modernos, e que deve ser compreendido, como sabemos, em sentido bastante amplo: assim como o direito soberano de matar, em sua configuração liberal ou biopolítica, não comprehende simplesmente o assassinato direto, mas também o indireto (...), igualmente, no caso do racismo, deve-se compreendê-lo ao modo da formação ativa e politicamente orientada de camadas de populações de indesejáveis cuja morte direta ou a exposição à morte garante a promessa de segurança a todos (...). (YAZBEK, 2021, p. 52)

Nestes termos, a raça ou o racismo, compreendidos como a formação politicamente orientada de populações de indesejáveis, é um dispositivo de tecnologia de governo biopolítico (...). (YAZBEK, 2021, p. 52)

Assim, a articulação das relações entre o poder soberano e o biopoder nos estados securitários contemporâneos revela sua natureza efetiva não sob a forma de uma alternativa estrita entre ambos, mas sim por meio de uma tarefa de governo que implica em reinscrever incessantemente o racismo no político para manejar uma interseccionalidade que indica um entrelaçamento progressivo, e sempre a refazer-se, entre o exercício de soberania política do direito de morte e as estruturas modernas da biopolítica, ou seja, da política

securitária das populações (na medida em que a segurança concerne a um corte populacional). (YAZBEK, 2021, p. 53)

Para Foucault, o funcionamento da biopolítica, coexistindo com o antigo direito soberano de matar, está presente na experiência histórica e genocida da colonização: “Quando for preciso matar pessoas, matar populações, matar civilizações, como se poderá fazê-lo, se se funcionar no modo do biopoder? Através dos temas do evolucionismo, mediante um racismo”<sup>58</sup>. Além da colonização genocida ocorrida na América, na Ásia e na África ao longo de séculos, Foucault ressalta outro motivo para o exercício do direito soberano de matar no âmbito biopolítico: a criminalidade. Em uma sociedade de normalização, a biopolítica se utiliza do racismo de Estado para exercer a função do assassinato sobre os criminosos como indivíduos “perigosos” para a sociedade como um todo. A função de morte do biopoder a partir do racismo de Estado não é, por isso, um “mal necessário” ou simples “retorno ao poder soberano”, mas um componente primordial para o seu pleno funcionamento:

Se a criminalidade foi pensada em termos de racismo, foi igualmente a partir do momento em que era preciso tornar possível, num mecanismo de biopoder, a condenação à morte de um criminoso ou seu isolamento. (FOUCAULT, 2010, p. 217)

Em linhas gerais, o racismo, acho eu, assegura a função de morte na economia do biopoder, segundo o princípio de que a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população, na medida em que se é elemento numa pluralidade unitária e viva. (...) [O racismo moderno] Está ligado a isto que nos coloca, longe da guerra das raças e dessa inteligibilidade da histórica, num mecanismo que permite ao biopoder exercer-se. (...) A justaposição, ou melhor, o funcionamento, através do biopoder, do velho poder soberano do direito de morte implica o funcionamento, a introdução e a ativação do racismo. (FOUCAULT, 2010, p. 217-218)

No século XX, o exemplo da experiência histórica do nazismo na Segunda Guerra Mundial – retratada constantemente por meio das experiências de genocídios em escala industrial nos campos de concentração – é, para Foucault, o extremo da coexistência entre biopoder e poder soberano de assassinato: “Poder disciplinar, biopoder: tudo isso percorreu, sustentou a muque a sociedade nazista (assunção do biológico, da procriação, da hereditariedade; assunção também da doença, dos

---

<sup>58</sup> FOUCAULT, 2010, p. 216.

acidentes)”<sup>59</sup>. Tanto o poder de fazer viver do biopoder quanto o direito soberano de matar foram levados ao paroxismo durante o regime nazista:

Tem-se, pois, na sociedade nazista, esta coisa, apesar de tudo, extraordinária: é uma sociedade que generalizou absolutamente o biopoder, mas que generalizou, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar. Os dois mecanismos, o clássico, arcaico, que dava ao Estado direito de vida e de morte sobre seus cidadãos, e o novo mecanismo organizado em torno da disciplina, da regulamentação, em suma, o novo mecanismo de biopoder, vêm, exatamente, a coincidir. (...) Houve, entre os nazistas, uma coincidência de um biopoder generalizado com uma ditadura a um só tempo absoluta e retransmitida através de todo o corpo social pela formidável junção do direito de matar e da exposição à morte. (...) Apenas o nazismo, é claro, levou até o paroxismo o jogo entre o direito soberano de matar e os mecanismos do biopoder. (FOUCAULT, 2010, p. 219)

Por isso, a função soberana de matar, na biopolítica – que foi elevada à enésima potência no Estado nazista – esteve presente nos Estados liberais de bem-estar social do pós-Guerra, nos Estados socialistas<sup>60</sup>, especialmente no caso do stalinismo, e está presente cotidianamente nos governos neoliberais, o que chama a atenção para as experiências genocidas nos tempos atuais. Em todos esses governos, está em vista o funcionamento de relações biopolíticas de poder que visem à produção de inimigos biologicamente ameaçadores ou perigosos. Trata-se de inimigos para expor à morte ou até para serem eliminados em uma guerra social permanente, que visa a reduzir cada vez mais as possibilidades de resistências e de lutas políticas contra o exercício de matar do biopoder por intermédio do racismo de Estado. Daí, entram em cena os dispositivos de segurança, tão necessários no Estado liberal que se reivindica mínimo na intervenção da economia e eficiente no controle dos perigos às populações<sup>61</sup>.

---

<sup>59</sup> FOUCAULT, 2010, p. 218.

<sup>60</sup> Sobre a falta de reflexão do socialismo do século XIX e XX sobre presença do racismo no seu discurso, Foucault critica: “Em todo caso, uma coisa é certa: é que o tema do biopoder, desenvolvido no fim do século XVIII e durante todo o século XIX, não só não foi criticado pelo socialismo mas também, de fato, foi retomado por ele, desenvolvido, reimplantado, modificado em certos pontos, mas de modo algum reexaminado em suas bases e em seus modos de funcionamento. (...) Em compensação, em todos os momentos em que o socialismo foi obrigado a insistir no problema da luta, da luta contra o inimigo, da eliminação do adversário no próprio interior da sociedade capitalista; quando se tratou, por conseguinte, de pensar o enfrentamento físico com o adversário de classe na sociedade capitalista, o racismo ressurgiu, porque foi a única maneira, para o pensamento socialista que apesar de tudo era muito ligado aos temas do biopoder, de pensar a razão de matar o adversário. (...) E eu creio que [os socialistas] eram racistas na medida em que (...) não reavaliaram – ou admitiram, se vocês preferirem, como sendo óbvio – esses mecanismos de biopoder que o desenvolvimento da sociedade e do Estado, desde o século XVIII, havia introduzido.” Cf. FOUCAULT, 2010, p. 220-221.

<sup>61</sup> É preciso deixar claro que a gestão da população nas sociedades liberais através da biopolítica não excluem a violência soberana de morte: “A noção mesma de biopolítica e a descrição positiva dos dispositivos securitários liberais modernos parece permitir a Foucault divisar uma lógica de funcionamento do poder que, correspondendo a um conjunto de procedimentos gestionários da vida, compreende a

\*

Após o curso de 1976, Foucault não analisa mais as relações de poder como guerra civil e permanente, e sim como “governo”<sup>62</sup>. Em *Segurança, território, população*, a análise do biopoder abre espaço para o esboço de uma genealogia do “governo” na acepção política do termo, por vezes entendida como “artes de governar” ou como “governamentalidade”. Veremos que a economia política possui um papel fundamental na formação do (neo)liberalismo entendido como racionalidade governamental. Com isso, podemos perguntar: o que é o exercício das relações de poder como governo dos outros? Como a análise genealógica das governamentalidades desemboca nas pesquisas sobre o liberalismo e o neoliberalismo em *Nascimento da biopolítica*?

## 2. Governo como condução de condutas

A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber de todos os processos que giram em torno da população no sentido lato, o que se chama precisamente “economia”. (FOUCAULT, 2023, p. 143)

Nos cursos *Segurança, território, população* e *Nascimento da biopolítica*, Foucault expande sua analítica do poder ao esboçar uma história do que chama de “governamentalidade”. As noções de biopoder e de biopolítica – investigadas, a princípio, no curso *Em defesa da sociedade* e no primeiro volume de *História da*

---

violência soberana latente na modernidade liberal como expressão de uma mecânica de captura dos corpos que distribui socialmente a morte para tornar possíveis as estruturas gestionárias dos modernos estados securitários”. Cf. YAZBEK, 2021, p. 53.

<sup>62</sup> Apesar de Foucault não continuar o desenvolvimento das pesquisas sobre as relações de poder a partir da ótica da guerra civil, a biopolítica e sua relação com o racismo de Estado, as suas análises sobre a governamentalidade e o liberalismo após 1976 mostram ao menos dois aspectos chamativos sobre as atuais sociedades securitárias: “(...) 1) em primeiro lugar, fornece a possibilidade de se compreender o modo como a demanda liberal por uma diminuição do Estado significa, sem nenhuma contradição, um apelo à multiplicação dos dispositivos de controle e coerção; 2) em segundo lugar, permite-nos também atinar para o fato de que, para uma parte significativa da população, a própria gestão biopolítica tem por efeito prático um aumento da ação soberana, na medida em que aqui está implicado um aumento progressivo da exposição à morte – quando não do assassinato direto – sob a forma da ação estatal (direta ou indiretamente)”. Cf. YAZBEK, 2021, p. 54-55.

*Sexualidade* – são retomadas na aula inaugural do dia 11 de janeiro do curso de 1978<sup>63</sup>:

Este ano gostaria de começar o estudo de algo que eu havia chamado, um pouco no ar, de biopoder, isto é, essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humano, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. (FOUCAULT, 2023, p. 3)

A biopolítica não é mais investigada sob a ótica da guerra civil ou na perspectiva do dispositivo de sexualidade e sim a partir de seus instrumentos de gestão dos fenômenos populacionais: os “dispositivos de segurança”. Enquanto a soberania funciona a partir de um “código legal” e a disciplina a partir de “mecanismos de vigilância e de correção”, a biopolítica é colocada em prática através de dispositivos de segurança:

A terceira forma é a que caracterizaria não mais o código legal, não mais o mecanismo disciplinar, mas o dispositivo de segurança, isto é, o conjunto dos fenômenos que eu gostaria de estudar agora. Dispositivo de segurança que vai, para dizer as coisas de maneira absolutamente global, inserir o fenômeno em questão, a saber, o roubo, numa série de acontecimentos prováveis. Em segundo lugar, as relações de poder ante esse fenômeno vão ser inseridas num cálculo que é um cálculo de custo. Enfim, em terceiro lugar, em vez de instaurar uma divisão binária entre o permitido e o proibido, vai-se fixar de um lado uma média considerada ótima e, depois, estabelecer os limites do aceitável, além dos quais a coisa não deve ir. É portanto toda uma outra distribuição das coisas e dos mecanismos que assim se esboça. (FOUCAULT, 2023, p. 9)

Para destacar a diferença de atuação entre soberania, disciplina e biopolítica, Foucault cita três exemplos de gerência de determinadas doenças contagiosas: a administração jurídica da soberania, com o problema da lepra, por meio dos procedimentos de exclusão dos doentes; o funcionamento dos mecanismos disciplinares, o assunto das pestes por meio da vigilância e do controle constantes e individuais através da quarentena; e a operacionalidade biopolítica dos dispositivos de segurança no “meio” biológico para combater as epidemias de varíola através de técnicas biopolíticas de governo como as campanhas estatais de vacinação da população<sup>64</sup>:

Terceiro exemplo: o que estudamos atualmente no seminário, isto é, a varíola

---

<sup>63</sup> FOUCAULT, 2023, p. 3-38.

<sup>64</sup> A respeito de sua diferente atuação em relação à soberania e à disciplina, Calomeni afirma o seguinte sobre a biopolítica, os seus dispositivos de segurança a sua capacidade de gerir e regular os fenômenos próprios da espécie humana: “Nem exclusão nem segregação, a biopolítica representa o poder de gerência e controle da vida”. Cf. CALOMENI, 2018, p. 229.

ou, a partir do século XVIII, as práticas de inoculação. O problema se coloca de maneira bem diferente: não tanto impor uma disciplina, embora a disciplina seja chamada em auxílio; o problema fundamental vai ser o de saber quantas pessoas pegaram varíola, com que idade, com quais efeitos, qual a mortalidade, quais as lesões ou quais as sequelas, que riscos se corre fazendo-se inocular, qual a probabilidade de um indivíduo vir a morrer ou pegar varíola apesar da inoculação, quais os efeitos estatísticos sobre a população em geral, em suma, todo um problema que já não é o da exclusão, como na lepra, que já não é o da quarentena, como na peste, que vai ser o problema das epidemias e das campanhas médicas por meio das quais se tentam jugular os fenômenos, tanto os epidêmicos quanto os endêmicos. (FOUCAULT, 2023, p. 14)

Ora, no âmbito específico da racionalidade governamental biopolítica, governar significa conduzir condutas massivamente – ou seja: em escala populacional – e em espaço aberto, propiciando a circulação dos “homens” e das “coisas” em uma regulamentação securitária liberal. A soberania soubera ser territorial, capitalizando o espaço em domínios sediários de governo; a disciplina atuara em espaços institucionais correcionais específicos, esquadinhando seus elementos em uma distribuição hierárquica e funcional e inscrevendo-se no corpo-indivíduo; caberá ao governamento das populações um exercício diagramático do poder no qual o “meio” é o suporte e o elemento de uma circulação regulamentária massiva da população (...). (YAZBEK, 2021, p. 49)

Pouco a pouco, a análise da gestão das doenças no meio urbano com a ajuda de dispositivos securitários próprios do biopoder abre caminho para Foucault pensar em “intervenções políticas e econômicas do governo”<sup>65</sup>. O léxico do “governo” aparece cada vez mais nas investigações sobre a biopolítica, sobre o liberalismo e, mais adiante, sobre o neoliberalismo. Além da questão da gestão do meio urbano, Foucault se debruça sobre o funcionamento dos dispositivos de segurança em relação aos acontecimentos aleatórios ou imprevisíveis. Na aula de 18 de janeiro de 1978<sup>66</sup>, ele chama isso de “relação do governo com o acontecimento”<sup>67</sup> e oferece o exemplo dos problemas de escassez alimentar no século XVIII. Com a questão da escassez, isto é, o aumento do preço dos alimentos por conta de sua falta no mercado, a população perde a vitalidade, passa fome e se revolta contra o governo: “Ora, é claro, desde as experiências do século XVII, a revolta urbana é a grande coisa a evitar para o governo. Flagelo do lado da população, catástrofe, se preferirem, no lado do governo”<sup>68</sup>

O debate sobre a economia política se torna cada vez mais presente nas aulas de Foucault do curso *Segurança, território, população*. Ele apresenta, de um lado, o modo

---

<sup>65</sup> FOUCAULT, 2023, p. 30.

<sup>66</sup> FOUCAULT, 2023, p. 39-73.

<sup>67</sup> FOUCAULT, 2023, p. 40.

<sup>68</sup> FOUCAULT, 2023, p. 41.

como o mercantilismo<sup>69</sup> – entendido como “técnicas de governo e de gestão na economia”<sup>70</sup> – lida com o problema da escassez alimentar nos séculos XVII e XVIII. E de outro lado, apresenta um outro “princípio fundamental de governo econômico”<sup>71</sup>, alternativa ao mercantilismo, para lidar com a questão da escassez alimentar no século XVIII: a fisiocracia, que é um importante marco para o livre comércio e para a constituição do liberalismo clássico. Foucault mostra que justamente no cruzamento entre o mercantilismo e a fisiocracia (liberalismo oitocentista), surge “uma fase de grande mudança nas técnicas de governo”<sup>72</sup> através da formação dos dispositivos de segurança importantes ao funcionamento do biopoder. No entanto, antes mesmo da fisiocracia do século XVIII e em relação à gestão do problema da escassez alimentar,

(...) certo número de governos haviam de fato pensado que a livre circulação dos cereais era não só uma melhor fonte de lucro, mas certamente um mecanismo de segurança muito melhor contra o flagelo da escassez alimentar. (FOUCAULT, 2023, p. 45-46)

A novidade dos fisiocratas franceses do século XVIII em relação à questão da escassez alimentar é apresentada por Foucault como a “solução liberal”, de modo que a política de preços em meio ao contexto de livre comércio e livre circulação de cereais funciona como um dispositivo de segurança com a finalidade de evitar a falta dos alimentos entre a população e, por consequência, a sua revolta contra o governo:

Esse aumento do preço do cereal, que pode ser proporcionado por meios um pouco artificiais, como no método inglês, em que as exportações eram sustentadas por incentivos, em que se fazia pressão sobre as importações, taxando-as, pode-se utilizar esse meio para fazer o preço do cereal subir, mas também se pode – e é essa a solução liberal (...) à qual se alinham os fisiocratas – [suprimir] todas as proibições de estocagem, de modo que as pessoas poderão, como quiserem, quanto quiserem, na quantidade que desejarem, por maior que seja, estocar o seu cereal e retê-lo, aliviando assim o mercado quando houver abundância. (FOUCAULT, 2023, p. 50).

De acordo com o liberalismo clássico (esse ponto será explorado no próximo capítulo), há o “nível pertinente à ação econômico-política do governo”<sup>73</sup> e este é o nível

---

<sup>69</sup> No Segundo Capítulo, é possível ver como Foucault aprofunda a compreensão do mercantilismo como técnica de governo nas primeiras aulas de *Nascimento da biopolítica* a respeito da razão de Estado e do liberalismo clássico.

<sup>70</sup> FOUCAULT, 2023, p. 43.

<sup>71</sup> FOUCAULT, 2023, p. 45.

<sup>72</sup> FOUCAULT, 2023, p. 45.

<sup>73</sup> FOUCAULT, 2023, p. 56.

populacional e das demandas de conjunto; e o nível das individualidades e dos seus interesses particulares – mais tarde, Foucault tratará dos indivíduos no ambiente liberal enquanto *homo oeconomicus*<sup>74</sup> – que não devem sofrer com a intervenção do governo.

Em *Segurança, território, população*, Foucault apresenta o liberalismo, não apenas como uma “ideologia da liberdade”, mas sobretudo como uma técnica de governo baseada em grande parte no princípio do *laissez-faire* (“deixar-fazer”), que dá a entender que o governo deve intervir o mínimo possível na economia de mercado. Para ele, o liberalismo indica uma mudança na forma de gestão tanto das individualidades, por meio da instituição do poder disciplinar, quanto da população e de problemas como a escassez alimentar, por meio da criação de dispositivos de segurança. Outrossim, o problema da liberdade se torna cada vez mais central no campo político liberal:

Vocês veem ao mesmo tempo que esse postulado, quero dizer esse princípio fundamental, de que a técnica política nunca deve descolar do jogo da realidade consigo mesma, é profundamente ligado ao princípio geral do que se chama liberalismo. O liberalismo, o jogo: deixar as pessoas fazerem, as coisas passarem, as coisas andarem, *laissez-faire, laissez-passar* e *laissez-aller*, quer dizer, essencial e fundamentalmente, fazer de maneira que a realidade se desenvolva e vá, siga seu caminho, de acordo com as leis, os princípios e os mecanismos que são os da realidade mesma. (...) O problema é saber se, efetivamente, na implantação dessas medidas liberais, como, por exemplo, vimos a propósito do comércio de cereais, era de fato isso [reivindicação da liberdade] que se visava ou se buscava em primeira instância. (...) Em segundo lugar, disse em algum lugar que não podia compreender a implantação das ideologias e de uma política liberais no século XVIII sem ter bem presente no espírito que esse mesmo século XVIII, que havia reivindicado tão alto as liberdades, as tinha no entanto lastreado com uma técnica disciplinar que, pegando as crianças, os soldados, os operários onde estavam, limitava consideravelmente a liberdade e proporcionava de certo modo garantias ao próprio exercício dessa liberdade. (...) É que, na verdade, essa liberdade, ao mesmo tempo ideologia e técnica de governo, essa liberdade deve ser compreendida no interior das mutações e transformações das tecnologias de poder. (FOUCAULT, 2023, p. 63-64)

A ideia de um governo dos homens que pensaria antes de mais nada e fundamentalmente na natureza das coisas, e não mais na natureza má dos homens, a ideia de uma administração das coisas que pensaria antes de mais nada na liberdade dos homens, no que eles querem fazer no que têm interesse de fazer, no que eles contam fazer, tudo isso são elementos correlativos. (FOUCAULT, 2023, p. 64-65)

Na aula de 25 de janeiro de 1978<sup>75</sup>, Foucault se volta para outro aspecto relevante na atuação dos dispositivos de segurança: as epidemias, mais especificamente, os surtos

---

<sup>74</sup> Esse conceito de *homo oeconomicus* será explorado com mais detalhes nas últimas aulas do curso do ano seguinte intitulado *Nascimento da biopolítica*.

<sup>75</sup> FOUCAULT, 2023, p. 75-118.

de varíola e as campanhas de vacinação. Segundo ele, foram esses fenômenos que permitiram a entrada da “pólicia médica” nas “práticas reais de população e de governo da Europa ocidental”<sup>76</sup>. Juntamente com o problema da escassez alimentar, o problema da varíola se encaixa no interior do meio urbano, e, juntos, trazem à tona “problemas de técnica de governo que eram, ao mesmo tempo, novos e específicos”<sup>77</sup>. A cidade representa um espaço próprio para a técnica liberal de governo e o funcionamento dos seus dispositivos de segurança, uma vez que tem “o direito de se governar até certo ponto e numa certa medida e com certo número de limites bem definidos”<sup>78</sup>.

Os problemas biopolíticos da cidade, da escassez alimentar e do contágio através da varíola chamam a atenção de Foucault também para um certo deslocamento em relação às técnicas de governo exercidas no âmbito da soberania. Não se trata mais de governar para manter um território, para manter o domínio do governante sobre o seu domínio (aqui, Foucault se lembra de Maquiavel), e sim para manter a segurança da circulação da população no interior deste território<sup>79</sup>. O liberalismo clássico, enquanto técnica de governo transversal aos dispositivos de segurança, faz aparecer algo diferente de um governo do território, que pode ser visto no contexto da soberania. Também não é um governo estritamente dos indivíduos, como é a preocupação do poder disciplinar. A técnica liberal oitocentista visa principalmente ao “governo das populações”<sup>80</sup>, de sua circulação e de seus problemas no interior do meio urbano, como a fome, a revolta, o contágio, etc. Com o liberalismo clássico enquanto “prática governamental do século XVIII”<sup>81</sup>, a população – que não é um problema totalmente novo aos procedimentos de governo – passa a ser “uma espécie de objeto técnico-político de uma gestão e de um governo”<sup>82</sup>. Trata-se da instituição de uma nova “relação entre o governo e a população”<sup>83</sup>, que tem em vista o conceito de “naturalidade”<sup>84</sup>, de tal forma que os fenômenos populacionais possuem características “naturais” e próprias.

Um dos aspectos pelos quais Foucault apura a questão dos fenômenos ditos

---

<sup>76</sup> Ibidem, p. 79.

<sup>77</sup> FOUCAULT, 2023, p. 86.

<sup>78</sup> FOUCAULT, 2023, p. 86.

<sup>79</sup> FOUCAULT, 2023, p. 87-88.

<sup>80</sup> FOUCAULT, 2023, p. 90.

<sup>81</sup> FOUCAULT, 2023, p. 95.

<sup>82</sup> FOUCAULT, 2023, p. 95.

<sup>83</sup> FOUCAULT, 2023, p. 96.

<sup>84</sup> Esse conceito de “naturalidade” no contexto de formação do liberalismo clássico é melhor explorado no próximo capítulo através das análises das aulas iniciais do curso *Nascimento da biopolítica*.

“naturais” da população é pelo desejo. No contexto do liberalismo oitocentista, o desejo se insere no “interior das técnicas de poder e de governo”<sup>85</sup>. Chama a atenção como o desejo da população é associado à técnica governamental, pois, uma vez atendido pelo governo liberal, se torna princípio de legitimidade para o seu exercício sobre a própria população:

(...) e é aqui que essa naturalidade do desejo marca a população e se torna penetrável pela técnica governamental – (...) esse desejo é tal que, se o deixarmos agir e contanto que o deixemos agir, (...) acabará produzindo o interesse geral da população. (FOUCAULT, 2023, p. 97-98)

Diferentemente dos limites impostos aos desejos dos indivíduos e da população em geral através das leis na “velha concepção ético-jurídica do governo e do exercício da soberania”, os liberais consideram de extrema importância para a técnica de governo não os âmbitos de limitação do desejo da população, mas justamente os âmbitos a partir dos quais o governo afirma a possibilidade desse desejo. Aqui, Foucault percebe a influência do utilitarismo inglês<sup>86</sup> como um importante instrumento de governo das populações:

E como creio que a Ideologia de Condillac, enfim, o que se chamou de sensualismo, era o instrumento teórico pelo qual se podia embasar a prática da disciplina, direi que a filosofia utilitarista foi o instrumento teórico que embasou esta novidade que foi, na época, o governo das populações. (FOUCAULT, 2023, p. 99)

Nessa zona de uma suposta “naturalidade” do desejo no interior das técnicas de governo do liberalismo oitocentista, Foucault cria uma oposição entre os diferentes objetos de governo. De um lado, há os sujeitos jurídicos no contexto da soberania e, de outro lado, a população no contexto dos dispositivos biopolíticos de segurança. É através da natureza dos fenômenos populacionais que o liberalismo deve “desenvolver procedimentos refletidos de governo”<sup>87</sup>.

Em oposição ao problema do território e do soberano, Foucault percebe a cada aula de *Segurança, território, população* a presença recorrente do termo “governo” e o seu papel no âmbito da administração de problemas próprios à naturalidade da economia

---

<sup>85</sup> FOUCAULT, 2023, p. 97.

<sup>86</sup> Foucault volta ao ponto da influência do utilitarismo inglês nas técnicas de governo do liberalismo clássico em *Nascimento da biopolítica*.

<sup>87</sup> FOUCAULT, 2023, p. 101.

e, por conseguinte, da população. Ele propõe, inclusive, uma mudança na série “segurança – população – território” para “segurança – população – governo”<sup>88</sup>, que está mais de acordo com a sua abordagem sobre a constituição do biopoder nas sociedades modernas:

Poderíamos acrescentar ainda o seguinte: quando falei da população, havia uma palavra que voltava sem cessar – vocês vão me dizer que fiz de propósito, mas não totalmente talvez –, é a palavra “governo”. (...) o privilégio que o governo começa a exercer em relação às regras, a tal ponto que um dia será possível dizer, para limitar o poder do rei, que “o rei reina, mas não governa”, essa inversão do governo em relação ao reino e o fato de o governo ser no fundo muito mais que a soberania, muito mais que o reino, muito mais que o *imperium*, o problema político moderno creio que está absolutamente ligado à população. A série: mecanismos de segurança – população – governo e abertura do campo do que se chama de política, tudo isso, creio eu, constitui uma série que seria preciso analisar. (FOUCAULT, 2023, p. 101-102)

No contexto da nova série “segurança – população – governo”, importantíssima na formação do liberalismo clássico no século XVIII, o saber da economia política é um instrumento imprescindível para o seu exercício na política ocidental até os dias atuais. Para confirmar isso, Foucault lembra de François Quesnay – fisiocrata francês – que defendia que “o verdadeiro governo econômico era o governo que se ocupava da população”<sup>89</sup>.

A centralidade do conceito de população na política do século XVIII em diante se manifesta, segundo Foucault, através, inclusive, de uma mudança de paradigma no campo do saber. Na soberania, o governo se exercia em relação ao sujeito jurídico. O conceito amplo de “homem” como “espécie humana”, criado no contexto de formação das ciências humanas – analisado no período da arqueologia do saber na década de 1960<sup>90</sup> como sujeito vivente<sup>91</sup>, trabalhador e falante – é reflexo da constituição na mesma época do liberalismo como técnica de governo das populações<sup>92</sup>. A respeito

---

<sup>88</sup> FOUCAULT, 2023, p. 102.

<sup>89</sup> Ibidem, p. 103.

<sup>90</sup> Na década de 1960, Foucault se ocupou em pesquisas histórico-filosóficas sobre a constituição de determinados saberes modernos: a psiquiatria em *História da loucura* (1961), a medicina moderna em *Nascimento da clínica* (1963) e as ciências humanas em *As palavras e as coisas* (1966). Foucault sistematizou o seu procedimento arqueológico no livro *Arqueologia do saber* (1969).

<sup>91</sup> Nas sociedades biopolíticas e liberais, a vida – conceito trazido da biologia como saber moderno – é investigada no âmbito das políticas populacionais: “Com a biopolítica, não se trata somente de pensar a vida como uma ‘empiricidade’ a ser estudada pela biologia, por exemplo, como se vê no livro de 1966, mas também como foco primordial da intervenção política”. Cf. CALOMENI, 2018, p. 227.

<sup>92</sup> FOUCAULT, 2023, p. 106.

desse assunto, Foucault afirma:

Através da análise de alguns mecanismos de segurança, procurei ver como apareciam os problemas específicos da população e, examinando mais de perto esses problemas da população da última vez, vocês se lembram, fomos rapidamente remetidos ao problema do governo. Resumindo, tratava-se da colocação, naquelas primeiras aulas, da série segurança – população – governo. Pois bem, agora é esse problema do governo que eu gostaria de procurar inventariar. (FOUCAULT, 2023, p. 119)

A partir da aula de 1º de fevereiro de 1978<sup>93</sup>, Foucault recalcula a sua rota de pesquisas e associa a análise sobre os dispositivos reguladores da biopolítica e, mais precisamente, os mecanismos de segurança, ao problema da população. Esse problema de gestão populacional leva Foucault a privilegiar cada vez mais a investigação genealógica do governo:

Através da análise de alguns mecanismos de segurança, procurei ver como apareciam os problemas específicos da população e, examinando mais de perto esses problemas da população da última vez, vocês se lembram, fomos rapidamente remetidos ao problema do governo. Resumindo, tratava-se da colocação, naquelas primeiras aulas, da série segurança – população – governo. Pois bem, agora é esse problema do governo que eu gostaria de procurar inventariar. (FOUCAULT, 2023, p. 119)

Pode-se dizer que a partir desta aula de *Segurança, território, população* começa um projeto de genealogia da governamentalidade, que será continuado inclusive no curso do ano seguinte, *Nascimento da biopolítica*. Nesta aula de 1º de fevereiro de 1978, Foucault se refere aos tratados sobre as “artes de governar” desenvolvidos do século XVI até o século XVIII. Nesses tratados, são desenvolvidas diferentes temáticas sobre o problema geral do governo: o “governo ético de si mesmo” (a partir da influência do resgate das ideias do estoicismo e do problema “como governar a si mesmo”), o “governo religioso das almas”, que é explorado a partir das aulas do curso de 1978 sobre o pastorado cristão, o “governo pedagógico dos filhos”, desenvolvido em grande parte através do surgimento da pedagogia como ciência moderna no século XVI, e, por fim, o “governo político dos Estados”, colocado por Foucault em um lugar de destaque através da questão “como governar os outros”:

(...) creio que o que é notável é que, a partir do século XVI e em todo esse período que vai, *grosso modo*, do meado do século XVI ao fim do século XVIII, vemos desenvolver-se, florescer toda uma considerável série de

---

<sup>93</sup> FOUCAULT, 2023, p. 119-155.

tratados que já não se oferecem exatamente como conselhos ao príncipe, mas que, entre o conselho ao príncipe e o tratado da ciência política, se apresentam como artes de governar. Creio que, de modo geral, o problema do “governo eclode no século XVI, de maneira simultânea, a propósito de muitas questões diferentes e sob múltiplos aspectos. Problema, por exemplo, do governo de si. O retorno ao estoicismo gira, no século XVI, em torno dessa atualização do problema: como governar a si mesmo. Problema, igualmente, do governo das almas e das condutas – o que foi, evidentemente, todo o problema da pastoral católica e protestante. Problema do governo dos filhos – é a grande problemática da pedagogia tal como aparece e se desenvolve no século XVI. E, por último, talvez somente por último, governo dos Estados pelos príncipes. Como se governar, como ser governado, como governar os outros, por quem devemos aceitar ser governados, como fazer para ser o melhor governador possível? (FOUCAULT, 2023, p. 120)

Essa genealogia das múltiplas práticas de governo encaminha uma reflexão sobre o ponto de partida teórico dos tratados sobre as artes de governar e, sobretudo, sobre o governo político do Estado: os ataques à noção de governo presente em *O príncipe* do filósofo político italiano Nicolau Maquiavel e, por isso, Foucault coloca esses tratados em uma categoria chamada de “literatura anti-Maquiavel”<sup>94</sup>. Segundo ele, a concepção de governo em Maquiavel foi duramente criticada por autores de tratados anti-Maquiavel (Ambrogio Politi, Innocent Gentilet, Frederico II, Thomas Elyot, Guillaume de La Perrière, François La Mothe Le Vayer e outros), uma vez que o objetivo da sua concepção de prática governamental é rigorosamente a manutenção do território e da influência sobre os súditos pelo príncipe<sup>95</sup>. Para apresentar um exemplo concreto da “literatura anti-Maquiavel”, Foucault recorre ao autor renascentista francês Guillaume de La Perrière e ao seu tratado intitulado *O espelho político*. Ao invés de se deter somente numa concepção maquiaveliana de manutenção do principado pelo príncipe, La Perrière reflete sobre diferentes formas de governar existentes para além da arte de governar do príncipe: “(...) ‘governar uma casa’, ‘governar almas’, ‘governar crianças’, ‘governar uma província’, ‘governar um convento, uma ordem religiosa’, ‘governar uma família’”<sup>96</sup>. Colocando La Perrière e os autores dos tratados sobre as artes de governar em oposição a Maquiavel, Foucault observa a emergência de outra concepção de governo mais abrangente do que o governo maquiaveliana do príncipe. Trata-se, segundo ele, de uma “pluralidade das formas de governo e imanência das práticas de governo em relação ao Estado”<sup>97</sup>, uma vez que esses diferentes governos – o da família, das almas, das crianças, etc. – existem todos no interior do

<sup>94</sup> FOUCAULT, 2023, p. 122.

<sup>95</sup> “É esse vínculo frágil do príncipe com seu principado que a arte de governar, a arte de ser príncipe apresentada por Maquiavel deve ter como objetivo”. Cf. FOUCAULT, 2023, p. 125.

<sup>96</sup> FOUCAULT, 2023, p. 126.

<sup>97</sup> FOUCAULT, 2023, p. 126.

próprio Estado:

Enquanto, (...) vemos que o governador, as pessoas que governam, a prática do governo, por um lado, são práticas múltiplas, já que muita gente governa: o pai de família, o superior de um convento, o pedagogo, o professor em relação à criança ou ao discípulo; há portanto muitos governos em relação aos quais o do príncipe que governa seu Estado não é mais que uma modalidade. (FOUCAULT, 2023, p. 126)

Foucault vai ainda às reflexões de La Mothe Le Vayer, outro teórico francês crítico do maquiavelismo no século XVI como La Perrière, que divide o problema geral do governo em três modalidades, contínuas todas, uma em relação à outra: o governo de si mesmo, o governo da família – e aqui La Mothe Le Vayer resgata a noção antiga de economia e a sua preocupação com o âmbito privado do *oikos* – e o governo do Estado<sup>98</sup>.

A continuidade das três modalidades de governo apresentadas por La Mothe Le Vayer é expressa de duas maneiras: o governante, alguém que se propõe a exercer o governo político sobre os outros deve, antes de governar o Estado, ter a capacidade de governar a si e a de governar a sua própria família (“continuidade ascendente”<sup>99</sup>); quando o Estado possui um bom governo, o seu resultado positivo chega às famílias e aos próprios indivíduos (“continuidade descendente”<sup>100</sup>). De um jeito ou de outro, Foucault entende que, a partir da literatura anti-Maquiavel do século XVI, a economia – até então um quesito concernente especificamente a assuntos domésticos e familiares – passa a ser pouco a pouco um elemento central para a racionalização da prática do governo do Estado:

(...) a arte do governo, tal como parece em toda essa literatura, deve responder essencialmente a esta pergunta: como introduzir a economia – isto é, a maneira de administrar corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas, como fazê-lo no seio de uma família, como pode fazê-lo um bom pai de família que sabe fazer prosperar a fortuna da sua família, que sabe arranjar para ela as alianças que convêm –, como introduzir essa atenção, essa meticulosidade, esse tipo de relação do pai de família com sua família na gestão de um Estado? A introdução da economia no seio do exercício político, é isso, a meu ver, que será a meta essencial do governo. (FOUCAULT, 2023, p. 128)

Já no século XVIII, o filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau reflete, no contexto de emergência da economia política, a respeito da questão sobre a introdução

---

<sup>98</sup> FOUCAULT, 2023, p. 127.

<sup>99</sup> FOUCAULT, 2023, p. 127.

<sup>100</sup> FOUCAULT, 2023, p. 128.

do “sábio governo da família”<sup>101</sup> no nível do governo político do Estado, assim como o fisiocrata francês François Quesnay situa a qualidade positiva de um governo através da concepção de “governo econômico”<sup>102</sup>. Trata-se de uma compreensão cada vez mais corrente da economia, não apenas como uma modalidade de governo, mas como o próprio “campo de intervenção para o governo” como é o caso do liberalismo clássico e do neoliberalismo nas análises presentes em *Nascimento da biopolítica*

Governar um Estado será portanto aplicar a economia, uma economia no nível de todo o Estado, isto é, [exercer] em relação aos habitantes, às riquezas, à conduta de todos e de cada um uma forma de vigilância, de controle, não menos atenta do que a do pai de família sobre a casa e seus bens. (FOUCAULT, 2023, p. 129)

A palavra “economia” designava uma forma de governo no século XVI, e no século XVIII designará um nível de realidade, um campo de intervenção para o governo, através de uma série de processos complexos e, creio, absolutamente capitais para a nossa história. (FOUCAULT, 2023, p. 129)

Além do governo da família e da concepção de economia cada vez mais presente nas reflexões sobre o governo político do Estado, Foucault destaca que outro aspecto fundamental na “literatura anti-Maquivel” e, em específico, no tratado de La Perrière, é a definição do governo como “a correta disposição das coisas para um fim adequado”. Para além do território e dos súditos do principado, Foucault recorre à clássica “metáfora do barco”<sup>103</sup> para explicar como governar o conjunto de seres humanos e “coisas”, como se refere La Perrière. La Perrière defende que o governo se dirige às “coisas” e possui o objetivo de dispor delas para um determinado fim, um “fim adequado”. O que seriam essas “coisas” a se governarem, segundo La Perrière? A população, sua relação com as riquezas, os acontecimentos aleatórios – epidemias, fome, morte, acidentes – e o próprio território. E, em segundo lugar, o que seria um “fim adequado”? Para cada coisa a se dispor no governo, existe um fim particular que lhe é convergente:

(...) o governo deverá agir de modo que se produza o máximo possível de riquezas; e terá de agir de modo que se forneça às pessoas meios de

---

<sup>101</sup> FOUCAULT, 2023, p. 129.

<sup>102</sup> FOUCAULT, 2023, p. 129.

<sup>103</sup> “O que é governar um barco? É encarregar-se dos marinheiros, mas é também encarregar-se do navio, da carga; governar um barco também é levar em conta os ventos, os escolhos, as tempestades, as intempéries. E é esse estabelecimento da relação dos marinheiros com o navio que se tem de salvar, com a carga que se tem de levar ao porto, e as relações de tudo isso com todos esses acontecimentos que são os ventos, os escolhos, as tempestades, é o estabelecimento dessa relação que caracteriza o governo de um barco”. Cf. FOUCAULT, 2023, p. 131.

subsistência suficientes (...); o governo terá de agir, por fim, de modo que a população possa multiplicar-se. (FOUCAULT, 2023, p. 134)

Foucault acredita que aí esteja uma oposição interessante entre soberania e governo, tal como este é apresentado na acepção de La Perrière. Enquanto a soberania se dirige para si mesma por meio das leis, o objetivo do governo é se dirigir às “coisas” por meios de diversas táticas. Diferente do princípio de Maquiavel, o bom governador deve, segundo La Perrière, usar menos de meios violentos para exercer a sua atividade. Diferente do princípio de poder soberano, o bom governador deve ser como um “pai de família”, dirigindo a sua ação a serviço dos que são governados<sup>104</sup>.

De acordo com Foucault, essa arte de governar desenvolvida a partir do século XVI esteve ligada aos “desenvolvimentos do aparelho administrativo das monarquias territoriais (aparecimento dos aparelhos de governo, dos representantes do governo etc.)”, à instituição do saber da estatística enquanto ciência do Estado e também da constituição do mercantilismo como racionalidade específica de governo<sup>105</sup>. Contudo, essa concepção não-territorial de governo não pôde ser colocada em prática antes do século XVIII, ficando bloqueada por fatores históricos e pela predominância das técnicas de soberania nas preocupações sobre o Estado e o seu território. Foucault identifica o mercantilismo como uma “primeira racionalização do exercício do poder como prática do governo”<sup>106</sup>, mas que ainda permanecia muito atrelada à teoria da soberania.

Foucault lembra que o problema do “governo da família” – caro à história da economia – é uma importante chave de virada no desbloqueio da arte de governar no século XVIII. A partir das primeiras formulações dessa teoria do governo, vêm as perguntas: “Como fazer para que quem governa possa governar o Estado tão bem, de uma maneira tão precisa, meticulosa, quanto se pode governar uma família?”<sup>107</sup> Através do modelo da família – assim como da teoria da soberania –, a arte de governar não poderia se exercer propriamente e mantinha-se bloqueada. Segundo Foucault, o desbloqueio dessa arte de governar baseada na economia política e na crítica à teoria jurídica da soberania apenas se dá por causa da emergência do problema da população:

---

<sup>104</sup> FOUCAULT, 2023, p. 132-135.

<sup>105</sup> FOUCAULT, 2023, p. 135-136.

<sup>106</sup> FOUCAULT, 2023, p. 138.

<sup>107</sup> FOUCAULT, 2023, p. 139.

(...) temos um processo bastante sutil, que precisaríamos tentar reconstituir em detalhe, no qual veríamos como a ciência do governo, o recentramento da economia em outra coisa além da família e, enfim, o problema da população estão ligados uns aos outros. Foi através do desenvolvimento da ciência do governo que a economia pode recentrar- se num certo nível de realidade que caracterizamos agora como econômica, e foi também através do desenvolvimento da ciência do governo que foi possível recortar o problema específico da população. Mas poder-se-ia igualmente dizer que é graças à percepção dos problemas específicos da população e graças ao isolamento desse nível de realidade que se chama economia, que o problema do governo pode enfim ser pensado, refletido e calculado fora do marco jurídico da soberania. (FOUCAULT, 2023, p. 140)

O problema da população é o que leva a concepção de família como modelo do governo para um outro plano. Com os problemas de ordem populacional, a família – outrora “modelo de governo” e agora “instrumento governamental” – se torna um ponto de apoio para a administração da população. Por isso, não é mais a família e sim a população a questão central do governo econômico, “o fim e o instrumento do governo: sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo”<sup>108</sup>. Está colocado aqui o conjunto “governo - população - economia política” (e isso não quer dizer que a soberania tenha desaparecido<sup>109</sup>), que até hoje é fundamental na política:

(...) a população vai ser o objeto que o governo deverá levar em conta nas suas observações, em seu saber, para chegar efetivamente a governar de maneira racional e refletida. A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber de todos os processos que giram em torno da população no sentido lato, o que se chama precisamente “economia”. (FOUCAULT, 2023, p. 143)

Em todo caso, o que eu queria lhes mostrar era um vínculo histórico profundo entre o movimento que desloca as constantes da soberania para detrás do problema, agora maior, das boas opções de governo, o movimento que faz a população aparecer como um dado, como um campo de intervenção, como a finalidade das técnicas de governo, [enfim] o movimento que isola a economia como domínio específico de realidade e a economia política ao mesmo tempo como ciência e como técnica de intervenção do governo nesses campos de realidade. São estes três movimentos – a meu ver: governo, população e economia política --, acerca dos quais cabe notar que constituem

---

<sup>108</sup> FOUCAULT, 2023, p. 142.

<sup>109</sup> Usando o exemplo de Jean-Jacques Rousseau em seu livro *O contrato social*, Foucault nega o desaparecimento da soberania com o desbloqueio da arte de governar: “Depois [Rousseau] escreverá *Contrato social*: o problema será precisamente saber como, com noções como as de ‘natureza’, de ‘contrato’, de ‘vontade geral’, pode-se oferecer um princípio geral de governo que dará lugar, ao mesmo tempo, ao princípio jurídico da soberania e aos elementos pelos quais se pode definir e caracterizar uma arte do governo. Logo, a soberania não é de forma alguma eliminada pelo surgimento de uma nova arte de governar, uma arte de governar que agora transpor o limiar de uma ciência política”. E o mesmo é colocado em relação à disciplina como dispositivo moderno de poder: “Temos, de fato, um triângulo – soberania, disciplina e gestão governamental -, uma gestão governamental cujo alvo principal é a população e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança. Cf. FOUCAULT, 2023, p. 144-145.

a partir do século XVIII uma série sólida, que certamente não foi dissociada até hoje. (FOUCAULT, 2023, p. 145)

Tendo a série “governo - população - economia”, que é bem diferente da série “segurança – território - população” (que dá o título do curso de 1978), Foucault apresenta a noção de “governamentalidade” e se propõe a fazer sua genealogia. Esse termo possui três sentidos diferentes: 1. o conjunto de técnicas que, desde o século XVIII, permite o exercício específico de um governo cujo alvo é a população, o saber é a economia política e os instrumentos são os dispositivos de segurança; 2. a tendência política no Ocidente do desenvolvimento de múltiplas formas de governo sobre os outros (soberania, disciplina e biopolítica); 3. O processo de governamentalização do Estado moderno<sup>110</sup>.

Se em 1976 – ano do curso *Em defesa da sociedade* e do livro *A vontade de saber* –, o século XVIII seria o início da “era do biopoder”, a partir de 1978 está colocada sua definição como a abertura da “era da governamentalidade”<sup>111</sup> até os dias atuais. Esse ponto será melhor explorado em *Nascimento da biopolítica* – aqui nesta tese, no segundo Capítulo – e diz respeito à anterioridade das práticas e táticas do governo em relação a uma suposta preexistência ou universalidade do Estado.

Após reconstituir diferentes economias de poder na Modernidade (soberania, disciplina e biopolítica) e a construção histórica de um “Estado de governo”, o projeto foucaultiano de uma genealogia da governamentalidade – de “governamentalização” do Estado – a partir do curso *Segurança, território, população* traça ao menos três etapas: a constituição do poder pastoral na Antiguidade judaico-cristã; o desenvolvimento do dispositivo diplomático-militar como um dos conjuntos tecnológicos da razão de Estado a partir do século XVI; e a formação da “pólicia” como outro conjunto tecnológico fundamental da razão de Estado<sup>112</sup>.

Apesar da contextualização das artes de governar na aula de 1º de fevereiro, ainda é necessário precisar melhor, do ponto de vista metodológico, o que é a noção foucaultiana de “governo”. Na aula de 8 de fevereiro de 1978<sup>113</sup>, Foucault aprofunda o sentido da noção de “governo” – no sentido de governo político dos seres humanos – e

---

<sup>110</sup> FOUCAULT, 2023, p. 146-147.

<sup>111</sup> FOUCAULT, 2023, p. 147.

<sup>112</sup> FOUCAULT, 2023, p. 147-148.

<sup>113</sup> fFOUCAULT, 2023, p. 157-182.

a relaciona à formação do poder pastoral na tradição judaica e, sobretudo, cristã. Em *Segurança, território, população*, percorre, através de uma história genealógica, a ideia de governo dos seres humanos desde o poder pastoral até a constituição da “doutrina fisiocrática do ‘governo econômico’”<sup>114</sup>, importante ao liberalismo oitocentista. O objetivo do uso da noção de “governo” – e mais especificamente da de “governamentalidade” – estaria inserido, para Foucault, num projeto maior de abordagem de problemas concernentes ao Estado e à população na política do período moderno no Ocidente, assim como as relações de poder – a disciplina e a biopolítica – estiveram associadas geralmente a determinados saberes, práticas, discursos e instituições específicos:

(...) por querer estudar esse domínio, no fim das contas inconsistente, nebuloso, cingido por uma noção tão problemática e artificial quanto a de “governamentalidade”? (...) Por conseguinte, como se trata de estudar esse domínio, na melhor – ou na pior – das hipóteses semiobscuro do Estado e da população, por que querer abordá-lo através de uma noção que é plena e inteiramente obscura, a de “governamentalidade”? (FOUCAULT, 2023, p. 158)

Será que se pode falar de algo como uma “governamentalidade”, que seria para o Estado o que as técnicas de segregação eram para a psiquiatria, o que as técnicas da disciplina eram para o sistema penal, o que a biopolítica era para as instituições médicas? (FOUCAULT, 2023, p. 164)

Mesmo que a ação de governar esteja atrelada até os dias de hoje quase estritamente à ideia de administração do Estado e do seu território, vemos que o sentido inicial do próprio termo “governar” estaria associado, se recorremos breves análises semânticas da palavra, à ideia moral de “condução de condutas”. Trata-se do sentido religioso de “governo das almas”<sup>115</sup>, geralmente associado à compreensão da ação de “governar alguém”<sup>116</sup>, governar os outros. Desse modo, governar – que remonta ao sentido religioso de “governo das almas” – é conduzir a ação ou a conduta dos seres humanos. Seu sentido político só aparecerá, segundo Foucault, no século XVI, como já foi visto, nas teorias sobre as artes de governar e na literatura anti-Maquiavel. A influência sobre o aspecto político das artes de governar no século XVI não está associada à concepção de política na Antiguidade greco-romana, como se poderia supor.

---

<sup>114</sup> FOUCAULT, 2023, p. 158.

<sup>115</sup> FOUCAULT, 2023, p. 165.

<sup>116</sup> FOUCAULT, 2023, p. 165.

Inclusive, Foucault retorna a um texto fundamental da tradição grega – a tragédia *Édipo Rei*, de Sófocles – para indicar que o emprego da metáfora do barco não serve para falar do “governo dos outros”, ou dos súditos, e sim do “governo da cidade”<sup>117</sup>, ou seja, de um determinado território.

Para as investigações genealógicas sobre o tema do governo político dos seres humanos, Foucault remonta ao oriente pré-cristão e ao monasticismo cristão dos séculos IV e V – período de desenvolvimento de novas práticas de governo como a “direção de consciência” – para situar o pano de fundo dessa compreensão da arte de governar como “condução de condutas”. A formação do que entende por governo político dos seres humanos, desenvolvida no período moderno, está na forma de um governo religioso do “pastor” para a “salvação do seu rebanho”:

Mas, de uma maneira geral, creio que se pode dizer que a ideia de um governo dos homens é uma ideia cuja origem deve ser buscada no Oriente, num Oriente pré-cristão primeiro, e no Oriente cristão depois. E isso sob duas formas: primeiramente, sob a forma da ideia e da organização de um poder de tipo pastoral, depois sob a forma da direção de consciência, da direção das almas. (FOUCAULT, 2023, p. 168)

Foucault pesquisa a noção de poder pastoral – ou simplesmente de “pastorado” – ao longo das aulas dos dias 15<sup>118</sup> e 22<sup>119</sup> de fevereiro de 1978. O governo das almas – proveniente das religiões orientais, passando pelo judaísmo até chegar ao cristianismo e à fundação da Igreja Católica – é a “matriz de procedimentos de governos dos homens”<sup>120</sup>, pano de fundo histórico, ponto embrionário e modelo arcaico do governo político dos homens desenvolvido a partir do século XVI. O que chama a atenção de Foucault no fenômeno do pastorado é, principalmente, o modo como a condução de condutas no âmbito da religião cristã funcionava como um governo, não ainda para o Estado ou para administração da população, mas como “governo cotidiano dos homens em sua vida real a pretexto de sua salvação e na escala da humanidade”<sup>121</sup>. Durante vários séculos, o pastorado cristão permaneceu gerindo a “alma” de vários fiéis minuciosamente, em todas as esferas de sua vida. A partir do século XIII, surgiram as primeiras lutas contra o pastorado e foram sempre questionadas no interior do debate

---

<sup>117</sup> FOUCAULT, 2023, p. 167-168.

<sup>118</sup> FOUCAULT, 2023, p. 183-218.

<sup>119</sup> FOUCAULT, 2023, p. 219-254.

<sup>120</sup> FOUCAULT, 2023, p. 198.

<sup>121</sup> FOUCAULT, 2023, p. 199.

religioso do “direito de governar os homens (...) em sua vida cotidiana”<sup>122</sup>. Eis aqui o início de um debate político fundamental na Modernidade, o do “direito de saber como se vai ser governado e por quem”<sup>123</sup>.

No entanto, até chegar ao momento de crise do pastorado no final da Idade Média e início do período moderno, Foucault se remete a Gregório de Nazianzo – importante filósofo e teólogo da patrística do século IV – que definia esse “jogo do governo de uns pelos outros, do governo cotidiano, do governo pastoral”<sup>124</sup>, essa “arte de governar os homens pelo pastorado como *tékhne tekhnôn* (‘arte das artes’), *epistéme epistemôn* (‘ciência das ciências’)<sup>125</sup>”. O pastorado e a figura do “pastor” assumem o papel fundamental do governo dos outros até quando o poder pastoral vai dando espaço para um tipo de governo que se torna uma prática racionalizada para fins políticos decisiva para o nascimento do Estado moderno (século XVI).

Outros aspectos chamam a atenção de Foucault para o poder pastoral como um “prelúdio” da governamentalidade política no período moderno: ela introduz um princípio de verdade para o seu funcionamento sobre os indivíduos e é correlata e a para a constituição do sujeito moderno como indivíduo obediente através de uma determinada relação com a verdade:

É uma arte de governar os homens [o poder pastoral], e é por aí, creio, que devemos procurar a origem, o ponto de formação, de cristalização, o ponto embrionário dessa governamentalidade cuja entrada na política assinala, em fins do século XVI, séculos XVII-XVIII, o limiar do Estado moderno. O Estado moderno nasce, a meu ver, quando a governamentalidade se torna efetivamente uma prática política calculada e refletida. A pastoral cristã parece-me ser o pano de fundo desse processo, estando entendido que há, por um lado, uma imensa distância entre o tema hebraico do pastor e a pastoral cristã e [que] haverá, é claro, outra distância não menos importante, não menos ampla, entre o governo, a direção pastoral dos indivíduos e das comunidades e o desenvolvimento das artes de governar, a especificação de um campo de intervenção política a partir dos séculos XVI-XVII. (FOUCAULT, 2023, p. 221-222)

Parece-me que o pastorado esboça, constitui o prelúdio do que chamei de governamentalidade, tal como esta vai se desenvolver a partir do século XVI. Ele preludia a governamentalidade de duas maneiras. Pelos procedimentos próprios do pastorado, por essa maneira, no fundo, de não fazer agir pura e simplesmente o princípio da salvação, o princípio da lei e o princípio da verdade, por todas as espécies de diagonais que instaram sob a lei, sob a

---

<sup>122</sup> FOUCAULT, 2023, p. 200.

<sup>123</sup> FOUCAULT, 2023, p. 201.

<sup>124</sup> FOUCAULT, 2023, p. 202.

<sup>125</sup> FOUCAULT, 2023, p. 202.

salvação, sob a verdade, outros tipos de relações. É por aí portanto que o pastorado preludia a governamentalidade. E preludia também a governamentalidade pela constituição tão específica de um sujeito, de um sujeito cujos méritos são identificados de maneira analítica, de um sujeito que é sujeitado em redes contínuas de obediência, de um sujeito que é subjetivado pela extração de verdade que lhe é imposta. (FOUCAULT, 2023, p. 245-246)

Na aula de 1º de março de 1978<sup>126</sup>, Foucault remonta à relação conflitante entre religião e política, não apenas na ordem do conflito entre a Igreja e o Estado, e sim na do pastorado e do governo. A partir dos séculos XVI e XVII, o poder pastoral é colocado em xeque e abre-se espaço para a dimensão política da governamentalidade. Não quer dizer com isso que o pastorado vai desaparecer na Modernidade, mas vai ser retomado no contexto político – e não mais apenas religioso – de exercício do governo dos outros<sup>127</sup>. Após os questionamentos sobre o modo de funcionamento do poder pastoral, a história da política ocidental – até os tempos atuais – apresenta diversos exemplos de recusa da “governamentalidade oficial”<sup>128</sup> em prol da “possibilidade de alternativa à conduta governamental sob a forma de outra conduta”<sup>129</sup>, ou seja, “outra governamentalidade”<sup>130</sup>.

O conjunto de práticas de crítica e de recusa do modo de governo do pastorado é chamado por Foucault de “contracondutas”. Esses movimentos são as revoltas localizadas no interior do próprio pastorado e contra a obediência integral exigida aos fiéis através de técnicas de governo. O tema das contracondutas leva à compreensão da existência de resistências a certas ações de governar entendidas como intoleráveis e abre espaço para a relação indissociável e necessária entre governo dos outros (política) e governo de si (ética). A um só tempo, a análise das artes de governar se debruça sobre o modo como o governo interfere na vida dos indivíduos e da população em geral, como também sobre como eles podem resistir à forma como são afetados pelo governo através das chamadas “contracondutas”. Mas, como já foi dito, o poder pastoral não desaparece totalmente após a insurreição dos movimentos de contracondutas. Ele também influencia as novas práticas seculares de governo constituídas no início do período moderno, que buscam a fundamentação do exercício governamental não mais

---

<sup>126</sup> FOUCAULT, 2023, p. 255-304.

<sup>127</sup> FOUCAULT, 2023, p. 255-263.

<sup>128</sup> FOUCAULT, 2023. p. 264.

<sup>129</sup> FOUCAULT, 2023, p. 264.

<sup>130</sup> FOUCAULT, 2023, p. 265.

em discursos e sim em uma realidade imanente ao cotidiano dos seres humanos: o Estado. Com isso, Foucault esquematiza – em meio a esse contexto histórico de revoltas, contracondutas e insurreições – a passagem do governo religioso das almas no poder pastoral para o governo político dos seres humanos no interior do Estado moderno, na aula de 8 de março de 1978<sup>131</sup>.

Já foi explicitado na aula do dia 1º de fevereiro de 1978, com a introdução da noção de “governamentalidade” no curso *Segurança, território, população*, que o século XVI é conhecido não apenas pela Reforma Protestante ou pelas contracondutas religiosas, e sim por ser a “era dos governos”<sup>132</sup>, de formulações das diversas teorias das artes de governar. A pergunta “como governar?” aparecia naquela época em várias dimensões, como a da família, da religião, da pedagogia, da moral e, sobretudo aqui, da política. E essa pergunta – “como governar?” – foi colocada no interior do exercício do poder soberano, uma vez que o que se deve governar não é o território, mas os indivíduos. Posto de outro modo, a pergunta é a seguinte: “(...) de acordo com que racionalidade, que cálculo, que tipo de pensamento será possível governar os homens no âmbito da soberania?”<sup>133</sup>.

A razão governamental a partir do século XVI não será mais o pastorado, mas algo diferente disso. Não se trata mais de um governo atrelado necessariamente à Igreja, à figura do “pastor” e ao objetivo da salvação das almas. Foucault retoma até mesmo o pensamento escolástico de Tomás de Aquino para mostrar que já na Idade Média havia o entendimento de que o soberano não apenas deve reinar, mas também governar. Para isso, Tomás de Aquino defende que existe uma continuidade entre a soberania divina e o governo humano, estabelecendo uma analogia do governo por meio de Deus e do ser humano. Segundo Tomás de Aquino, o soberano exerce o “governo de Deus na terra”<sup>134</sup>.

Todavia, Foucault afirma que não é exatamente o modelo de governo baseado na continuidade entre Deus e os seres humanos que vai fundar uma “razão governamental” a partir do século XVI. Tem-se aqui, principalmente, um afastamento da ação de “governar o mundo pastoralmente”<sup>135</sup>, do “governo pastoral de Deus sobre o

---

<sup>131</sup> FOUCAULT, 2023, p. 305-340.

<sup>132</sup> FOUCAULT, 2023, p. 309.

<sup>133</sup> FOUCAULT, 2023, p. 311.

<sup>134</sup> FOUCAULT, 2023, p. 311.

<sup>135</sup> FOUCAULT, 2023, p. 315.

“mundo”<sup>136</sup>. Se não é mais Deus ou a natureza divina, qual vai ser a razão governamental na política? Segundo Foucault, é a *res publica* (“coisa pública”) quem assume o lugar. Ele descreve que no século XVI há o processo de “governamentalização da *res publica*”<sup>137</sup> através de um maior interesse pelas artes de governar. Em outras palavras, a “coisa pública” está associada ao Estado moderno recém-governamentalizado. E a primeira forma de racionalização das práticas governamentais incorporada à política moderna é chamada, por esse motivo, de “razão de Estado”:

Bem, em todo caso vemos aparecer aí a palavra “lei”, quando a coisa ainda se situava do ponto de vista jurídico-epistemológico – é o que ainda não se chamava de “leis”, mas de “princípios”, *principia naturae*. Por outro lado, temos uma soberania sobre os homens que é chamada a se carregar, a se lastrear com uma coisa específica que não está contida diretamente nela, que obedece a um outro modelo e a um outro tipo de racionalidade, e esta coisa a mais é o governo, o governo que deve buscar sua razão. *Principia naturae* de um lado, e, de outro, a razão desse governo, *ratio* – esta expressão vocês conhecem --, *ratio status*. É a razão de Estado. (FOUCAULT, 2023, p. 318)

Dito de outra maneira, o governo político dos seres humanos – nesta época chamado de “razão de Estado” – pretende se dissociar da natureza divina e de seus “princípios naturais” através de uma oposição “entre a governamentalidade da natureza e a governamentalidade do Estado”<sup>138</sup>. Apesar das críticas a Maquiavel já feitas por uma literatura sobre o governo a partir do século XVI (já apresentadas na aula do dia 1º de fevereiro de 1978), foi o filósofo político italiano quem estabeleceu, para apoiadores da razão de Estado – como o teórico francês setecentista Gabriel Naudé –, a necessidade de se buscar uma arte de governar desconectada da continuidade entre natureza divina e governamentalidade humana.

Na aula de 1º de fevereiro, já foi colocada a crítica dos teóricos das artes de governar. *O princípio*, de Maquiavel, é o “exemplo de redução da arte de governar a nada mais que a salvação, não do Estado, mas do principado”<sup>139</sup>. Sem qualquer racionalidade ou princípio da “natureza divina” para direcionar a prática governamental (e aqui Foucault faz uma breve alusão ao escritor russo Fiódor Dostoiévski e à famosa frase a ele atribuída “Se Deus não existe, tudo é permitido”<sup>140</sup>), apenas é possível localizar o

---

<sup>136</sup> FOUCAULT, 2023, p. 315.

<sup>137</sup> FOUCAULT, 2023, p. 317.

<sup>138</sup> FOUCAULT, 2023, p. 320.

<sup>139</sup> FOUCAULT, 2023, p. 326.

<sup>140</sup> FOUCAULT, 2023, p. 327.

príncipe atendendo aos seus próprios caprichos. Diferentemente do pensamento jurídico-teológico da lei natural ou da soberania divina, Foucault afirma que os políticos no século XVI foram os primeiros a pensar na “especificidade do governo em relação ao exercício da soberania”<sup>141</sup> e, mais precisamente, na própria racionalidade governamental: a razão de Estado. Aliás, Foucault resgata o exemplo paradigmático de Luís XIV para comentar a entrada da razão de Estado no âmbito político-histórico da soberania – uma “costura soberania-governo”<sup>142</sup> – expressa na famosa frase: “O Estado sou eu”<sup>143</sup>.

É preciso lembrar que o Estado, em Foucault, não é tomado como uma essência ou um universal, um objeto preexistente na política moderna. Ao invés disso, Foucault reflete sobre a condição de possibilidade histórica do Estado moderno através de determinadas práticas políticas de governo dos seres humanos anteriores a ele:

O que eu gostaria de lhes mostrar, o que tentarei lhes mostrar é como se pode efetivamente situar a emergência do Estado, objeto político fundamental, no interior de uma história mais geral, que é a história da governamentalidade, ou ainda, se vocês preferirem, no campo das práticas de poder. (...) E se o Estado não fosse mais que uma maneira de governar? Se o Estado não fosse mais que um tipo de governamentalidade? E se, de fato, todas essas relações de poder que vemos se formarem pouco a pouco a partir de processos múltiplos e bem diferentes uns dos outros, e que pouco a pouco se coagulam e fazem efeito, se essas práticas de governo fossem precisamente aquilo a partir do que se constituiu o Estado? (...) o Estado nada mais é que uma peripécia do governo, e não o governo que é um instrumento do Estado. Ou, em todo caso, o Estado é uma peripécia da governamentalidade. (FOUCAULT, 2023, p. 331-332)

Na aula de 15 de março de 1978<sup>144</sup>, Foucault observa de perto algumas das formulações sobre a razão de Estado como aquela presente entre os seus principais teóricos entre os séculos XVI e XVII. Ele chama atenção, por exemplo, para o teórico político italiano Palazzo, autor da obra do século XVII intitulada *Discurso sobre o verdadeiro governo e a razão de Estado*, na qual destaca a importância do “governo como ato de criação contínua da república”<sup>145</sup>. Em Palazzo, apesar de o alvo e a finalidade de sua razão governamental serem o próprio Estado e não ainda a população (por mais que às vezes estivesse já implicitamente presente na razão de Estado), há a

---

<sup>141</sup> FOUCAULT, 2023, p. 329.

<sup>142</sup> FOUCAULT, 2023, p. 330.

<sup>143</sup> FOUCAULT, 2023, p. 330.

<sup>144</sup> FOUCAULT, 2023, p. 341-382.

<sup>145</sup> FOUCAULT, 2023, p. 346.

defesa de “um governo ao mesmo tempo perpétuo e conservador”<sup>146</sup>. Não há um ponto de origem nem um termo para a razão de Estado. Eis aqui, com essa racionalidade governamental, o ponto do “indefinido de uma governamentalidade”<sup>147</sup>, de uma política e de uma história permanentemente abertas.

Diferentemente da soberania, a arte de governar da razão de Estado não está relacionada com a legalidade, com um conjunto de leis, e sim com estratégias e táticas para suprir as necessidades do próprio Estado e preservá-lo de eventuais golpes em um contexto de governamentalidade indefinida. A partir do teórico político do século XVII Gabriel Naudé, Foucault declara que o golpe de Estado aparece como um “trágico de uma governamentalidade”<sup>148</sup> no interior dessa razão de Estado.

Foucault considera também uma característica bem interessante da razão de Estado, mas agora a partir das formulações políticas do filósofo inglês Francis Bacon. Ao contrário de Maquiavel, que observa as ameaças ao principado a partir de complôs organizados por membros próximos do governo ou por rivais políticos, Bacon argumenta em seu *Ensaio sobre sedições e distúrbios*, que a razão de Estado deve governar possuindo em vista o povo e as suas possíveis revoltas. A racionalidade governamental deve ter cuidado não apenas de administrar e gerir o povo em si, mas a própria economia do Estado e as opiniões (im)populares<sup>149</sup>.

Essa arte de governar, a razão de Estado, possui uma relação com a verdade, assim como o poder pastoral. O regime de verdade da razão de Estado diz respeito principalmente a um conjunto de práticas e de técnicas necessárias para a manutenção e o enriquecimento do próprio Estado, algo diferente de uma salvação da humanidade dos pecados da vida terrena. Segundo Foucault, esse regime de verdade nessa racionalidade governamental garantiu que o Estado “se tornasse uma maneira de governar, uma maneira de agir mas uma maneira também de se relacionar com o governo”<sup>150</sup>.

Na aula de 22 de março de 1978<sup>151</sup>, Foucault permanece investigando a razão de Estado e a compreensão da política como espaço de reflexão teórica e de prática

---

<sup>146</sup> FOUCAULT, 2023, p. 346.

<sup>147</sup> FOUCAULT, 2023, p. 347.

<sup>148</sup> FOUCAULT, 2023, p. 356.

<sup>149</sup> FOUCAULT, 2023, p. 357-364.

<sup>150</sup> FOUCAULT, 2023, p. 369.

<sup>151</sup> FOUCAULT, 2023, p. 383-416.

governamental a partir do século XVI, como “forma racional da arte de governar”<sup>152</sup>. E o Estado aparece como princípio e objetivo da racionalidade governamental desenvolvida pelos teóricos e políticos da razão de Estado<sup>153</sup>.

Foucault recapitula também a razão de Estado como arte política de governar, isto é, uma forma de “governar racionalmente segundo as necessidades”<sup>154</sup> do próprio Estado, e não mais como uma forma de salvação da humanidade como é caso do poder pastoral. O Estado, no entendimento dos teóricos da razão de Estado não é, para Foucault, um objeto já-dado, uma essência, mas algo que a arte de governar sempre está por se fazer e aprimorar<sup>155</sup>.

Ao final do curso *Segurança, território, população*, nas aulas de 29 de março<sup>156</sup> e de 5 de abril de 1978<sup>157</sup>, Foucault situa a razão de Estado em contexto de concorrência entre outros Estados nacionais. O “grande limiar de modernidade dessa arte de governar”<sup>158</sup> – a razão de Estado – está exatamente nesse jogo de forças e de concorrência política a partir do século XVI. Nesse contexto concorrencial no interior de um campo relacional de forças, Foucault pondera sobre as técnicas de governo fundamentais da razão de Estado: os instrumentos técnicos diplomático-militares (na política externa) e os dispositivos “policiais” (na política interna). É preciso lembrar que, aqui, o termo “polícia” não aparece no sentido atual, de corporação encarregada de assegurar as leis e a ordem da sociedade civil, mas sim como forma generalizada de governo político no interior do Estado. Desde o século XVI, a polícia – dispositivo de governo da razão de Estado – possui o objetivo de gerir questões internas do Estado, como é caso das finanças e das riquezas, isto é, a economia. Determinados problemas sociais, como o da escassez de alimentos e o da fome – como foram apresentados no início do curso de 1978 para abordar a constituição dos dispositivos de segurança e da biopolítica – passam a ser cada vez mais geridos através da racionalidade de um “governo econômico” e não apenas de um “governo estritamente político”. No caso da razão de Estado, a prática econômica de governo se dava através do mercantilismo.

---

<sup>152</sup> FOUCAULT, 2023, p. 385.

<sup>153</sup> FOUCAULT, 2023, p. 383-384.

<sup>154</sup> FOUCAULT, 2023, p. 385.

<sup>155</sup> FOUCAULT, 2023, p. 388.

<sup>156</sup> FOUCAULT, 2023, p. 417-446.

<sup>157</sup> FOUCAULT, 2023, p. 447-486.

<sup>158</sup> FOUCAULT, 2023, p. 418.

Tem-se aqui, portanto, a importância crescente do problema da economia, ao longo dos séculos XVII e XVIII, no âmbito do governo político do Estado:

É um feixe de relações inteligíveis, analisáveis, que possibilitam ligar, como as faces de um mesmo poliedro, um certo número de elementos fundamentais: a formação de uma arte de governar, que seria ajustada ao princípio da razão de Estado; uma política de competição na forma do equilíbrio europeu; a busca de uma tecnologia de crescimento das forças estatais por meio de uma política que teria essencialmente por finalidade a organização das relações entre uma população e uma produção de mercadorias; e, por fim, a emergência da cidade-mercado, com todos os problemas de coabitacão, de circulação, como problemas do âmbito da vigilância de um bom governo de acordo com os princípios da razão de Estado. (...) Há um ciclo, por assim dizer, razão de Estado e privilégio urbano, um vínculo fundamental entre a polícia e o primado da mercadoria, e é na medida em que houve essa relação entre razão de Estado e privilégio urbano, entre polícia e primado da mercadoria, que o viver e o melhor que viver, que o ser e o bem-estar dos indivíduos tornaram-se efetivamente pertinentes – e pela primeira vez, creio eu, na história das sociedades ocidentais – para a intervenção do governo. Se a governamentalidade do Estado se interessa, e pela primeira vez, pela materialidade fina da existência e da coexistência humana, pela materialidade fina da troca e da circulação, se esse ser e esse melhor-estar é levado em conta pela primeira vez pela governamentalidade do Estado, e isso através da cidade e através dos problemas como os da saúde, das ruas, dos mercados, dos cereais, das estradas, é porque o comércio é pensado nesse momento como o instrumento principal da força desse Estado e, portanto, como o objeto privilegiado de uma polícia que tem por objetivo o crescimento das forças do Estado. (FOUCAULT, 2023, p. 453-454)

Com essa presença cada vez mais constante da economia no âmbito da racionalidade governamental do Estado no lugar dos dispositivos de polícia, especialmente no século XVIII, os economistas passam a participar mais da elaboração de uma nova governamentalidade. Assim como sobre o problema da cidade enquanto espaço de comércio e de circulação das mercadorias, os economistas também refletem sobre a agricultura como “elemento fundamental numa governamentalidade racional”<sup>159</sup> ou “objeto privilegiado da intervenção governamental”<sup>160</sup>. A agricultura era, para os economistas oitocentistas, uma questão central para a produção capitalista: “Logo já não é a cidade, e sim a terra, já não é a circulação, e sim a produção, já não é a venda ou o ganho com a venda, e sim o problema do retorno – tudo isso é que aparece agora como objeto essencial da governamentalidade”<sup>161</sup>.

Também através da economia, o governo não será mais direcionado estritamente

---

<sup>159</sup> FOUCAULT, 2023, p. 459.

<sup>160</sup> FOUCAULT, 2023, p. 459.

<sup>161</sup> FOUCAULT, 2023, p. 459.

para a gestão do Estado e sim da população (como já foi visto na aula de 1º de fevereiro de 1978). Trata-se aqui do início de uma nova governamentalidade, que não é mais propriamente a razão de Estado e a sua forma de gestão por meio de uma intervenção ilimitada dos dispositivos de polícia. Trata-se de uma arte de governar projetada pelos economistas oitocentistas, na qual a razão de Estado e o Estado de polícia são limitados em prol do livre comércio no interior da sociedade civil: “(...) os que fizeram a crítica do Estado de polícia em função da eventualidade, da possibilidade, em função do nascimento de uma nova arte de governar, pois bem, foram os economistas”<sup>162</sup>. A partir do século XVIII, surgem determinadas críticas à “governamentalidade dos políticos”, ou seja, ao funcionamento da razão de Estado, ao dispositivo de polícia e, especialmente, ao mercantilismo entendido como prática de governo, abrindo espaço para uma nova governamentalidade: o liberalismo clássico. Após a razão de Estado fundada pelos políticos no século XVI, é constituída uma nova razão governamental presente até os dias atuais sob o signo da economia política:

Não mais em relação a esse grande pensamento cosmoteológico da soberania, mas herético em relação a um pensamento ordenado em torno da razão de Estado, herético em relação ao Estado, heréticos em relação ao Estado de polícia, e foram eles que inventaram uma nova arte de governar, sempre em termos de razão, claro, mas de uma razão que não era mias a razão de Estado, ou que não era mais apenas a razão de Estado, que era, para dizer as coisas mais precisamente, a razão de Estado modificada por essa coisa nova, esse novo domínio que estava aparecendo e que era a economia. A razão econômica está, não substituindo a razão de Estado e dando, por conseguinte, novas formas à racionalidade de Estado. Nova governamentalidade que nasce com os economistas mais de um século depois da outra governamentalidade ter aparecido no século XVII. Governamentalidade dos políticos que vai nos dar a polícia, governamentalidade dos economistas que vai, a meu ver, nos introduzir em algumas das linhas fundamentais da governamentalidade moderna e contemporânea. (FOUCAULT, 2023, p. 466-467)

Foucault apresenta as transformações da razão de Estado a partir do século XVIII em cinco aspectos principais: 1. a questão da artificialidade política na razão de Estado e a defesa de uma naturalidade social; 2. a incapacidade de governar sem a ciência econômica; 3. o aparecimento do problema da população e da sua gestão; 4. a necessidade de limites para as intervenções da razão de Estado na economia; 5. o uso da liberdade como elemento imprescindível para o governo da população.

Os economistas do século XVIII e XIX denunciam a base “cosmoteológica” da

---

<sup>162</sup> FOUCAULT, 2023, p. 465.

*ratio status*, que remete ao pensamento político da Idade Média e se amplifica sem grandes questionamentos até o século XVI. Para os economistas oitocentistas, seria necessário um novo fundamento para a constituição de uma arte de governar, que se contrapõe ao “artificialismo dessa razão de Estado”<sup>163</sup> marcada pelas intervenções intermináveis do dispositivo de polícia em prol uma “naturalidade social” constituída através da economia política. A partir dessa nova governamentalidade oitocentista, surge a sociedade civil como uma instância correlativa ao próprio Estado: “A sociedade civil é o que o pensamento governamental, as novas formas de governamentalidade nascidas no século XVIII fazem surgir como correlativo necessário do Estado”<sup>164</sup>. Dessa maneira, um governo político não pode mais deixar de lado os interesses e os problemas relacionados à gestão de toda a sociedade.

Uma importante motivação para a constituição da governamentalidade crítica à razão de Estado é que o governo político não poderá ser exercido sem um conhecimento científico próprio da economia política: “(...) esse conhecimento científico é absolutamente indispensável para um bom governo”<sup>165</sup>. Além da economia como conhecimento indispensável para governar, há também o aparecimento do problema da população<sup>166</sup>. Com o estabelecimento da economia política como racionalidade científica do governo, e da população como objeto de governo, surgem os dispositivos de segurança, que funcionam como instrumentos de intervenção estatal para que a economia possa fluir naturalmente na sociedade civil:

O papel do Estado e, por conseguinte, a forma de governamentalidade que doravante vai lhe ser prescrita, essa forma de governamentalidade vai ter como princípio fundamental respeitar esses processos naturais ou, em todo caso, levá-los em conta, fazê-los agir ou agir com eles. Ou seja, de um lado, a intervenção da governamentalidade deverá ser limitada, mas esse limite posto à governamentalidade não será simplesmente uma espécie de marco negativo. (...) Tendo os mecanismos de segurança ou a intervenção, digamos, do Estado essencialmente como função garantir a segurança desses fenômenos naturais que são os processos econômicos ou os processos intrínsecos à população, é isso que vai ser o objetivo fundamental da governamentalidade. (FOUCAULT, 2023, p. 472-473)

Se por um lado essa nova razão governamental repensa a intervenção do Estado no

---

<sup>163</sup> FOUCAULT, 2023, p. 468.

<sup>164</sup> FOUCAULT, 2023, p. 469.

<sup>165</sup> FOUCAULT, 2023, p. 470.

<sup>166</sup> FOUCAULT, 2023, p. 471-472.

campo econômico, por outro lado, ele também coloca o problema da liberdade no centro de seu exercício. O limite da intervenção estatal é o ponto de afirmação das diferentes formas de liberdade que devem ser respeitadas. Trata-se de um governo que apenas existe enquanto houver liberdades necessárias para o seu pleno funcionamento:

Daí, enfim, a inscrição da liberdade não apenas como direito dos indivíduos legitimamente opostos ao poder, às usurpações, aos abusos do soberano ou do governo, mas da liberdade se tornou um elemento indispensável à própria governamentalidade. Agora só se pode governar bem se, efetivamente, a liberdade ou certo número de formas de liberdade forem respeitados. Não respeitar a liberdade é não apenas exercer abusos de direito em relação à lei, mas é principalmente não saber governar como se deve. A integração das liberdades e dos limites próprios a essa liberdade no interior do campo da prática governamental tornou-se agora um imperativo. (FOUCAULT, 2023, p. 473)

Nesta nova governamentalidade, a liberdade se torna um instrumento necessário para a condução da conduta populacional e ela existe concomitantemente com os dispositivos de segurança. O Estado de polícia – importante à razão de Estado – dá espaço para uma limitação da arte política de governar legitimada através do discurso “naturalista” da economia política nascente no século XVIII. Por meio de uma genealogia do Estado moderno enquanto efeito das práticas de governo, desde a condução do “rebanho” no pastorado cristão até a formação do governo político dos seres humanos, Foucault afirma o seguinte sobre essa nova governamentalidade oitocentista: “Sociedade, economia, população, segurança, liberdade: são os elementos da nova governamentalidade, cujas formas, parece-me, ainda conhecemos em suas modificações contemporâneas”<sup>167</sup>.

\*

Essa governamentalidade econômica crítica à razão de Estado da soberania – representada por teóricos como Adam Smith e Jeremy Bentham – é o “liberalismo clássico”. As principais características da arte liberal de governar são descritas nas primeiras aulas de *Nascimento da biopolítica*. Além das suas principais características, é possível ver, no segundo Capítulo, como o liberalismo – aqui entendido não somente como uma ideologia político-econômica, mas sobretudo como uma prática governamental – entra em crise na primeira metade do século XX e abre espaço para a

---

<sup>167</sup> FOUCAULT, 2023, p. 475.

constituição de uma nova governamentalidade: o neoliberalismo. Em primeiro lugar, há a necessidade de entender melhor o que é o liberalismo como razão governamental e a sua diferença em relação à razão de Estado. Em seguida, necessário localizar o momento de crise da arte liberal de governar proveniente do século XVIII e de suas reformulações no século XX a partir de teóricos críticos ao *welfare state* defendido pelo economista inglês John Maynard Keynes, ao intervencionismo estatal praticado pelo nazifascismo e, principalmente, à ascensão da economia planificada do socialismo no contexto da Guerra Fria.

## CAPÍTULO II

### LIBERALISMO CLÁSSICO E NEOLIBERALISMO COMO PRÁTICAS DE GOVERNO

Comecemos por considerar que o atual interesse pela crítica política de Foucault se relaciona a pelo menos dois ganhos importantes legados por sua perspectiva de análise do neoliberalismo (...). Em primeiro lugar, trata-se de uma perspectiva que permite adotar o neoliberalismo como uma *racionalidade específica de governamento* – no sentido da gestão de condutas -, o que desloca a habitual compreensão do fenômeno político neoliberal em termos de uma mera continuidade com o liberalismo clássico e/ou uma reativação de “velhas teorias econômicas”. Em segundo lugar, e como ocorre habitualmente em Foucault, na condição de *racionalidade específica de governamento* o neoliberalismo possui por correlato a formação de um tipo de *individuação obediente* também específica, - trata-se do *homo oeconomicus*, elemento básico da nova razão governamental, cuja modalidade de assujeitamento consiste na incorporação da lógica ilimitada de acumulação de capital como modalidade subjetiva. (YAZBEK, 2023, p. 126)

No capítulo anterior, vimos que a biopolítica é uma modalidade moderna de poder diferente em seu funcionamento, mas complementar ao poder disciplinar. Por meio das análises da biopolítica, Foucault chega à noção de “governamentalidade”, que, ao mesmo tempo é essencial para a virada na obra foucautiana, a transição entre a genealogia do poder desenvolvida na década de 1970 para a genealogia ética da década de 1980, posteriormente, “consolida-se como uma perspectiva crítica central no debate acadêmico e militante de resistência ao neoliberalismo”<sup>168</sup>.

No final do curso *Segurança, território, população*, de 1978, Foucault – “um dos pioneiros no campo da filosofia política das técnicas de governo”<sup>169</sup> – realiza uma “genealogia do neoliberalismo”<sup>170</sup> e explicita um balanço histórico da crise de governamentalidade da razão de Estado, crise devida ao governo excessivo na visão dos

<sup>168</sup> YAZBEK, 2023, p. 125.

<sup>169</sup> CASTELO BRANCO; YAZBEK, 2023, p. 43.

<sup>170</sup> YAZBEK, 2023, p. 126.

principais críticos: os economistas, especialmente os fisiocratas oitocentistas. Foucault inicia o curso do ano seguinte, *Nascimento da biopolítica*, situando o papel da economia política como princípio de limitação interna da razão de Estado e, ao mesmo tempo, como saber indispensável para a prática de uma nova arte de governar no século XVIII: o liberalismo.

Nas aulas do curso *Nascimento da biopolítica* dedicadas ao tema do liberalismo clássico, aborda três aspectos fundamentais dessa governamentalidade: 1) a constituição do mercado como lugar de formação de verdade; 2) o tema da limitação do exercício do poder público; 3) o problema do equilíbrio europeu e das relações internacionais. Além disso, nas primeiras aulas do curso sobre o (neo)liberalismo, trata do conceito de interesse e da extensão da governamentalidade liberal a uma escala que não se restringe somente à Europa e atinge o mundo inteiro. É também de extrema importância nessas aulas a discussão sobre o papel da liberdade no liberalismo e a sua relação com os dispositivos de segurança, uma vez que a liberdade não é um dado natural inerente aos seres humanos, mas uma construção continuada da prática liberal de governar.

Neste segundo Capítulo, será abordada a crise do liberalismo, especialmente na primeira metade do século XX, crise promovida pela ascensão de modelos político-econômicos ditos “planificadores” e “socializantes”, como o nazifascismo, o socialismo e o keynesianismo. Com as formulações teóricas e práticas do liberalismo alicerçadas nos intitulados “neoliberais” (Walter Eucken, Franz Böhm, Alfred Müller-Armack, Friedrich von Hayek, Ludwig von Mises e Milton Friedman, por exemplo), Foucault explora a guinada neoliberal com base em duas principais correntes da “vanguarda do processo de refundação teórica e prática do liberalismo no século XX”<sup>171</sup>: o neoliberalismo alemão dos anos 1948-1962 – conhecido também como “ordoliberalismo” – e o neoliberalismo estadunidense da Escola de Chicago, que será tratado com maior profundidade no terceiro Capítulo. É preciso frisar que o neoliberalismo é considerado, na perspectiva foucaultiana, como uma “racionalidade específica de governamento”<sup>172</sup> ao invés de uma “mera continuidade com o liberalismo clássico”<sup>173</sup>, um retorno simplesmente ideológico às teorias liberais clássicas.

Com relação ao neoliberalismo em sua expressão germânica, Foucault analisa as

---

<sup>171</sup> IYAZBEK, 2023, p. 135.

<sup>172</sup> YAZBEK, 2023, p. 135.

<sup>173</sup> IYAZBEK, 2023, p. 135.

medidas político-econômicas da Alemanha no pós-Segunda Guerra Mundial. Os ordoliberais assumem o compromisso de refundar a legitimidade jurídica e o consenso político do Estado alemão a partir de princípios de liberdade econômica no âmbito do mercado. Segundo Foucault, a grande novidade do neoliberalismo em relação ao liberalismo clássico seria o fato de que o governo político não só deve respeitar a liberdade econômica do mercado como deve atuar em prol dele. Através de estudos sobre o ordoliberalismo alemão, Foucault também traz à tona a noção de “política de sociedade” e a questão da concorrência e da empresa no âmbito da economia social de mercado e mostra como os princípios do ordoliberalismo alemão – assim como do neoliberalismo estadunidense – influenciaram os governos políticos de outros países, inclusive a França, na década de 1970. Hoje, o neoliberalismo – “não apenas como uma doutrina econômica, mas, antes, como uma governamentalidade”<sup>174</sup> – é bastante influente, apesar de muitos partidários das políticas “liberalizantes” não se intitularem propriamente como “neoliberais”<sup>175</sup>.

Neste Capítulo, algumas perguntas são colocadas como pano de fundo: qual é o contexto de surgimento do liberalismo clássico no século XVIII? Quais limitações o liberalismo clássico impôs à razão de Estado? Como a arte liberal de governar entra em crise na primeira metade do século XX? Qual é o contexto de surgimento do neoliberalismo no século XX? Qual foi a influência do ordoliberalismo na Alemanha? Quais são as diferenças entre o liberalismo clássico e o ordoliberalismo alemão? Como o ordoliberalismo alemão influenciou o governo político de outros países como a França e os Estados Unidos?

## 2.1. O liberalismo clássico

Não há liberalismo sem cultura do perigo. (FOUCAULT, 2022, p. 87)

A partir do tema da biopolítica introduzido no curso *Em defesa da sociedade*<sup>176</sup>

---

<sup>174</sup> CASTELO BRANCO; YAZBEK, 2023, p. 45.

<sup>175</sup> CASTELO BRANCO; YAZBEK, 2023, p. 17.

<sup>176</sup> FOUCAULT, 2010.

e retomado no primeiro volume de *História da sexualidade* intitulado *A vontade de saber*<sup>177</sup>, Foucault investiga os dispositivos de segurança no curso *Segurança, território, população*<sup>178</sup>. A análise dos dispositivos de segurança encaminha a análise a um progressivo destaque da noção de governo “no lugar” da noção de poder, célebre na genealogia do poder da década de 1970. A história da governamentalidade empreendida no curso de 1978 abre espaço para pensar finalmente o liberalismo<sup>179</sup> no curso seguinte – *Nascimento da biopolítica*<sup>180</sup> –, não somente como uma doutrina político-econômica, mas como uma técnica específica de governo, uma razão econômica de governar seres humanos. Para Foucault, a arte liberal de governar é o quadro geral do nascimento da biopolítica e dos dispositivos de segurança nas sociedades contemporâneas, sendo estes uma “peça central da política dos estados liberais modernos”<sup>181</sup>. A reflexão sobre a governamentalidade liberal apenas é possível com o projeto foucaultiano de uma história das artes de governar entendidas como condução de condutas. Tendo em vista que existem diferentes tipos de governos – “o governo dos filhos, o governo das famílias, o governo de uma casa, o governo das almas, o governo das comunidades”<sup>182</sup> –, Foucault explora estritamente o governo dos seres humanos no campo da política: “racionalização da prática governamental no exercício da soberania política”<sup>183</sup>.

Na aula do dia 10 de janeiro de 1979<sup>184</sup>, Foucault esclarece que, com o estudo do governo político, não lhe interessa a “prática governamental real”<sup>185</sup>, isto é, o modo como os governantes exercem a sua atividade, e sim a reflexão, “a maneira pensada de governar o melhor possível”<sup>186</sup>. Entretanto, não se trata também de investigar os universais presentes na tradição ocidental do pensamento político: o “Estado”, a “Sociedade Civil”, o “Povo” e o “Soberano”, por exemplo. Foucault faz uma escolha

---

<sup>177</sup> FOUCAULT, 2015.

<sup>178</sup> Michel Senellart escreve a “Situação do curso”, que situa o contexto de formação das aulas dos cursos *Segurança, território, população* e *Nascimento da biopolítica*. Nela, há um resumo bem elaborado sobre a introdução do problema da biopolítica, dos dispositivos de segurança, do governo e, por fim, do liberalismo e do neoliberalismo. Cf. SENELLART, 2008, p. 495-538; FOUCAULT, 2023.

<sup>179</sup> Para uma compreensão da relação entre biopolítica, liberalismo e dispositivos de segurança, ver o capítulo 3 do livro *Foucault, governamentalidade e crítica* de Thomas Lemke. Cf. LEMKE, 2017, p. 59-79.

<sup>180</sup> FOUCAULT, 2022.

<sup>181</sup> YAZBEK, 2023, p. 128.

<sup>182</sup> FOUCAULT, 2022, p. 3.

<sup>183</sup> FOUCAULT, 2022, p. 4.

<sup>184</sup> FOUCAULT, 2022, p. 3-36.

<sup>185</sup> FOUCAULT, 2022, p. 4.

<sup>186</sup> FOUCAULT, 2022, p. 4.

por um certo “nominalismo”<sup>187</sup> – os universais citados acima não existem de antemão, mas a partir de determinadas práticas governamentais concretas:

(...) em vez de partir dos universais para deles deduzir fenômenos concretos, ou antes em vez de partir dos universais como grade de inteligibilidade obrigatória para um certo número de práticas concretas, gostaria de partir dessas práticas concretas e, de certo modo, passar os universais pela grade dessas práticas. (FOUCAULT, 2022, p. 5)

No projeto de uma história genealógica das governamentalidades, Foucault desenvolve uma investigação inicial sobre o governo religioso do pastorado cristão e, em seguida, a alteração para um governo político: a razão de Estado. Trata-se da “emergência de um certo tipo de racionalidade na prática governamental”. Uma vez que o Estado é algo tomado de antemão pela racionalização da prática governamental, o seu “ser” é constituído a partir de determinados princípios: “Governar segundo o princípio da razão de Estado é fazer que o Estado possa se tornar sólido e permanente, que possa se tornar rico, que possa se tornar forte diante de tudo o que pode destruí-lo”<sup>188</sup>.

De acordo com as aulas finais do curso *Segurança, território, população*, a razão de Estado possui dois instrumentos fundamentais de governo: o dispositivo diplomático-militar (no âmbito da política externa) e o dispositivo de polícia (no âmbito da política interna). Em *Nascimento da biopolítica*, aparece um terceiro instrumento, fundamental do ponto de vista econômico: o mercantilismo. Assim como o liberalismo, o mercantilismo não é, para Foucault, uma doutrina econômica, mas uma prática específica de governo que visa ao fortalecimento indefinido do Estado. Deve-se lembrar que o Estado é o objeto do governo – algo preestabelecido – e seu objetivo também, porque ele deve crescer permanentemente através do acúmulo de riquezas. Mais especificamente, Foucault afirma que o Estado é o “correlato de uma certa maneira de

---

<sup>187</sup> O nominalismo de Foucault como uma opção metodológica diz respeito à suposição da inexistência dos universais como “Estado”, “Soberano”, “Sociedade”, etc. Desse modo, ele investiga as práticas racionalizadas de governo para investigar o estatuto histórico dessas noções consideradas até então independentes da experiência: “(...) em vez de partir dos universais para deles deduzir fenômenos concretos, ou antes, em vez de partir dos universais como grade de inteligibilidade obrigatória para um certo número de práticas concretas, gostaria de partir dessas práticas concretas e, de certo modo, passar os universais pela grade dessas práticas. (...) Parto da decisão, ao mesmo tempo teórica e metodológica, que consiste em dizer: suponhamos que os universais não existem; e formulo nesse momento a questão à história e aos historiadores: como vocês podem escrever a história, se não admitem *a priori* que algo como o Estado, a sociedade, o soberano, os súditos existe? (...) Nada, portanto, de interrogar os universais utilizando como método crítico a história, mas partir da decisão da inexistência dos universais para indagar que história se pode fazer”. Cf. FOUCAULT, 2022, p. 5-6.

<sup>188</sup> FOUCAULT, 2022, p. 6.

governar”<sup>189</sup>, de uma certa *ratio* governamental. A razão de Estado possui uma limitação no campo da política externa, uma vez que se choca com os interesses de outros Estados, e uma ilimitação no exercício do Estado de polícia, visto que é soberano em relação a si mesmo. Contudo, os primeiros críticos à razão de Estado buscaram princípios de limitação do Estado de polícia a partir de determinados discursos, tal como o direito:

Ora, quando se desenvolver, a partir do século XVI, essa nova racionalidade governamental, o direito vai servir ao contrário como ponto de apoio para toda pessoa que quiser, de uma maneira ou de outra, limitar essa extensão indefinida de uma razão de Estado que toma corpo num Estado de polícia. A teoria do direito e as instituições judiciárias vão servir agora, não mais como multiplicadoras, mas ao contrário como subtratoras do poder real. Assim é que, a partir do século XVI e durante todo o século XVII, vamos ver desenvolver-se toda uma série de problemas, de polêmicas, de batalhas políticas, em torno por exemplo das leis fundamentais do reino, leis fundamentais do reino essas que os juristas vão objetar à razão de Estado dizendo que nenhuma prática governamental, nenhuma razão de Estado pode justificar o seu questionamento. (FOUCAULT, 2022, p. 11-12)

No início do curso *Nascimento da biopolítica*, as críticas à razão de Estado produzidas em meados do século XVIII são destrinchadas assim como as características da arte de governar resultante dessas críticas: o liberalismo. A questão da medida do governo é colocada pela razão liberal, de modo que o melhor governo possível seria aquele que governa menos em função da concepção fisiocrática de naturalidade dos fenômenos econômicos. Em outras palavras, o liberalismo aparece como “instauração de um princípio de limitação da arte de governar”<sup>190</sup>, criador de mecanismos de autoregulação ou de autolimitação permanente da razão de Estado. O governo liberal não é avaliado segundo a sua legalidade ou ilegalidade do ponto de vista do direito clássico e sim da eficiência ou da ineficiência do ponto de vista da economia política:

Dizer que há uma limitação de fato da prática governamental quererá dizer que o governo que desconhecer essa limitação será simplesmente um governo, mais uma vez não ilegítimo, não usurpador, mas um governo inábil, um governo inadequado, um governo que não faz o que convém. (FOUCAULT, 2022, p. 15)

Chamado por vezes de “razão governamental moderna”<sup>191</sup>, “razão

---

<sup>189</sup> FOUCAULT, 2022, p. 9.

<sup>190</sup> FOUCAULT, 2022, p. 15.

<sup>191</sup> FOUCAULT, 2022, p. 15.

governamental crítica”<sup>192</sup> e “crítica interna da razão governamental”<sup>193</sup>, o liberalismo não é entendido como uma forma de demarcar ou limitar a ação de determinados indivíduos em prol da liberdade de outros. Foucault não procura analisar o liberalismo apenas como uma “ideologia da liberdade”, mas sim como uma racionalidade governamental que antecede o Estado e estabelece determinadas limitações internas à sua prática. Em outros termos, a racionalidade liberal estabelece um limite entre o que convém e o que não convém no que diz respeito à intervenção do governo. A razão governamental do liberalismo não se refere a um governo imposto de uns sobre os outros, mas “[à] definição e [à] posição respectiva dos governados e dos governantes uns diante dos outros e em relação aos outros”<sup>194</sup>, uma forma de regular um jogo de forças no seio da própria sociedade civil.

O liberalismo se ocupa com o “como não governar demais”<sup>195</sup>. Baseada no saber da economia política, a razão liberal – entendida como “nova *ratio* governamental autolimitativa”<sup>196</sup> – mede o seu governo a partir de uma determinada “naturalidade” própria: “o que a economia política descobre não são direitos naturais anteriores ao exercício da governamentalidade, o que ela descobre é uma certa naturalidade própria da prática mesma do governo”<sup>197</sup>. Através de um determinado regime de verdade, considerando-se a economia política, a racionalidade governamental do liberalismo clássico vai limitar internamente a razão de Estado. Fundamentado na arte liberal de governar, existe o “risco de sempre governar demais”<sup>198</sup> e não “governar apenas o bastante”<sup>199</sup>. Como já foi dito, há o problema liberal da medida do governo, do “princípio do máximo/mínimo na arte de governar”<sup>200</sup>, de modo que um bom governo deve se encontrar entre o limite entre o muito e o pouco de sua ação política. Em síntese, a governamentalidade liberal nasce a partir da compreensão de que existiriam fenômenos econômicos considerados “naturais” e que devem ser preservados pelas práticas governamentais:

---

<sup>192</sup> FOUCAULT, 2022, p. 18.

<sup>193</sup> FOUCAULT, 2022, p. 18.

<sup>194</sup> FOUCAULT, 2022, p. 17.

<sup>195</sup> FOUCAULT, 2022, p. 18.

<sup>196</sup> FOUCAULT, 2022, p. 23.

<sup>197</sup> FOUCAULT, 2022, p. 22.

<sup>198</sup> FOUCAULT, 2022, p. 25.

<sup>199</sup> FOUCAULT, 2022, p. 25.

<sup>200</sup> FOUCAULT, 2022, p. 25.

“Autolimitação da razão governamental”: o que quer dizer isso, afinal? O que é esse novo tipo de racionalidade na arte de governar, esse novo tipo de racionalidade na arte de governar, esse novo tipo de cálculo que consiste em dizer e em fazer o governo dizer “aceito, quero, projeto, calculo que não se deve mexer em nada disso?” Pois bem, acho que é isso que se chama, em linhas gerais, liberalismo. (FOUCAULT, 2022, p. 28)

O período de formação da biopolítica é exatamente o de questionamento da racionalidade ilimitada do Estado de polícia – que leva à constituição de dispositivos de segurança – e do problema da população como uma preocupação da governamentalidade liberal. Por isso, apesar do título do curso de 1979 ser *Nascimento da biopolítica*, o tema do liberalismo, a partir das formulações clássicas nos séculos XVIII e XIX de Adam Smith, dos fisiocratas franceses e dos utilitaristas ingleses até as reformulações mais recentes do ordoliberalismo alemão da Escola de Friburgo e do neoliberalismo estadunidense da Escola de Chicago no século XX, é colocado em primeiro plano:

Eu tinha pensado lhes dar este ano um curso sobre a biopolítica. Procurarei lhes mostrar como todos os problemas que procuro identificar atualmente, como todos esses problemas têm como núcleo central, claro, esse algo que se chama população. Por conseguinte, é a partir daí que algo como a biopolítica poderá se formar. Parece-me, contudo, que a análise da biopolítica só poderá ser feita quando se compreender o regime geral cessa razão governamental de que lhes falo, esse regime geral que podemos chamar de questão de verdade – antes de mais nada da verdade econômica no interior da razão governamental –, e, por conseguinte, se se compreender bem o que está em causa nesse regime que é o liberalismo, o qual se opõe à razão de Estado, ou antes, [a] modifica fundamentalmente sem talvez questionar seus fundamentos. Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica. (FOUCAULT, 2022, p. 29-31)

Na aula de 17 de janeiro de 1979<sup>201</sup>, o liberalismo não aparece como uma racionalidade completamente oposta à razão de Estado e sim como um ponto de inflexão em relação à razão de Estado dos séculos XVI e XVII: uma “razão de Estado mínimo”<sup>202</sup>, ou seja, uma “razão do governo mínimo como princípio de organização da própria razão de Estado”<sup>203</sup>.

O princípio de regulação da racionalidade governamental liberal se encontra em um determinado regime de verdade advindo da economia política, que possui o seu lugar

---

<sup>201</sup> FOUCAULT, 2022, p. 37-66.

<sup>202</sup> FOUCAULT, 2022, p. 38.

<sup>203</sup> FOUCAULT, 2022, p. 38.

nos “mecanismos naturais” do mercado e, por isso, o liberalismo é chamado de “governo frugal”<sup>204</sup>. Por se regularem por uma suposta “frugalidade” ou “naturalidade” dos fenômenos econômicos, os liberais propõem que o mercado possui um valor de “verdade” para as práticas governamentais. Fazendo referência indireta ao filósofo analítico Karl Popper, Foucault afirma que o mercado é o lugar da verdade na governamentalidade liberal, o “lugar de verificabilidade/falsificabilidade para a prática governamental”<sup>205</sup>. Isso quer dizer que se as práticas governamentais funcionam conforme suas “necessidades naturais”, são verdadeiras e, com isso, são “bons governos”; no caso contrário, são falsas: “O mercado deve dizer a verdade, deve dizer a verdade em relação à prática governamental”<sup>206</sup>. Se o mercado já possuía uma importância considerável na época do mercantilismo e da razão de Estado nos séculos XVI-XVII, agora, no liberalismo clássico, ele é um “lugar de veridicção”, isto é, do discurso verdadeiro ou do dizer-a-verdade. Assim como a relação existente entre as relações de poder e os regimes de verdade, o lugar de veridicção do mercado no governo liberal é uma prova de que a verdade possui um papel político de primeira ordem no pensamento foucaultiano. Foucault observa a formação do liberalismo justamente como um “acoplamento realizado no século XVIII entre certo regime de verdade e uma nova razão governamental”<sup>207</sup>.

Articulado à economia política, o direito é um mecanismo tanto de autolimitação da razão de Estado quanto de proteção e de resguardo da governamentalidade liberal, que não deve intervir nos fenômenos “frugais”, “naturais” e “verdadeiros” do mercado e ainda assim atuar em uma tensão permanente entre a liberdade e a segurança no campo da sociedade civil. Há duas vias distintas para o direito liberal dos séculos XVIII e XIX. A primeira é a via “revolucionária”, representada pelo contratualismo de Jean-Jacques Rousseau, que remonta ao período da Revolução Francesa e constitui a garantia dos direitos humanos críticos dos abusos da soberania absolutista. Segundo Foucault, essa via revolucionária do direito público na arte liberal de governar define os direitos humanos como inalienáveis, de modo que isso serve “em qualquer condição e sob todos os governos possíveis”<sup>208</sup> e a sua constituição é marcada por uma “espécie de reinício

---

<sup>204</sup> FOUCAULT, 2022, p. 38.

<sup>205</sup> FOUCAULT, 2022, p. 43.

<sup>206</sup> FOUCAULT, 2022, p. 43-44.

<sup>207</sup> FOUCAULT, 2022, p. 44.

<sup>208</sup> FOUCAULT, 2022, p. 52.

ideal ou real da sociedade, do Estado, do soberano e do governo”<sup>209</sup>. A segunda é a via “radical”, que representa a linha do utilitarismo inglês – definida por Foucault como uma “tecnologia de governo”<sup>210</sup>. Representada por Jeremy Bentham, limita, “pelas fronteiras da utilidade de uma intervenção governamental”<sup>211</sup>, o que é competência do governo e o que é da esfera individual, isto é, aquilo em que o governo não deve intervir (“agenda/non agenda”).

Tanto no que diz respeito ao mercado como lugar de veridicção quanto ao direito como lugar de elaboração do poder público a partir da via revolucionária e da via radical, há uma noção fundamental para a arte de governar liberal: a de “interesse”. Não se trata mais do interesse estrito pelo enriquecimento e fortalecimento indefinidos do Estado e sim do interesse na disputa entre indivíduos e coletividades no âmbito da sociedade civil:

A razão governamental, em sua forma moderna, na forma que se estabelece no início do século XVIII, essa razão governamental que tem por característica fundamental a busca do seu princípio de autolimitação, é uma razão que funciona com base no interesse. Mas esse interesse já não é, evidentemente, o do Estado inteiramente referido a si mesmo e que visa tão somente seu crescimento, sua riqueza, sua população, sua força, como era o caso na razão de Estado. Agora, o interesse a cujo princípio a razão governamental deve obedecer são interesses, é um jogo complexo entre os interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, é um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados. O governo, em todo caso, o governo nessa nova razão governamental, é algo que manipula interesses. (FOUCAULT, 2022, p. 59)

No liberalismo, o governo não deve intervir nos interesses particulares, e sim mediá-los nos possíveis conflitos ou problemas entre eles. Na verdade, “o governo só se interessa pelos interesses”<sup>212</sup>. Não se exercendo sobre indivíduos e coisas, a arte liberal de governar se exerce sobre a “república fenomenal dos interesses”<sup>213</sup>, a “única superfície de intervenção possível do governo”<sup>214</sup>. Em uma sociedade de mercado mediada pelas relações de troca entre os sujeitos entendidos como *homo oeconomicus* (um tipo de subjetividade caro ao (neo)liberalismo e “elemento básico da nova razão governamental”<sup>215</sup>), a questão fundamental da prática governamental do liberalismo,

---

<sup>209</sup> FOUCAULT, 2022, p. 53.

<sup>210</sup> FOUCAULT, 2022, p. 54.

<sup>211</sup> FOUCAULT, 2022, p. 54.

<sup>212</sup> FOUCAULT, 2022, p. 60.

<sup>213</sup> FOUCAULT, 2022, p. 62.

<sup>214</sup> FOUCAULT, 2022, p. 61-62.

<sup>215</sup> O tema do *homo oeconomicus* será mais explorado ao longo do Terceiro Capítulo; Cf. YAZBEK, 2023, p. 126.

segundo Foucault, seria: “qual o valor de utilidade do governo e de todas as ações do governo numa sociedade em que a troca é que determina o verdadeiro valor das coisas?”<sup>216</sup>

Na aula de 24 de janeiro de 1979<sup>217</sup>, Foucault se detém na terceira característica da arte liberal de governar (ao lado do lugar de veridicção do mercado e do papel do direito na limitação do poder público): a constituição das ideias sobre o equilíbrio da balança comercial na Europa e sobre as relações internacionais de mercado. A partir de acordos liberais de enriquecimento e de progresso mútuos entre os países da Europa no que diz respeito às relações comerciais, há o “início de um novo tipo de cálculo planetário na prática governamental europeia”<sup>218</sup>. No que diz respeito ao liberalismo como projeto de governamentalizar o mundo através do regime de verdade do mercado, a partir do século XVIII também surgem os acordos de paz perpétua entre as nações liberais, as convenções de livre concorrência e de livre circulação por meio do direito marítimo para o comércio e as primeiras organizações internacionais<sup>219</sup>.

Com essas três características fundamentais da arte liberal de governar apontadas por Foucault<sup>220</sup>, o liberalismo, segundo a doutrina econômica da fisiocracia, parece ser mais bem resumido pela noção de “naturalismo governamental”<sup>221</sup>, por entender a sua prática de governo com a função de manter intacta a “natureza” dos fenômenos econômicos. Contudo, a palavra “liberalismo” sugere a ideia de “liberdade”, o que encaminha aos questionamentos: qual é o papel da liberdade no governo liberal? E a que liberdade se refere, efetivamente, o liberalismo?

É preciso deixar claro que a passagem da razão de Estado para a arte liberal de governar em meados do século XVIII não produz um “afrouxamento” das práticas governamentais nos corpos individuais e populacionais. O ponto de partida da arte liberal de governar não é o Estado e o seu enriquecimento irrestrito, mas a sociedade civil e as relações contínuas entre governantes e governados<sup>222</sup>. Além disso, a garantia

---

<sup>216</sup> FOUCAULT, 2022, p. 62.

<sup>217</sup> FOUCAULT, 2022, p. 67-96.

<sup>218</sup> FOUCAULT, 2022, p. 73.

<sup>219</sup> FOUCAULT, 2022, p. 73.

<sup>220</sup> “Bem, eu havia procurado realçar três características: veridicção do mercado, limitação pelo cálculo da utilidade governamental e, agora, posição da Europa como região de desenvolvimento econômico ilimitado em relação a um mercado mundial”. Cf. FOUCAULT, 2022, p. 79.

<sup>221</sup> FOUCAULT, 2022, p. 80.

<sup>222</sup> “A liberdade nunca é mais que (...) uma relação atual entre governantes e governados, uma relação em que a medida do ‘pouco demais’ de liberdade que existe é dada pelo ‘mais ainda’ de liberdade que é pedido.

das liberdades individuais e coletivas – do mercado, da propriedade privada, de expressão – não é a principal função do liberalismo, como se poderia imaginar. Ao invés disso, o liberalismo é uma “consumidora” de liberdades, pois não pode existir sem a presença delas no campo social. No liberalismo, a liberdade aparece como “elemento indispensável ao próprio exercício do governo como ‘fabricação e ‘consumo’ de liberdades”<sup>223</sup>. É justamente por consumi-las que a governamentalidade liberal deve gerir, organizar e produzir liberdades. Não está em jogo, no liberalismo, um suposto imperativo “seja livre”, mas condições de possibilidade de os indivíduos serem livres em meio a uma complexa relação entre a produção de liberdade e a sua limitação por meio de mecanismos de segurança:

Se utilizo a palavra “liberal”, é, primeiramente, porque essa prática governamental que está se estabelecendo não se contenta em respeitar esta ou aquela liberdade, garantir esta ou aquela liberdade. Mais profundamente, ela é consumidora de liberdade. É consumidora de liberdade na medida em que só pode funcionar se existe efetivamente certo número de liberdade: liberdade do mercado, liberdade do vendedor e do comprador, livre exercício do direito de propriedade, liberdade de discussão, eventualmente liberdade de expressão etc. A nova razão governamental necessita, portanto, de liberdade, a nova arte governamental consome liberdade. Consome liberdade, ou seja, é obrigada a produzi-la. É obrigada a produzi-la, é obrigada a organizá-la. A nova arte governamental vai se apresentar, portanto, como gestora da liberdade, não no sentido do imperativo “seja livre”, com a contradição imediata que esse imperativo pode trazer. Não é o “seja livre” que o liberalismo formula. O liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre. Vou fazer de tal modo que você tenha a liberdade de ser livre. Com isso, embora esse liberalismo não seja tanto o imperativo da liberdade, mas a gestão e a organização das condições graças às quais podemos ser livres, vocês veem que se instaura, no cerne dessa prática liberal, uma relação problemática, sempre diferente, sempre móvel, entre a produção da liberdade e aquilo que, produzindo-a, pode vir a limitá-la e a destruí-la. O liberalismo, no sentido que eu o entendo, esse liberalismo que podemos caracterizar como a nova arte de governar formada no século XVIII, implica em seu cerne uma relação de produção/destruição [com a] liberdade. É necessário, de um lado, produzir a liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças etc. (FOUCAULT, 2022, p. 82-83)

Não se trata, entretanto, de liberdades dadas, garantidas de antemão aos indivíduos, mas de liberdades constantemente produzidas pela governamentalidade liberal. É o próprio governo liberal que organiza as condições em que esses indivíduos podem exercer essas liberdades por ele produzidas. Para que essas liberdades possam

---

De modo que quando digo ‘liberal’, tenho em mira, por conseguinte, uma forma de governamentalidade que deixaria mais espaços brancos à liberdade”. Cf. FOUCAULT, 2022, p. 82.

<sup>223</sup> YAZBEK, 2023, p. 128.

ser constantemente produzidas e consumidas, há um paradoxo: elas necessitam de uma “formidável quantidade de intervenções governamentais”<sup>224</sup>, uma presença de uma governamentalidade não tão mínima assim. A liberdade liberal não é, portanto, a contrapartida aos indivíduos nem um direito natural e inalienável, mas um instrumento de governo: “(...) a liberdade no regime do liberalismo não é um dado, a liberdade não é uma região já pronta que se teria de respeitar (...). A liberdade é algo que se fabrica a cada instante”<sup>225</sup>.

Através do entendimento de que o liberalismo é uma prática de governo, é importante ter em vista que a produção das liberdades necessárias ao seu exercício não acontece sem um determinado cálculo de riscos e perigos que afetam interesses individuais e coletivos. Com isso, há a necessidade da constituição de dispositivos de segurança para a manutenção das liberdades do governo liberal para mediar o jogo de interesses na sociedade civil: “(...) a arte liberal de governar vai se ver obrigada a determinar exatamente em que medida e até que ponto o interesse individual, os diferentes interesses (...) não constituirão um perigo para o interesse de todos”<sup>226</sup>.

Liberdade e dispositivos de segurança não são temas opostos na governamentalidade liberal. Pelo contrário: a relação entre a liberdade e a segurança está no “âmago dessa nova razão governamental”<sup>227</sup> que é o liberalismo. Não haveria, por exemplo, o problema de os indivíduos trocarem a liberdade pela segurança garantida por um contrato social e por um soberano, mas o da formação de uma sociedade civil onde ambos coexistem em meio aos perigos. Segundo Foucault, não há liberalismo sem uma cultura do medo e de uma “educação do perigo”<sup>228</sup>. Aliás, o lema do liberalismo é “viver perigosamente”<sup>229</sup>. A transitoriedade, a instabilidade e a incerteza são características fundamentais na arte liberal de governar e o medo não é unicamente um “mal” necessário nesse contexto; na verdade, o medo é um produto de uma ação que o coloca no interior de um cálculo econômico entre a segurança e a insegurança, de modo

---

<sup>224</sup> FOUCAULT, 2022, p. 84.

<sup>225</sup> FOUCAULT, 2022, p. 84-85.

<sup>226</sup> FOUCAULT, 2022, p. 85.

<sup>227</sup> FOUCAULT, 2022, p. 85.

<sup>228</sup> “Toda uma educação do perigo, toda uma cultura do perigo aparece de fato no século XIX, que é bem diferente daqueles sonhos ou daquelas grandes ameaças do Apocalipse, como a peste, a morte, a guerra, de que se nutria a imaginação política e cosmológica da Idade Média, ainda no século XVII”. Cf. FOUCAULT, 2022, p. 86.

<sup>229</sup> FOUCAULT, 2022, p. 86.

que ele é “o correlato psicológico e cultural interno do liberalismo”<sup>230</sup>.

Apesar de a ação governamental do liberalismo demandar uma produção incessante de liberdades, que são constantemente ameaçadas por diversos tipos de perigos, encontra-se nas sociedades liberais uma necessidade de instrumentos de limitação, de controle e de coerção, como é o caso do modelo disciplinar do panoptismo de Jeremy Bentham, analisado minuciosamente em *Vigiar e Punir*<sup>231</sup> e pensado por Foucault no curso de 1979 como a “própria fórmula de um governo liberal”:

E o célebre panóptico, que no início da sua vida, quer dizer em 1792-95, Bentham apresentava como devendo ser o procedimento pelo qual ia ser possível vigiar a conduta dos indivíduos no interior de determinadas instituições, como as escolas, as fábricas, as prisões, aumentando a rentabilidade, a própria produtividade da atividade delas, no fim da vida, em seu projeto de codificação geral da legislação inglesa, Bentham vai apresentá-lo como devendo ser a fórmula do governo todo, dizendo: o panóptico é a própria fórmula de um governo liberal (...). (FOUCAULT, 2022, p. 87-88)

Assim, a governamentalidade liberal é exercida no interior de um jogo de forças atuante na sociedade civil e frequentemente lança mão de dispositivos de segurança para proteger e estabilizar as liberdades individuais. Se por um lado, os indivíduos na conjuntura do liberalismo devem lidar com os riscos e inseguranças que podem prejudicar a si mesmos e à sua família, por outro lado e em alguns momentos específicos, eles não conseguem lidar com os perigos por conta própria, precisando de intervenções do Estado. O paradoxo reside no fato de que a tensão entre a liberdade e a segurança é o lugar em que o Estado passa a intervir cada vez mais na arte liberal de governar do século XX, gerando uma “crise no liberalismo”<sup>232</sup>, isto é, uma “crise do dispositivo geral de governamentalidade”<sup>233</sup>.

O pretenso “naturalismo” do governo mínimo do liberalismo clássico indica que, para a sua manutenção constante em meio à tensão entre a liberdade e a segurança, é preciso muito controle, muita regulação e muita intervenção por parte do Estado. As técnicas intervencionistas utilizadas para contornar os prejuízos das crises econômicas seriam sintomas de uma crise da governamentalidade liberal clássica pensada no século

---

<sup>230</sup> FOUCAULT, 2022, p. 87.

<sup>231</sup> FOUCAULT, 2014, p. 190-219.

<sup>232</sup> FOUCAULT, 2022, p. 91.

<sup>233</sup> FOUCAULT, 2022, p. 91.

XVIII pelos economistas políticos e fisiocratas, já que existe a partir desse momento uma reflexão intensa sobre o aumento do custo econômico do exercício das liberdades. A crise econômica de 1929<sup>234</sup>, os planos de intervenção estatal do *Welfare State* – “Estado de bem-estar social” – e a presença recorrente de práticas governamentais baseadas no keynesianismo (doutrina econômica de John M. Keynes), no socialismo e no nazifascismo abrem espaço para revisões sobre a razão liberal de governar, por parte tanto do ordoliberalismo alemão quanto do neoliberalismo estadunidense, a começar pelo primeiro.

## 2.2. O ordoliberalismo alemão

É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado. (FOUCAULT, 2022, p. 161)

Em pelo menos quatro aulas do curso *Nascimento da biopolítica* – a de 31 de janeiro e as demais do mês de fevereiro de 1979 –, Foucault analisa a formação do ordoliberalismo alemão, suas características e sua influência nas práticas de governo da Alemanha e de outros países capitalistas, como a França e os Estados Unidos.

Na aula de 31 de janeiro de 1979<sup>235</sup>, Foucault comenta a “fobia de Estado” – relativa às experiências das políticas keynesianas do *Welfare State*, da criação do Estado soviético e dos Estados nazifascistas – como “um dos sinais maiores das crises de governamentalidade”<sup>236</sup>. Esse sinal esteve presente na formação da razão de Estado no século XVI, na criação da arte de governar liberal no século XVIII e também na constituição da governamentalidade neoliberal no século XX.

Voltando à sua hipótese lançada ainda na aula inaugural de *Nascimento da biopolítica*,

<sup>234</sup> A respeito do contexto de crise econômica em 1929 e a sua relação com a crise da governamentalidade liberal, André Constantino Yazbek Felipe Castelo Branco afirmam o seguinte na introdução do livro *Pensar o neoliberalismo: epistemologia, política, economia*: “A crise econômica de 1929 fez eclodir uma crise do liberalismo histórico e das políticas tributárias do *laissez-faire*. O colapso do padrão-ouro que normalizava o livre-mercado internacional e a quebra da Bolsa de Nova York, gerou uma desconfiança generalizada na ideia de que o mercado seria capaz de gerir automaticamente e isoladamente suas próprias crises. O abandono das teorias liberais clássicas se generalizava, enquanto o avanço do socialismo ao redor do mundo e do fascismo na Europa se solidificava”. Cf. CASTELO BRANCO; YABEK, 2023, p. 18.

<sup>235</sup> FOUCAULT, 2022, p. 97-133.

<sup>236</sup> FOUCAULT, 2022, p. 98.

Foucault lembra que o Estado não é dotado de uma essência nem é um universal, mas o “efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas”<sup>237</sup>. É por isso que estuda o fenômeno chamado de “fobia de Estado” e, mais precisamente, o problema político da estatização a partir da análise das governamentalidades. Além de lembrar a hipótese de que o Estado não é um universal, nega que o projeto do seu curso de 1979 seja o de realizar uma “história global, geral e contínua do liberalismo do século XVIII ao século XX”<sup>238</sup>. Ao invés disso, Foucault faz as suas aulas sobre a governamentalidade liberal e a governamentalidade neoliberal como uma investigação sobre temas que lhe parecem recorrentes ao longo dessa história do liberalismo.

Foucault frisa que a governamentalidade neoliberal possui uma dupla ancoragem: a vertente alemã, que se propôs como uma reformulação da Alemanha após a derrota do nazismo; e a vertente estadunidense, que se coloca como uma crítica ferrenha principalmente contra as medidas governamentais intervencionistas como o *New Deal*. Entre essas duas correntes do neoliberalismo, existem alguns pontos em comum: as críticas às políticas econômicas do keynesianismo e ao intervencionismo do Estado, assim como a presença da chamada “escola austriaca” representada por economistas neomarginalistas como Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek<sup>239</sup>.

A começar pela vertente alemã, conhecida também como ordoliberalismo, Foucault lembra o contexto histórico do seu surgimento. Após a derrota do nazismo, a administração da economia alemã passou por um processo de reconstrução. Ludwig Erhard – economista, ex-chanceler e considerado o “pai do milagre econômico alemão” – foi um grande apoiador do ordoliberalismo ao defender a economia da Alemanha das pressões do Estado intervencionista<sup>240</sup>. O apoio de Erhard aos ordoliberais alemães aconteceu desde o momento da reconstituição da legitimidade do Estado fundamentada em princípios econômicos de liberdade econômica. Aliás, a produção da soberania política por meio do desenvolvimento econômico da Alemanha é, para Foucault, “uma das características fundamentais da governamentalidade alemã contemporânea”<sup>241</sup>. O que confere legitimidade à refundação ordoliberal do Estado na Alemanha após a experiência fracassada do nazismo é o consenso político da população alemã em relação ao crescimento econômico que lhe é proporcionado, isto é, a sua “adesão a esse sistema

---

<sup>237</sup> FOUCAULT, 2022, p. 99.

<sup>238</sup> FOUCAULT, 2022, p. 99.

<sup>239</sup> FOUCAULT, 2022, p. 101-102.

<sup>240</sup> FOUCAULT, 2022, p. 102-104.

<sup>241</sup> FOUCAULT, 2022, p. 108.

[neo]liberal”<sup>242</sup>. Então, os “efeitos de um bom governo”<sup>243</sup> por meio do ordoliberalismo criam a legitimidade do Estado na Alemanha e o consenso político da população alemã.

A refundação do Estado alemão por meio de princípios liberais é, para Foucault, uma inovação em relação ao liberalismo clássico do século XVIII, o “liberalismo programado pelos fisiocratas”<sup>244</sup>. Relembrando as suas primeiras aulas de *Nascimento da biopolítica* sobre o liberalismo clássico, Foucault afirma que a governamentalidade liberal funcionou através de um Estado já existente, mas limitado para uma maior atuação das atividades mercantis. O ordoliberalismo mostra uma relação com o Estado completamente diferente:

O problema era [no liberalismo clássico]: dado esse Estado, como vamos poder limitá-lo e, principalmente abrir espaço para a necessária liberdade econômica no interior desse Estado existente? Pois bem, os [ordoliberais] alemães tinham o problema exatamente inverso para resolver. Supondo um Estado que não existe, como fazê-lo existir a partir desse espaço não estatal que é o de uma liberdade econômica? (FOUCAULT, 2022, p. 111)

O consenso político do Estado ordoliberal motivado pela população alemã em virtude do crescimento econômico também é resultado de adesão de diferentes grupos políticos na Alemanha considerados “não-liberais”, como é o caso da União Democrata-Cristã, das representatividades sindicais e também do Partido Social-Democrata. Este último, partido político da Alemanha, é conhecido por suas origens ideológicas de esquerda e pelas influências marxistas<sup>245</sup>. Segundo Foucault, a entrada no jogo político do novo Estado alemão por parte do Partido Social-Democrata reforçou a legitimidade da governamentalidade neoliberal e o “consenso econômico-político do liberalismo alemão”<sup>246</sup>. Trata-se de uma entrada no “jogo da governamentalidade”, até porque, depois de alguns anos, o Partido Social-Democrata elegeu Willy Brandt como chanceler da Alemanha.

Essa questão da adesão da esquerda partidária à governamentalidade neoliberal faz Foucault encaminhar uma profunda reflexão. Para ele, o liberalismo, desde a sua formação no século XVIII, é marcado por criar teorias de governo – lembrando o exemplo de John Locke – ao invés de formular teorias sobre o Estado. Por seu turno, o socialismo não possui precisamente uma racionalidade governamental. Em vista disso, os políticos socialistas se vinculam a diversas governamentalidades, como a do Estado de polícia e a do liberalismo. Foucault ressalta que o socialismo é sempre analisado pela lógica de sua possível “veracidade” por conta de sua tradição

---

<sup>242</sup> FOUCAULT, 2022, p. 109.

<sup>243</sup> FOUCAULT, 2022, p. 110.

<sup>244</sup> FOUCAULT, 2022, p. 111.

<sup>245</sup> FOUCAULT, 2022, p. 112-115.

<sup>246</sup> FOUCAULT, 2022, p. 116.

de conformidade à teoria política nos textos, enquanto os liberais se mostram preocupados se a sua prática de governo alcançam os objetivos político-econômicos esperados:

Creio, no entanto, que não há governamentalidade socialista autônoma. Não há racionalidade governamental no socialismo, O socialismo, na verdade, como a história mostrou, só pode ser posto em prática se vinculado a diversos tipos de governamentalidade. Governamentalidade liberal e, nesse momento, o socialismo e suas formas de racionalidade desempenham o papel de contrapeso, de corretivo, de paliativo a perigos internos. Pode-se aliás [reclamar] que fazem os liberais, por] ser ele próprio um perigo, mas, enfim, ele viveu, ele funcionou efetivamente, e temos exemplos disso em, no interior de e vinculado a governamentalidades liberais. Viu-se e continua-se vendo o socialismo funcionar em governamentalidades que pertenceriam sem dúvida muito mais ao que chamávamos (...) de Estado de polícia, isto é, um Estado hiperadministrativo, no qual entre governamentalidade e administração há de certo modo fusão, continuidade, constituição de uma espécie de bloco maciço; e, nesse momento, nessa governamentalidade de Estado de polícia, o socialismo funciona como a lógica interna de um aparelho administrativo. Talvez haja ainda outras governamentalidades às quais o socialismo tenha se vinculado. (...) Mas, em todo caso, não crio que haja por enquanto governamentalidade autônoma do socialismo. (FOUCAULT, 2022, p. 118-119)

Propõe-se uma maneira de ler e de interpretar que deve fundar o socialismo, que deve lhe indicar quais são os limites das suas possibilidades e da sua eventual ação, quando no fundo aquilo de que ele necessitaria é definir para si mesmo sua maneira de fazer e sua maneira de governar. A importância do texto no socialismo é, a meu ver, proporcional à lacuna constituída pela falta de uma arte socialista de governar. Sob todo socialismo real, a todo socialismo posto em prática numa política, deve-se perguntar portanto, não a que texto você se refere, você está traíndo o texto ou não, você conforme ao texto ou não, você é verdadeiro ou falso; mas deve-se perguntar simplesmente, e sempre lhe perguntar: qual é essa governamentalidade necessariamente extrínseca que faz você funcionar e dentro da qual somente você pode funcionar? E, se esse gênero de perguntas parece, afinal de contas, beirar demais o ressentimento, façamos, se preferirem, a pergunta de uma maneira mais genérica, mais voltada para o futuro, que seria esta: qual poderia ser a governamentalidade adequada ao socialismo? Existe uma governamentalidade adequada ao socialismo? Que governamentalidade é possível como governamentalidade estritamente, intrinsecamente, automaticamente socialista? Em todo caso, saibamos apenas que, se há uma governamentalidade efetivamente socialista, ela não está oculta no interior do socialismo e dos seus textos. Não se pode deduzi-la deles. É preciso inventá-la. (FOUCAULT, 2022, p. 120-121)

Na aula de 7 de fevereiro de 1979<sup>247</sup>, Foucault apresenta outras características do ordoliberalismo alemão como uma “nova programação da governamentalidade liberal”<sup>248</sup> e, por isso, neoliberal. Se, por um lado, o liberalismo clássico se propôs a atingir “mais Estado com menos governo”<sup>249</sup> através do princípio do *laissez-faire*, por outro, o ordoliberalismo foi ao mesmo tempo princípio de fundação e de limitação para o Estado. Isso quer dizer que a governamentalidade neoliberal alemã foi princípio de

<sup>247</sup> FOUCAULT, 2022, p. 135-173.

<sup>248</sup> FOUCAULT, 2022, p. 121.

<sup>249</sup> FOUCAULT, 2022, p. 136.

“reelaboração de certo número de elementos fundamentalmente na doutrina liberal – não tanto na teoria econômica do liberalismo quanto no liberalismo como arte de governar”<sup>250</sup>.

Para abordar essa reelaboração alemã da arte liberal de governar, Foucault volta um pouco mais no tempo e situa o contexto de formação intelectual do ordoliberalismo. Esse prefixo dos liberais alemães é explicado pela criação de uma revista chamada *Ordo* – em alemão significa “ordem” – e ela foi dirigida por economistas da Escola de Friburgo, como Walter Eucken, Franz Böhm e Alfred Müller-Armack<sup>251</sup>. Foucault ainda evoca a influência no ordoliberalismo de economistas como Wilhelm Röpke, Alexander Rüstow e do austríaco Friedrich von Hayek, este que também inspirou bastante o neoliberalismo estadunidense. Além disso, salienta que a influência do pensamento sociológico de Max Weber na Escola de Friburgo está presente também na Escola de Frankfurt (Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas e Walter Benjamin), que se encontra politicamente à esquerda e que viu inclusive as consequências de um governo inspirado nas teorias ordoliberais<sup>252</sup>.

Antes mesmo da criação da Escola de Friburgo, as condições para o pensamento liberal alemão que se mantiveram tanto na academia quanto na política eram bastante frágeis. Foucault alude a alguns obstáculos para a adoção do liberalismo na Alemanha: o exemplo da economia protecionista de Friedrich List no século XIX para criticar uma possível “compatibilidade entre uma política nacional e uma economia liberal”<sup>253</sup> e também o fracasso da Zollverein – uma união aduaneira alemã do mesmo século – para

---

<sup>250</sup> FOUCAULT, 2022, p. 136.

<sup>251</sup> Castelo Branco e Yazbek chamam atenção para a participação de membros da Escola de Friburgo no governo nazista -- Eucken e Böhm, por exemplo -- assim como as ideias do ordoliberalismo ganharam mais influência no debate político-econômico europeu e internacional a partir do governo do chanceler Konrad Adenauer. Além disso, as políticas ordoliberais foram mais “brandas” do que anteriormente previstas pelos seus teóricos, visto que o governo estava sendo pressionado para minimizar determinados problemas sociais na Alemanha do pós-Guerra: “Apesar de ordoliberais como Eucken, Böhm e Miksch terem participado ativamente do *programa nazista para o campo geral do direito*, a partir de 1934, foi apenas entre 1949 e 1966 que as ideias ordoliberais ganharam força política, a partir da subida ao poder do chanceler democrata-cristão Konrad Adenauer. Seu ministro da economia, Ludwig Erhard – que será, em seguida, também eleito chanceler alemão --, será responsável por liberalizar os preços, seguindo rigorosamente a cartilha ordoliberal. No entanto, diante do crescente aumento do desemprego e da pressão da opinião pública por uma reação do governo, os neoliberais alemães consentiram em propor uma intervenção moderada ao Estado, cedendo em parte aos apelos daqueles que entendiam que as políticas do Estado de bem-estar tenderiam a solucionar com mais eficiência o problema da empregabilidade”. Cf. CASTELO BRANCO; YAZBEK, 2023, p. 25-26; FOUCAULT, 2022, p. 137-138.

<sup>252</sup> FOUCAULT, 2022, p. 140-141.

<sup>253</sup> FOUCAULT, 2022, p. 143.

colocar o “Estado alemão a partir de um liberalismo econômico”<sup>254</sup>; o socialismo de Estado bismarckiano no século XIX<sup>255</sup>; a implementação de economia planificada durante a Primeira Guerra Mundial<sup>256</sup>; a influência do dirigismo de estilo keynesiano na Alemanha pós-Primeira Guerra Mundial<sup>257</sup>; a política econômica do nacional-socialismo com o governo de Adolf Hitler<sup>258</sup>.

Após a experiência histórica do nazismo, os ordoliberais alemães constataram, diz Foucault, que a rivalidade do liberalismo não é a do capitalismo *versus* socialismo, e sim aquela “entre uma política liberal e qualquer outra forma de intervencionismo econômico”<sup>259</sup> para além de sua vertente ideológica. Em outras palavras, encontram-se em disputa no campo político, de um lado, o liberalismo econômico e, de outro lado, a “invariante antiliberal”<sup>260</sup> (socialismo, keynesianismo, nazifascismo).

Os neoliberais alemães retiraram de lição do nazismo que a sociedade de massa, uniformizada e voltada estritamente para o consumo – muitas vezes objeto de crítica no pensamento sociológico do século XX – não é uma consequência do capitalismo chegado ao ápice de seu desenvolvimento técnico-científico e sim da falta de liberalismo na sociedade da época. Por isso, a experiência do dirigismo, do protecionismo e da planificação do Estado é explicada pelo ordoliberalismo através de um suposto “antiliberalismo”<sup>261</sup>. É na proteção da liberdade econômica apregoada pelo liberalismo que o Estado deve ser constituído, de acordo com os ordoliberais alemães. Ao invés de um Estado preexistente respeitar o espaço de liberdade necessário ao mercado, como era o caso do liberalismo clássico do século XVIII, o ordoliberalismo propõe a criação de um Estado a partir do princípio de liberdade econômica.

Segundo Foucault, trata-se de “um Estado sob a vigilância do mercado em vez de um mercado sob a vigilância do Estado”<sup>262</sup>. Por isto, se mantém distante das formas de análise do neoliberalismo como uma simples “recorrência de velhas formas de economia liberal”, um resgate de princípios do liberalismo dos séculos XVIII e XIX.

---

<sup>254</sup> FOUCAULT, 2022, p. 143.

<sup>255</sup> FOUCAULT, 2022, p. 143-144.

<sup>256</sup> FOUCAULT, 2022, p. 144.

<sup>257</sup> FOUCAULT, 2022, p. 144.

<sup>258</sup> FOUCAULT, 2022, p. 145-146.

<sup>259</sup> FOUCAULT, 2022, p. 147.

<sup>260</sup> FOUCAULT, 2022, p. 147.

<sup>261</sup> FOUCAULT, 2022, p. 152.

<sup>262</sup> FOUCAULT, 2022, p. 155.

Tanto o ordoliberalismo alemão quanto o neoliberalismo estadunidense – este será analisado no próximo Capítulo – realizam “inversões na doutrina liberal tradicional”<sup>263</sup> no momento que não se ocupam apenas de tornar a economia livre, mas de constituir um Estado a partir dos princípios da liberdade econômica.

Uma transformação importante da arte liberal de governar em relação ao neoliberalismo é que há um deslocamento da troca para a concorrência como princípio de mercado<sup>264</sup>. Segundo Foucault, o fundamento econômico da concorrência/monopólio não é novidade, remetendo a “toda uma evolução do pensamento, da doutrina e da teoria liberal no decorrer do século XIX”<sup>265</sup>. Diferentemente do liberalismo clássico dos séculos XVIII e XIX, baseado no naturalismo inspirado pelos fisiocratas, no *laissez-faire*, no princípio da troca mercantil e da equivalência entre os parceiros comerciais, o ordoliberalismo alemão se posiciona com uma “recusa à ingenuidade naturalista”<sup>266</sup> e defende que a concorrência deve ser instituída no mercado como um ideal econômico e um princípio de formalização, isto é, um “objetivo histórico da arte governamental”<sup>267</sup>. Se a concorrência pura é um objetivo constante e um ideal para o mercado, os ordoliberais reivindicam uma “governamentalidade ativa”<sup>268</sup>, havendo uma “justaposição total dos mecanismos de mercado indexados à concorrência e da política governamental”<sup>269</sup>. Dito de outro modo, a governamentalidade neoliberal transforma completamente o liberalismo clássico e passa a governar para o mercado:

O governo deve acompanhar de ponta a ponta uma economia de mercado. A economia de mercado não subtrai algo do governo. Ao contrário, ela indica, ela constitui o indexador geral sob o qual se deve colocar a regra que vai definir todas as ações governamentais. É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado. E, nessa medida, vocês veem que a relação definida pelo liberalismo do século XVIII é inteiramente invertida. (FOUCAULT, 2022, p. 161)

Na aula de 14 de fevereiro de 1979<sup>270</sup>, Foucault volta a pensar a compreensão equivocada do neoliberalismo como um simples resgate do princípio do *laissez-faire* do

---

<sup>263</sup> FOUCAULT, 2022, p. 156.

<sup>264</sup> Para Yazbek, uma das principais diferenças entre o liberalismo oitocentista e o neoliberalismo do século XX é que este constitui a sua governamentalidade a partir da “dupla tarefa de modelar os poderes do Estado e as relações sociais pelo princípio do mercado concorrencial”. Cf. YAZBEK, 2023, p. 129.

<sup>265</sup> FOUCAULT, 2022, p. 157.

<sup>266</sup> YAZBEK, 2023, p. 130.

<sup>267</sup> FOUCAULT, 2022, p. 160.

<sup>268</sup> FOUCAULT, 2022, p. 161.

<sup>269</sup> FOUCAULT, 2022, p. 161.

<sup>270</sup> FOUCAULT, 2022, p. 175-214.

liberalismo clássico, uma releitura das ideias de Adam Smith ou um retorno a uma sociedade baseada meramente em relações mercantis. Para Foucault, o neoliberalismo é uma governamentalidade que opera transformações significativas no liberalismo do século XVIII e o seu problema principal é “projetar numa arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado”<sup>271</sup>. Diferente de uma governamentalidade do *laissez-faire*, o neoliberalismo tem na concorrência pura um princípio de formalização do exercício do seu governo. Não se tratando de um naturalismo econômico como apregoavam os fisiocratas no século XVIII, o mercado concorrencial deve ser ativa e constantemente vigiado pela governamentalidade neoliberal<sup>272</sup>.

Relembrando os equívocos das análises do neoliberalismo na sua época e também o aspecto intervencionista e vigilante da arte neoliberal de governar, Foucault reporta-se ao Colóquio Walter Lippmann, organizado em Paris no ano de 1938 pelo filósofo francês Louis Rougier em homenagem ao jornalista e escritor estadunidense<sup>273</sup>. Com a crise da governamentalidade liberal na primeira metade do século XX, o Colóquio serviu para discutir a “necessidade de construção de um novo liberalismo”<sup>274</sup> em oposição às invariantes antiliberais (keynesiano, socialismo e nazifascismo)<sup>275</sup>. Com a presença de liberais da tradição clássica, de ordoliberais alemães como Wilhelm Röpke e Alexander Rustow e de neomarginalistas austríacos (“intermediários entre o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano”<sup>276</sup>) como Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek<sup>277</sup>, o Colóquio Walter Lippmann é conhecido por ser um marco

---

<sup>271</sup> FOUCAULT, 2022, p. 177.

<sup>272</sup> FOUCAULT, 2022, p. 178.

<sup>273</sup> A respeito do momento histórico de organização do colóquio Walter Lippmann, que é considerado o “momento de inauguração da primeira fase do neoliberalismo”, Castelo Branco e Yazbek afirmam: “A publicação do livro *The Good Society*, do jornalista americano Walter Lippmann, foi o estopim necessário para promover a reunião desses homens em um grupo ainda restrito de filósofos, intelectuais, jornalistas, economistas e cientistas políticos na defesa de um novo liberalismo”. Cf. CASTELO BRANCO; YAZBEK, 2023, p. 18-19.

<sup>274</sup> CASTELO BRANCO; YAZBEK, 2023, p. 18.

<sup>275</sup> Em relação às críticas dos primeiros neoliberais às invariantes antiliberais, Castelo Branco e Yazbek comentam sobre a influência do “individualismo metodológico” de Mises na constituição dos pilares básicos do neoliberalismo: “Essa perspectiva abre espaço para a fundamentação epistemológica da principal tese da primeira fase do neoliberalismo: a ideia de que o sistema de preços representa a coordenação das ações individuais dispersas na sociedade, de modo que o preço de cada mercadoria se torna expressão evidente dessa coordenação. Essa tese permite que os neoliberais se lancem em uma batalha *contra* os inimigos da liberdade de preços e do sistema de mercado, sejam eles socialistas, fascistas ou liberais keynesianos”. Cf. CASTELO BRANCO; YAZBEK, 2023, p. 20.

<sup>276</sup> FOUCAULT, 2022, p. 216.

<sup>277</sup> Além de sua importantíssima participação no Colóquio Walter Lippmann, Hayek é lembrado nos

fundador do neoliberalismo<sup>278</sup> e criou a chamada “Comissão Internacional de Estudo para a Renovação do Liberalismo”<sup>279</sup>.

Os debates durante o Colóquio Walter Lippmann serviram para a definição de um outro estilo de liberalismo, “um projeto ainda mais radical que o liberalismo clássico”<sup>280</sup>: um “liberalismo positivo”<sup>281</sup>, também chamado pelos neoliberais de “liberalismo intervencionista”<sup>282</sup>. Na visão dos participantes do Colóquio, a crise da governamentalidade liberal apenas seria resolvida por intermédio da adoção de um conjunto de práticas governamentais ativas, vigilantes e intervencionistas. Com essa posição certamente conflitante com a ideias liberais clássicas do *laissez-faire* e da

---

primórdios da história do neoliberalismo pela criação de uma espécie de “internacional liberal” para tratar da presente crise da governamentalidade liberal e das alternativas político-econômicas às invariantes antiliberais. Trata-se da “Sociedade de Mont Pèlerin”, fundada em 1947, na Suíça. Graças a essa sociedade liberal criada por Hayek, o projeto do neoliberalismo pode ganhar maior financiamento privado: “Assim, finalmente o projeto de refundação do liberalismo em novas bases ganha fôlego, também no sentido econômico, graças ao financiamento e a participação da *Foundation for Economic Education* e do *Volker Fund* (que pressiona de forma deliberada alguns dos membros de *Mont Pèlerin* a evitar determinados temas incômodos no debate). A partir de então, o momento passa a contar igualmente com o comando direto de Hayek na escolha e reunião de intelectuais, empresários, banqueiros e economistas interessados no desenvolvimento de um projeto de sustentação dos mercados desregulados *contra* aquilo que consideravam ser o conjunto de interesses inimigos do liberalismo: o socialismo, o nazismo e o crescente papel do Estado na reconstrução da economia do pós-guerra, a partir do keynesianismo”. Assim, com a criação da Sociedade Mont Pèlerin, a luta do liberalismo não seria estritamente contra a esquerda e ao socialismo, mas a qualquer política com tendências “coletivistas” em oposição ao individualismo metodológico do neomarginalismo da Escola Austríaca: “Portanto, a marca fundamental da primeira fase desse novo liberalismo se instituiu inicialmente oposição direta aos ‘coletivismos’. Através da elaboração de uma oposição binária entre ordem liberal *versus* controle econômico dos preços, Hayek busca *abolir as tradicionais polaridades políticas entre esquerda e direita ou entre socialismo e capitalismo*, em nome de uma nova polarização que opõe os *liberais aos coletivistas*”. Cf. CASTELO BRANCO; YAZBEK, 2023, p. 21-23.

<sup>278</sup> Segundo Castelo Branco e Yazbek, o próprio termo “neoliberalismo” surge a partir do Colóquio Walter Lippmann: “Nas atas do colóquio, Louis Rougier indica que os membros ali reunidos se utilizaram do termo *neoliberalismo* que havia sido firmado naquele encontro (...). Cf. CASTELO BRANCO; YAZBEK, 2023, p. 19.

<sup>279</sup> A respeito desse esforço pela criação de uma comissão como esta, Castelo Branco e Yazbek lembram o contexto posterior ao Colóquio Walter Lippmann marcado pela Segunda Guerra Mundial e por um certo “enfraquecimento” momentâneo do “projeto de construção de um novo liberalismo” a partir de um figura central como o liberal austríaco Friedrich von Hayek: “Hayek entendia que seria necessário recorrer a um grupo mais coeso e mais combativo, a fim de estabelecer uma organização capaz de representar uma frente liberal internacional mais organizada. Assim, já durante a década de 1940, o termo *neoliberalismo* paulatinamente desaparece da maior parte dos herdeiros do *Colóquio Walter Lippmann*”. Cf. CASTELO BRANCO; YAZBEK, 2023, p. 20; FOUCAULT, 2022, p. 179.

<sup>280</sup> CASTELO BRANCO; YAZBEK, 2023, p. 20.

<sup>281</sup> A respeito desse projeto neoliberal de um “liberalismo positivo”, Yazbek faz uma contraposição do liberalismo oitocentista como um “liberalismo negativo”: “Neste sentido, pode-se afirmar que o objetivo do liberalismo clássico é, a princípio, *negativo* (trata-se de salvaguardar um espaço de *não interferência* do Estado, ‘liberar um espaço vazio’ que será, precisamente, o do mercado), ao passo que, no caso do neoliberalismo, trata-se de um objetivo *positivo*: modelar o exercício do poder político estatal e a organização geral da sociedade pelos princípios de uma economia de mercado de tipo concorrencial”. Cf. FOUCAULT, 2022, p. 179; YAZBEK, 2023, p. 127.

<sup>282</sup> FOUCAULT, 2022, p. 179.

demarcação da *agenda/non agenda*, isto é, da demarcação daquilo em que o governo deve e não deve interferir, os neoliberais defendiam que o problema fundamental é o “estilo governamental”, o modo como o governo deve intervir em prol do mercado<sup>283</sup>. Foucault apresenta alguns exemplos sobre o estilo governamental em questão no ordoliberalismo alemão.

Em relação ao problema dos monopólios, os neoliberais oferecem uma interpretação econômica que destoa da teoria do liberalismo clássico. Os liberais clássicos defendem a existência de um paradoxo da concorrência: ela quer encerrar a si mesma e a sua tendência inevitável é o monopólio, caso os mecanismos governamentais não intervenham neste processo<sup>284</sup>. Os neoliberais argumentam que o fenômeno monopolístico não é um evento recente e restrito à governamentalidade liberal e sim um processo antigo que depende especificamente do quadro político-institucional do governo. Esse é mais um argumento dos neoliberais favorável à existência de uma governamentalidade perpetuamente ativa e vigilante em relação a práticas antimonopolísticas<sup>285</sup>.

A intervenção da arte neoliberal de governar deve ser única e puramente em prol do mercado. Não pode haver, por exemplo, uma intervenção do governo na economia para diminuir a taxa de desemprego como se a questão do pleno emprego – anteriormente uma preocupação do Estado de bem-estar social – fosse um problema central aos neoliberais<sup>286</sup>. Independente das condições sociais, a governamentalidade neoliberal deve intervir constantemente a favor das condições de existência do mercado e é o que os ordoliberais alemães chamam de “moldura”<sup>287</sup>. Contudo, isso não quer dizer que o nível social não seja, para o ordoliberalismo, um espaço para intervenções governamentais. Na verdade, o âmbito social é para os ordoliberais alemães o “objeto de intervenção governamental”<sup>288</sup>.

Pode-se dizer que o ordoliberalismo alemão é um “neoliberalismo interventor”<sup>289</sup>. No entanto, a diferença da política social no ordoliberalismo alemão em

---

<sup>283</sup> FOUCAULT, 2022, p. 180.

<sup>284</sup> FOUCAULT, 2022, p. 181.

<sup>285</sup> FOUCAULT, 2022, p. 181-185.

<sup>286</sup> FOUCAULT, 2022, p. 187.

<sup>287</sup> FOUCAULT, 2022, p. 188.

<sup>288</sup> FOUCAULT, 2022, p. 190.

<sup>289</sup> YAZBEK, 2023, p. 132.

relação ao Estado de bem-estar social é que as intervenções governamentais no nível da sociedade devem estar conectadas à política econômica do governo ao invés de possuírem características assistencialistas e compensatórias. O crescimento econômico da “economia social de mercado”<sup>290</sup> – este é o nome que os ordoliberais deram para a sua prática de governar – é por si só a compensação que o governo pode oferecer à população<sup>291</sup>. Foucault percebe essa economia social de mercado do ordoliberalismo alemão como uma tendência da arte neoliberal de governar de privatização e de autorresponsabilização dos direitos sociais a pedido dos próprios indivíduos. O governo neoliberal proporciona o crescimento econômico e cada indivíduo deve, segundo os seus esforços e méritos, aproveitá-lo<sup>292</sup>.

A maneira de aplicar as intervenções governamentais no neoliberalismo não é corrigindo os efeitos destruidores do mercado sobre a sociedade e criando mecanismos compensatórios, como era o caso das políticas inspiradas no keynesianismo. Segundo Foucault, o neoliberalismo não é um governo econômico como fora para os fisiocratas do século XVIII e sim um “governo de sociedade”<sup>293</sup>. O principal ponto de aplicação do governo neoliberal é o que os ordoliberais alemães chamam de “ambiente social”<sup>294</sup>. A regulação da economia social de mercado depende de uma regulação constante do

---

<sup>290</sup> Castelo Branco e Yazbek ressaltam a importância do economista alemão Armand Müller-Armack no projeto ordoliberal de uma economia social de mercado e o modo como os ordoliberais se afastam das premissas do liberalismo clássico. Além disso, comentam sobre o lugar dessa economia social de mercado no governo do chanceler Ludwig Erhard, o seu papel no chamado “milagre econômico” na Alemanha e a influência dessa política ordoliberal especialmente na Europa da época da Guerra Fria: “Armand Müller-Armack projetou então um modelo econômico ordoliberal que se combinava ao ‘intervencionismo’ do Plano Marshall, proposto pelos EUA para a reconstrução da Alemanha devastada pela guerra. Assim, nascia a ideia de uma *Sociale Marktwirtschaft*, ou economia social de mercado. A ideia ordoliberal de uma economia social de mercado mantinha a desconfiança na capacidade do Estado de levar adiante uma política econômica que não fosse cooptada por interesses parlamentares transitórios, mantendo as políticas de abolição do controle de preços, estabilidade do câmbio e controle de inflação conduzida por Erhard; mas distinguia-se profundamente das práticas do *laissez-faire* liberal tradicional, por adotar um papel para o Estado na garantia das condições de equilíbrio competitivo do mercado e na promoção de políticas conservadoras de segurança para os trabalhadores – assegurando uma estabilidade política que eles entendiam ser fundamental para a operatividade do mercado, ao atender certas demandas trabalhistas, sem ceder ao igualitarismo distributivo socialista. O chamado ‘milagre econômico do pós-guerra’ na Alemanha Ocidental, sob os auspícios da economia social de mercado, foi visto como uma experiência histórica de vital importância para a promoção do neoliberalismo europeu, na medida que a Alemanha dividida seria capaz de provar a superioridade das políticas neoliberais – o grupo *Ordo* continuava usando o termo *neoliberalismo* – quando confrontadas ao planejamento socialista de Berlim oriental”. Cf. CASTELO BRANCO; YAZBEK, 2023, p. 26.

<sup>291</sup> FOUCAULT, 2022, p. 191-194.

<sup>292</sup> FOUCAULT, 2022, p. 195.

<sup>293</sup> FOUCAULT, 2022, p. 195-196.

<sup>294</sup> FOUCAULT, 2022, p. 196.

governo no próprio meio social. Todavia, não se trata – como já foi dito – de um retorno a uma sociedade mercantil baseada em trocas entre parceiros comerciais e sim de uma sociedade alicerçada sobre o princípio da concorrência respaldado na forma de empresa<sup>295</sup>.

Uma das principais hipóteses de Foucault sobre o neoliberalismo é que a sociedade passa a ser estruturada não através da figura liberal do homem da troca e sim da generalização e multiplicação da forma “empresa” como “sujeito econômico ativo”<sup>296</sup>. Em outras palavras, a constituição não de uma sociedade mercantil e sim de uma sociedade empresarial é “o escopo da política neoliberal”<sup>297</sup>. No entanto, como essas múltiplas empresas terão os seus conflitos mediados em uma sociedade neoliberal baseada na concorrência pura?

Na aula de 21 de fevereiro de 1979<sup>298</sup>, Foucault afirma que é aí que entra o papel do direito no governo intervencionista de sociedade criado pelo ordoliberalismo alemão. Isso retoma a distância que os neoliberais passam a ter do naturalismo defendido pelos liberais do século XVIII. O governo neoliberal não pode ser exercido de acordo com uma suposta “ordem natural” a ser respeitada e sim de uma ordem formalizada por mecanismos jurídico-econômicos extremamente necessários para a manutenção da concorrência na economia de mercado<sup>299</sup>.

Além da teoria econômica neoclássica da concorrência, os ordoliberais herdam a rica tradição da teoria do direito na Alemanha para propor uma solução à ordem social regulada pela economia de mercado. O ordoliberalismo possui a instituição judiciária como um braço direito e coloca o Estado de direito fundado na ordem econômica<sup>300</sup>. Foucault faz menção ao pensamento econômico-jurídico de Friedrich von Hayek e utiliza o exemplo do “jogo” para explicar o funcionamento da economia na ordem de um Estado de direito. O Estado não deve intervir diretamente no “jogo” e nos “jogadores”, e sim estabelecer as “regras do jogo”, ou seja, formalizar “a ação do

---

<sup>295</sup> Segundo Yazbek, “(...) o neoliberalismo não apenas prolonga certos elementos do liberalismo clássico como, ademais, os desloca em direção a formas radicalizadas de ‘governo econômico’: assim, pode-se falar em uma efetiva *autocracia de mercado* no sentido de uma renovação da arte liberal de governo a partir das dimensões complementares da norma da concorrência e do modelo da empresa”. Cf. YAZBEK, 2023, p. 130; FOUCAULT, 2022, p. 196-198.

<sup>296</sup> Sobre esse conceito de “sujeito econômico ativo”, ver o terceiro Capítulo.

<sup>297</sup> FOUCAULT, 2022, p. 199.

<sup>298</sup> FOUCAULT, 2022, p. 215-248.

<sup>299</sup> FOUCAULT, 2022, p. 215-218.

<sup>300</sup> FOUCAULT, 2022, p. 224-226.

governo como um prestador de regras para um jogo econômico”<sup>301</sup>. É preciso lembrar que se trata de um jogo no meio da sociedade empresarial, entre diferentes empresas e maneiras distintas de se comportar diante do jogo econômico. A concorrência entre diferentes agentes econômicos ativos sob a categoria de unidades-empresas cria situações de conflitos que precisam da instituição jurídico-econômico para mediá-las<sup>302</sup>.

Na aula de 7 de março de 1979<sup>303</sup>, Foucault se propõe a mostrar algumas influências do ordoliberalismo alemão assim como das “utopias liberais”<sup>304</sup> do neoliberalismo estadunidense na política àquela época em curso na França. Para abordar as ações governamentais do ex-ministro das finanças e presidente francês Valéry Giscard d’Estaing, Foucault lança mão da hipótese de que a partir do século XVIII – com a instituição das repúblicas liberais e com uma maior rotatividade dos representantes do governo – passa a existir não mais a “governamentalidade estatizante ou estatizada”<sup>305</sup>, mas uma “governamentalidade de partido”<sup>306</sup>. Tendo em vista o tema da governamentalidade de partido,-Foucault ressalta que a adoção da arte neoliberal de governar na França – sob influência do crescimento econômico na Alemanha do pós-Segunda Guerra Mundial – vem em um contexto justamente de crise econômica, a “crise do petróleo”, e é apresentada como solução pelos membros do governo na década de 1970<sup>307</sup>.

Nos Estados Unidos, contudo, a influência do ordoliberalismo alemão chega em um contexto diferente do da França, visto que era mais uma crise política do que propriamente econômica que havia lá – através das diversas críticas às intervenções governamentais da época – e, além disto, o liberalismo possui um papel historicamente essencial na formação contínua da política estadunidense<sup>308</sup>. Com a crise do petróleo no início da década de 1970, a França abandona paulatinamente as práticas dirigistas de governo influenciadas pelo keynesianismo e adotadas pelo presidente francês Charles de Gaulle e passa a incorporar a economia social de mercado criada pelos ordoliberais alemães, abrindo-se mais, tanto para o comércio europeu quanto para o comércio

---

<sup>301</sup> FOUCAULT, 2022, p. 232.

<sup>302</sup> FOUCAULT, 2022, p. 235.

<sup>303</sup> FOUCAULT, 2022, p. 249-288.

<sup>304</sup> FOUCAULT, 2022, p. 240.

<sup>305</sup> FOUCAULT, 2022, p. 256.

<sup>306</sup> FOUCAULT, 2022, p. 256.

<sup>307</sup> FOUCAULT, 2022, p. 258.

<sup>308</sup> Esse tema da história do liberalismo nos Estados Unidos é trabalhado no terceiro Capítulo.

mundial<sup>309</sup>.

Uma das políticas sociais influenciadas pelo neoliberalismo utilizadas por Giscard d'Estaing, segundo Foucault, é a do imposto negativo. Através dele, cada indivíduo recebe um mínimo de renda em oposição aos complexos mecanismos assistencialistas e compensatórios do *Welfare State*. Não se trata de uma política para retirar os indivíduos do estado da pobreza, mas sim para garantir a existência deles em certo nível e atenuar os efeitos da pobreza na sociedade<sup>310</sup>.

\*

A influência do ordoliberalismo alemão se espalhou pela Europa e chegou aos Estados Unidos. Para Castelo Branco e Yazbek, este é o momento de transição da primeira fase para a segunda fase do neoliberalismo, quando um economista tão influente na Escola de Chicago como Milton Friedman<sup>311</sup> – um dos principais articuladores da Sociedade Mont Pèlerin criada por Friedrich von Hayek<sup>312</sup> – traz à tona

---

<sup>309</sup> FOUCAULT, 2022, p. 263.

<sup>310</sup> FOUCAULT, 2022, p. 271-278.

<sup>311</sup> Castelo Branco e Yazbek remetem a influência de Friedman na constituição do neoliberalismo estadunidense a partir do seu monetarismo assim como do paradigma utilitarista das teorias econômicas neoclássicas: “Ao longo dos anos de 1950 e 1960, o movimento neoliberal será profundamente marcado pelo monetarismo de Friedman que, na contramão do keynesianismo, advoga que as medidas de estímulo econômico dos governos para fomentar o emprego e o consumo, medidas que dependem de uma expansão de oferta monetária, são responsáveis diretas pelas altas inflacionárias”; “Além do monetarismo, uma marca comum entre as diversas teorias neoliberais de Chicago é a expansão do paradigma utilitarista das teorias econômicas neoclássicas – a ideia de que cada indivíduo é um agente maximizador da utilidade dos bens – para o estudo de domínio alheios à própria economia e ao alcance inicial da teoria do valor-utilidade”. Cf. CASTELO BRANCO; YAZBEK, 2023, p. 27.

<sup>312</sup> Inclusive, Hayek participou ativamente da criação do neoliberalismo estadunidense dentro de um projeto maior de “criar as condições básicas de construção de um mercado comum mundial e de internacionalização da ordem econômica liberal”, segundo Castelo Branco e Yazbek: “Lecionando no departamento de Direito daquela universidade [em Chicago], Hayek participou ativamente da americanização do neoliberalismo, contribuindo com a construção do enquadre jurídico ao qual os neoliberais da Escola de Chicago faziam apelo. Um enquadre jurídico que fosse princípio à liberalização da economia. No interior desse enquadre, o Estado deve operar de forma amigável em relação às reformas propostas pelos neoliberais, assim como deve legitimar toda necessária contenção das forças populares que se insurjam contra esse movimento” Apesar de Foucault não tratar especificamente da ditadura chilena liderada pelo general Augusto Pinochet a partir de 1973, Hayek como um importante mentor intelectual da Escola de Chicago influenciou a participação dos *Chicago Boys* no “experimento neoliberal” no Chile. A relação do neoliberalismo com movimentos políticos antidemocráticos é uma das marcas da teoria jurídico-econômica de Hayek no neoliberalismo, de modo que um Estado forte e interventor deve combater as invariáveis antiliberais e as pressões populares em prol da liberalização da economia. Para Hayek, é preferível uma ditadura liberal do que um governo democrático não liberal. O exemplo da ditadura chilena no Sul global se tornou uma propaganda para outros governos, sobretudo do Norte global, adotarem as práticas econômicas neoliberais

a bagagem da tradição liberal estadunidense para o debate neoliberal em nível internacional. A partir da ressignificação do liberalismo nos Estados Unidos, nascem na Escola de Chicago algumas das principais expressões teóricas do neoliberalismo: a teoria do capital humano a partir de economistas como Gary Becker<sup>313</sup> e Theodore W. Schultz, a que já nos referimos – que é tratada com ênfase no próximo Capítulo desta Tese – e a teoria da escola pública formulada principalmente pelo economista George Stigler, um dos intelectuais mais próximos de Milton Friedman<sup>314</sup>. Com a adoção do princípio de concorrência e da formação de uma sociedade empresarial como uma das bases da governamentalidade ordoliberal na Alemanha, a teoria do capital humano é fundamental no processo de constituição, não apenas de um novo Estado e de uma nova sociedade neoliberal, mas de uma nova perspectiva do humano sob o signo do neoliberalismo. Através da teoria do capital humano, o neoliberalismo da Escola de Chicago generaliza a racionalidade do mercado concorrencial e da sociedade composta por empresas para um nível de problemas até então considerados não-econômicos, como a educação<sup>315</sup>. A partir dos neoliberais estadunidenses, a economia passa a ser encarada como uma ciência do comportamento humano, de modo que está associada ao “aspecto relativo à prática de governo suscitada pela nova ‘visão do homem’ promovida pelo neoliberalismo”<sup>316</sup>. Ao invés do *homo oeconomicus* (“paisagem subjetiva própria ao liberalismo clássico”<sup>317</sup>), o homem da troca tão caro às teorias liberais clássicas como a de Adam Smith, os neoliberais reivindicam a partir da teoria do capital humano o “empresário de si mesmo” como “tipo de modalidade de subjetivação assujeitada promovida pelo neoliberalismo contemporâneo”<sup>318</sup>, isto é, “sujeito

---

e, daí, o neoliberalismo passava da sua segunda fase para a terceira fase, a do consenso internacional – *Consenso de Washington* - a partir dos exemplos do governo britânico de Margaret Thatcher e do governo estadunidense de Ronald Reagan na década de 1980 (fase esta que Foucault não pode acompanhar): “Durante anos, o próprio Milton Friedman, um dos principais mentores dos *Chicago boys*, vai apresentar o ‘caso Chileno’ como um caso de sucesso de reformas liberalizantes”. Daí também há a influência hayekiana no “caráter regressivamente antidemocrático do neoliberalismo atual” e também em políticas neoliberais que se dão com o “custo do sacrifício das franquias liberais das democracias representativas. Cf. CASTELO BRANCO. YAZBEK, 2023, p. 30-35; YAZBEK, 2023, p. 131; YAZBEK, 2023, p. 134.

<sup>313</sup> Yazbek se mostra crítico à tendência de uma “leitura do liberalismo por Foucault no quadro de uma espécie de ‘apologética’ do ‘neoliberalismo’ de Becker: ‘Não faz sentido, portanto, querer localizar em Foucault seja uma apologética da ‘liberdade liberal’, seja uma teoria do sujeito que fosse análoga à compreensão neoliberal da ação humana’. Cf. YAZBEK, 2023, p. 137.

<sup>314</sup> CASTELO BRANCO; YAZBEK, 2023, p. 27-30.

<sup>315</sup> YAZBEK, 2023, p. 135.

<sup>316</sup> YAZBEK, 2023, p. 136.

<sup>317</sup> YAZBEK, 2023, p. 127.

<sup>318</sup> YAZBEK, 2023, p. 138.

governamentalizado”<sup>319</sup>:

A doutrina neoliberal se constitui assim como uma nova antropologia, em que o *homo economicus* se torna, não mais um parceiro social nas trocas econômicas com outros homens (Adam Smith), mas um “empreendedor de si mesmo”, ou seja, o indivíduo se torna *seu próprio capital competitivo*. A racionalidade neoliberal interpela as subjetividades, evocando as iniciativas e competências individuais em nome do mercado. Nesse sentido, o neoliberalismo impõe a lógica concorrencial não apenas às políticas de Estado, mas igualmente à própria subjetividade, produzindo as modalidades de assujeitamento típicas do nosso tempo. (CASTELO BRANCO; YAZBEK, 2023, p. 44)

Dito de outro modo, reconhecendo que o neoliberalismo não diz respeito apenas a uma teoria formal do mercado concorrencial e da liberdade de preços, a tradição foucaultiana insiste na importância de analisar o fenômeno neoliberal a partir do enfoque de uma racionalidade governamental na qual a lógica do mercado concorrencial produz efeitos sobre os sujeitos. (CASTELO BRANCO; YAZBEK, 2023, p. 45)

Na visão de Yazbek, esse empresário de si mesmo – um autoempreendedor – é uma subjetivação obediente essencial para a manutenção da governamentalidade neoliberal em prol do mercado concorrencial e da sociedade civil constituída a partir do modelo de unidades-empresas. Por meio da noção de “liberdade”, os sujeitos obedientes sob o signo do autoempresariamento se constituem a partir do que é a “condição mesma do exercício neoliberal de governo”<sup>320</sup>:

(...) a “liberdade individual” evocada aos nossos dias é a um só tempo o sintoma da retração da esfera pública de reivindicação de justiça social e a formação de uma obediência por adesão ao governo. Aqui, a política se reduz à sua forma vazia institucional, *despolitizada*, e à ideologia de segurança que a acompanha, - trata-se de governar por razões de segurança e de eficiência concorrencial: *segurança e mercado concorrencial*. (YAZBEK, 2023, p. 140)

\*

No próximo Capítulo, serão investigadas a constituição da governamentalidade neoliberal estadunidense e as principais características do neoliberalismo da Escola de Chicago assim como as suas diferenças e semelhanças em relação ao liberalismo clássico e ao ordoliberalismo alemão. Concentrado no modelo do neoliberalismo estadunidense, o ponto de chegada do capítulo será a teoria do capital humano para, enfim, se poder pensar sua interferência no debate da educação nos séculos XX e XXI.

---

<sup>319</sup> YAZBEK, 2023, p. 138.

<sup>320</sup> YAZBEK, 2023, p. 140.

## CAPÍTULO III

### NEOLIBERALISMO ESTADUNIDENSE, TEORIA DO CAPITAL HUMANO E INVESTIMENTOS EDUCACIONAIS

A atribuição da empregabilidade à escola, em termos de formação contínua, mediante processos escolares corresponde à aplicação do mercado à educação, um campo não-econômico, identificando-a como objeto da economia no investimento em capital humano. (RESENDE, 2018, p. 90)

Neste capítulo, será analisado o quadro de fundação da governamentalidade neoliberal estadunidense. Uma de suas principais expressões é a teoria do capital humano, como já foi reportado na Introdução. O Capítulo seguirá especialmente a partir das pesquisas de Foucault sobre o neoliberalismo da Escola de Chicago em *Nascimento da biopolítica* e das proposições do economista neoliberal Theodore W. Schultz, um dos pioneiros da teoria do capital humano. Considerando as diferenças entre o neoliberalismo alemão e o neoliberalismo estadunidense, será considerado o papel histórico do liberalismo clássico como objeto privilegiado na constituição da política dos Estados Unidos. Retomando aspectos das críticas às teorias econômicas do liberalismo clássico no início do século XX, um processo de transformação epistemológica é colocado em práticas pelos teóricos do capital humano, que guiam suas investigações para campos até então incomuns no debate da economia política, tal como a educação. Para os neoliberais da Escola de Chicago, o investimento em capital humano por meio da educação formal e da pesquisa especializada é um dos principais aspectos do crescimento econômico de países de todo o mundo na segunda metade do século XX.

No livro *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*, Schultz considera fundamental o papel do “capital configurado na criança” no crescimento econômico. Atualmente, a teoria do capital humano tem um largo alcance e influencia diversos governos políticos, especialmente em suas políticas educacionais. Existe, por exemplo, um amplo debate sobre a neoliberalização do ensino público em tempos neoliberais. Ao analisar as principais estratégias utilizadas pela governamentalidade

neoliberal em políticas educacionais, principalmente quando a sua gestão empresarial é aplicada no domínio da escola pública, abre-se espaço também para uma reflexão sobre possíveis formas de contracondutas educativas.

Considerando esses comentários iniciais, algumas perguntas serão colocadas como pano de fundo deste capítulo: como o neoliberalismo estadunidense influencia o debate teórico e a prática educacional? O que a teoria do capital humano tem a ver com o tema dos investimentos educacionais? Por que a educação, segundo o neoliberalismo estadunidense, é tratada em termos de investimentos? Como é formado o capital humano por meio de investimentos educacionais? Por que a criança ou o estudante seria composto de um capital? Investir na educação de quem? Por quê? Por que o ensino público está sob ataque? Qual é a influência do neoliberalismo nesse processo? Há formas de educação para além da lógica dos investimentos educacionais em capital humano? Quais?

## **1. Foucault, capital humano e investimentos educacionais**

Formar capital humano (...) quer dizer o quê? Quer dizer, é claro, fazer o que se chama de investimentos educacionais. (FOUCAULT, 2022, p. 307)

O ano é 1979. A “governamentalidade neoliberal” não havia ainda alcançado o seu auge, que virá principalmente por meio do governo britânico de Margaret Thatcher e do governo estadunidense de Ronald Reagan até se tornar de fato *mainstream* tanto na direita quanto na esquerda governamentais no mundo todo no final do século XX e início do século XXI. Todavia, em 1973, os economistas neoliberais da Escola de Chicago (Milton Friedman, Theodore Schultz, Gary Becker, Jacob Mincer, George Stigler etc.) – na época, conhecidos como *Chicago Boys* – já haviam realizado uma “experiência laboratorial” de suas novas ideias no Chile do ditador Augusto Pinochet. Em 1979, o economista neoliberal Theodore Schultz, membro influente na Escola de Chicago e um dos criadores da chamada Teoria do Capital Humano, recebeu o Nobel de Economia. Enquanto isso, o filósofo francês Michel Foucault, conhecido na década de 1970 por obras

como *Vigiar e punir*<sup>321</sup> e *A vontade de saber*<sup>322</sup>, estava atento ao fenômeno crescente de neoliberalização do governo francês e, por conseguinte, de toda a Europa, sob a influência tanto da corrente neoliberal estadunidense, representada pela Escola de Chicago, quanto da corrente neoliberal alemã – também conhecida como ordoliberalismo, como vimos no capítulo anterior –, representada pela Escola de Friburgo formada pelos economistas Franz Böhm, Walter Eucken, Wilhem Röpke, Alfred Müller-Armack e Alexander Rüstow. A atenção de Foucault para o crescente discurso governamental a favor da racionalidade neoliberal de Giscard d'Estaing – primeiro-ministro da França na época – o fez modificar o projeto inicial de uma genealogia dos dispositivos biopolíticos no curso *Nascimento da biopolítica*<sup>323</sup> para dar prosseguimento a um procedimento histórico-filosófico empreendido no curso anterior, *Segurança, território, população*<sup>324</sup>.

Esse procedimento é o de uma genealogia da governamentalidade, conceito que opera uma transformação no percurso até então realizado em sua genealogia do poder durante a década de 1970 e que alcançará a genealogia do sujeito ético desenvolvida, sobretudo, na década de 1980. Ao invés de se deter especificamente na gênese da noção de biopolítica, Foucault busca a condição de sua possibilidade histórica: a constituição da governamentalidade liberal clássica proveniente do século XVIII, representada pelos economistas ingleses Adam Smith e David Ricardo, além dos fisiocratas franceses como François Quesnay e dos utilitaristas ingleses como Jeremy Bentham.

Entretanto, o nascimento da biopolítica no contexto da racionalidade liberal clássica não é o tema central do curso, que introduz a transmutação epistemológica e política ocorrida na tradição do liberalismo a partir da primeira metade do século XX. Através de críticas contundentes, sobretudo, ao intervencionismo keynesiano do Estado de bem-estar, ao nazifascismo de caráter protecionista e do socialismo planificador, situa-se o pano de fundo do nascimento do neoliberalismo. O acontecimento conhecido pelo nascimento do neoliberalismo – inclusive, do próprio conceito – é, como vimos anteriormente, o Colóquio Walter Lippmann, que ocorreu em Paris no ano de 1938, organizado pelo filósofo liberal francês Louis Rougier. Mais tarde, em 1947, os economistas da Escola Austríaca como Friedrich Hayek e Ludwig Von Mises, assim

---

<sup>321</sup> FOUCAULT, 2014.

<sup>322</sup> FOUCAULT, 2015.

<sup>323</sup> FOUCAULT, 2022.

<sup>324</sup> FOUCAULT, 2023.

como alguns economistas já citados das correntes neoliberais da Escola de Chicago e ordoliberais da Escola de Friburgo, fundaram a Sociedade Mont-Pèlerin, que é bastante influente no programa de “refundação” do liberalismo clássico do XVIII sob novas bases teórico-práticas.

\*

Após as análises sobre o liberalismo clássico, o ordoliberalismo alemão no final da Segunda Guerra Mundial e o neoliberalismo francês na década de 1970 feitas no segundo Capítulo, agora é a vez de discorrer propriamente sobre o neoliberalismo estadunidense. Um aspecto bastante singular dessa governamentalidade neoliberal é, como vimos, a presença da teoria do capital humano desenvolvida por economistas como Theodore Schultz e Gary Becker. Nas aulas de 14 e 21 de março de 1979 de *Nascimento da biopolítica*, Foucault aborda brevemente as principais características do neoliberalismo estadunidense, situando a teoria do capital humano como uma de suas marcas mais importantes. Em primeiro lugar, o contexto de surgimento do neoliberalismo estadunidense não é tão diferente do contexto do ordoliberalismo alemão. Segundo Foucault, haveria três elementos essenciais para a sua formação na segunda metade do século XX: 1) o *New Deal*<sup>325</sup>; 2) o plano *Beveridge*<sup>326</sup>; e 3) o crescimento da administração federal por meio dos programas econômicos e sociais<sup>327</sup>. No conjunto desses fatos

---

<sup>325</sup> O Estado de bem-estar social (*Welfare State*) está representado no exemplo estadunidense do programa de recuperação da economia criado no governo de Franklin Delano Roosevelt conhecido como *New Deal* sob influência do keynesianismo crescente após a Crise de 1929, durante as duas Guerras Mundiais assim como no pós-guerra. Na visão dos economistas neoliberais, o *New Deal* está dentro de uma política econômica assemelhada tanto ao nazifascismo como ao socialismo por conta do tipo de invencionismo econômico-social de cunho protecionista praticado por esse programa que influenciou o governo do Ocidente naquele período. Além disso, o *New Deal* ameaça o princípio liberal clássico do *laissez-faire* (“deixar-fazer”), que diz respeito ao intervencionismo mínimo do Estado no mercado comandado sob pilares do naturalismo econômico. Porém, os neoliberais são críticos não poucas vezes tanto ao keynesianismo representado pelo *New Deal* quanto ao naturalismo liberal clássico do *laissez-faire*. Cf. FOUCAULT, 2022, p. 291.

<sup>326</sup> Através do modelo econômico manchesteriano de John Maynard Keynes, o liberalismo assumiu a forma do *Welfare State* através do exemplo britânico do Plano Beveridge – nome que vem do seu criador, o economista social-liberal britânico William Beveridge – executado durante a Segunda Guerra. O seu propósito era o de garantir, em troca da vida dos ingleses colocada à prova durante a guerra, a segurança social à população em termos de pleno emprego, proteção à pobreza, direto à educação pública gratuita e de qualidade, segurança em relação às enfermidades e direito assegurado à aposentadoria, por exemplo. Cf. FOUCAULT, 2022, p. 290.

<sup>327</sup> FOUCAULT, 2022, p. 289-291.

históricos, que são alvos de críticas dos neoliberais estadunidenses, apresentam-se críticas sobre o modo de recuperação econômica após a Crise de 1929, à administração estatal dos recursos econômicos durante a Segunda Guerra Mundial e também às políticas sociais desenvolvidas pelo governo estadunidense no pós-Guerra. Nas críticas a essas políticas econômicas, os neoliberais da Escola de Chicago atacam principalmente o keynesianismo, visto como um modelo liberal por demais intervencionista, socializante e planificador.

Quais seriam então as diferenças entre o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo estadunidense? Para Foucault, derivam da especificidade histórica do liberalismo na formação dos Estados Unidos. Diferente dos países europeus como Alemanha e França, onde havia um Estado preexistente para o liberalismo atuar como um princípio moderador, o processo de Independência dos Estados Unidos em relação à Inglaterra partiu de reivindicações econômicas liberais. Em outras palavras, o liberalismo é o princípio fundador e legitimador dos Estados Unidos, séculos antes do ordoliberalismo assumir esse papel na Alemanha do pós-Guerra.

Contudo, não é apenas no processo de Independência que o liberalismo assume função capital nos Estados Unidos. Em diversos debates políticos referentes às questões dos mercados interno e externo, do direito público e da administração federal, o liberalismo sempre aparece no centro. Até mesmo a divisão entre “esquerda” e “direita” nos Estados Unidos não exclui de ambos os lados a defesa do liberalismo e um ataque a tudo que poderia ferir o princípio liberal da política estadunidense<sup>328</sup>. Por isso, o liberalismo é, nos Estados Unidos, mais do que uma técnica político-econômica utilizada pelos governantes para gerir a população; é uma certa relação entre governantes e governados a partir do problema das liberdades em variados domínios da vida individual e coletiva (direito de propriedade, liberdade de compra e de venda, liberdade religiosa, liberdade de expressão, etc.). Esse ideal estadunidense de “viver livremente” é expressão de uma reivindicação utópica oriunda do liberalismo desde a época da Independência dos Estados Unidos. Há na formação do neoliberalismo estadunidense a proposta de uma reativação das “utopias liberais”, uma vez que os projetos utópicos ficaram cada vez mais associados ao socialismo, por exemplo<sup>329</sup>. Os neoliberais da Escola de Chicago são

---

<sup>328</sup> FOUCAULT, 2022, p. 291-293.

<sup>329</sup> FOUCAULT, 2022, p. 293-294.

herdeiros de uma tradição política que sustenta “o liberalismo como estilo geral de pensamento, de análise e de imaginação”<sup>330</sup>.

Qual seria a principal expressão desse modo de vida liberal no neoliberalismo da Escola de Chicago? Pode-se dizer que é a teoria do capital humano. E o que é a teoria do capital humano? Para responder a essa pergunta, é preciso dizer que esse conceito formulado pelos economistas neoliberais opera um duplo movimento: de um lado, realiza uma releitura das teorias econômicas do liberalismo clássico; e de outro lado, prepara o terreno para a abordagem de temas até então considerados não-centrais para os economistas, tal como o problema da educação<sup>331</sup>.

Com relação à incursão dos neoliberais estadunidenses nas teorias econômicas clássicas, eles se afastam em primeiro lugar do princípio de que a produção de bens depende unicamente de três fatores: a terra, o capital e o trabalho<sup>332</sup>. Foucault sustenta que o trabalho é, para os neoliberais, um conceito não suficientemente elaborado pela economia política clássica. Apesar das elaborações teóricas de Adam Smith sobre a divisão do trabalho, os neoliberais argumentam que o conceito de trabalho foi, ao longo da tradição liberal até Keynes, reduzido a algum outro fator quantitativo e não considerado por si mesmo. Foucault traz o exemplo da redução de David Ricardo do trabalho em função do fator tempo: quanto mais trabalhadores dedicados à produção e por mais tempo, maior será o lucro. Para Foucault, os economistas neoliberais como Gary Becker, Theodore W. Schultz e Jacob Mincer se propõem uma reinserção do conceito de trabalho na análise econômica<sup>333</sup>.

Foucault percebe a falta de diálogo desses economistas neoliberais com um outro teórico fundamental no campo econômico que oferece contribuições indispensáveis para o conceito de trabalho: Karl Marx. Segundo Foucault, Marx oferece uma concepção de trabalho voltada à própria atividade do trabalhador, isto é, ao modo como ele vende a sua força de trabalho em troca de um salário. Parte do valor produzido pela atividade do

---

<sup>330</sup> FOUCAULT, 2022, p. 294.

<sup>331</sup> FOUCAULT, 2022, p. 294.

<sup>332</sup> O economista neoliberal Theodore Schultz ressalta a inconsistência dessa tríade para a sua análise do capital humano: “A classificação tripartida dos fatores da produção – terra, trabalho e capital – que adveio da economia clássica ainda prevalece, a despeito de suas limitações ao analisar o crescimento econômico moderno”. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 13; “Ao abordar a classificação, com vistas à organização do presente estudo, concluí que a abordagem clássica em relação à terra, ao trabalho e ao capital era inadequada”. SCHULTZ, 1973, p. 15.

<sup>333</sup> FOUCAULT, 2022, p. 294-296.

trabalhador lhe é alienado pela lógica capitalista, de forma que existe um processo de abstração do trabalho concreto. Para os neoliberais, o capitalismo não é responsável pela abstração do trabalho, é a teoria econômica do liberalismo clássico que não se adequa aos episódios históricos do sistema capitalista. Na visão do neoliberalismo estadunidense, falta uma concepção de trabalho que dê conta das especificidades e dos aspectos qualitativos presentes no capitalismo do século XX. Não apenas isso, como também é necessário localizar os efeitos econômicos desses aspectos qualitativos do trabalho na economia global<sup>334</sup>. Colocar o trabalho em seus aspectos qualitativos e particulares no centro do debate econômico é, para Foucault, uma “mutação epistemológica essencial dessas análises neoliberais”<sup>335</sup>. A própria concepção de economia presente no neoliberalismo estadunidense é reestruturada a partir dessa releitura das teorias econômicas do liberalismo clássico. Se antes – desde Adam Smith – a economia é entendida como “o estudo dos mecanismos de produção, dos mecanismos de troca e dos fatos de consumo no interior de uma estrutura social dada”<sup>336</sup>, agora os neoliberais argumentam que a economia diz respeito aos “recursos raros” e ao modo como cada indivíduo orienta uma aplicabilidade para eles.

Isso leva, inclusive, a uma definição do conceito de economia formulado por Lionel Robbins, economista britânico neoclássico bastante influente na Escola de Chicago: “A economia é (...) a ciência do comportamento humano como uma relação entre fins e meios raros que têm usos mutuamente excludentes”<sup>337</sup>. De acordo com essa definição bastante representativa do neoliberalismo estadunidense, a economia é uma investigação não apenas sobre o comportamento humano, mas também sobre os cálculos e as racionalizações desse comportamento no âmbito da vida econômica. Na concepção neoliberal de economia, o trabalho é analisado a partir de quem trabalha e, principalmente, sobre a conduta econômica desse indivíduo em relação aos recursos de que dispõe<sup>338</sup>.

Esse indivíduo que trabalha não é mais um mero objeto para as análises econômicas sobre a sua força de trabalho colocada à disposição por um determinado

---

<sup>334</sup> FOUCAULT, 2022, p. 296-298.

<sup>335</sup> FOUCAULT, 2022, p. 298.

<sup>336</sup> FOUCAULT, 2022, p. 298.

<sup>337</sup> FOUCAULT, 2022, p. 298-299.

<sup>338</sup> FOUCAULT, 2022, p. 299.

período de tempo e trocada por um salário, mas um “sujeito econômico ativo”<sup>339</sup>. Na perspectiva da teoria do capital humano, o objetivo do sujeito na sociedade capitalista é que ele trabalhe para obter uma renda. E isso vai ao encontro da concepção de renda presente na teoria econômica de Irving Fisher, economista estadunidense neoclássico, e influencia os economistas da Escola de Chicago: “Uma renda é simplesmente o produto ou o rendimento de um capital”<sup>340</sup>. É possível afirmar que o sujeito econômico ativo – o indivíduo que trabalha em busca de uma renda – dispõe de um capital que ele investe em algum negócio para um rendimento futuro.

Entretanto, o que seria, segundo os neoliberais, esse capital intrínseco aos indivíduos? Seriam aspectos físicos e psicológicos de que os indivíduos são constituídos ao longo de sua vida, que poderiam ser chamados de “aptidões” ou “competências”. A variação de renda de um sujeito econômico ativo depende de seu próprio capital, que também varia e pode ter uma cotação mais alta ou mais baixa dependendo da sua qualidade. Os trabalhadores possuem uma duração de vida e, com o tempo, envelhecem, se desatualizam e se tornam obsoletos. No decorrer de sua fase “produtiva” e “útil”, o sujeito econômico ativo é convocado a investir não em uma empresa como uma forma de vender a sua força de trabalho, e sim no seu próprio “capital-competência” para rendimentos futuros. Os neoliberais sustentam que esse sujeito econômico ativo é uma “unidade-empresa”, isto é, uma espécie de “empresa para si mesmo”<sup>341</sup>. Pode-se dizer que aqui há uma certa continuidade em relação ao ordoliberalismo alemão e ao seu projeto de uma política social de mercado, constituída a partir de empresas individuais. Essa ideia do trabalhador como sujeito econômico ativo e empresa de si mesmo leva Foucault a comentar sobre o retorno da noção liberal clássica de “homem econômico” – *homo oeconomicus*<sup>342</sup> – no contexto do neoliberalismo estadunidense<sup>343</sup>.

O resgate dessa noção do liberalismo clássico implica algumas transformações. Na concepção clássica, o homem econômico é o “parceiro de troca”, aquele que avalia os processos econômicos a partir da lógica dos interesses privados e da utilidade. No caso

---

<sup>339</sup> FOUCAULT, 2022, p. 300.

<sup>340</sup> FOUCAULT, 2022, p. 300.

<sup>341</sup> FOUCAULT, 2022, p. 302.

<sup>342</sup> Foucault se dedica a uma breve genealogia dessa noção de *homo oeconomicus* no contexto do liberalismo clássico nas duas últimas aulas do curso *Nascimento da biopolítica* (aulas dos dias 28 de março e 4 de abril de 1979). Cf. FOUCAULT, 2022, p. 355-420.

<sup>343</sup> A concepção liberal de “homem econômico” já foi referenciada na Introdução.

da concepção neoliberal, o homem econômico é o “empresário de si mesmo”<sup>344</sup>, visto que é o seu próprio capital, o seu produtor e também a fonte de sua renda futura. Com esse resgate e ressignificação do conceito liberal clássico de homem econômico, até mesmo o consumo passa a ser visto como uma atividade produtiva, pois o que está em jogo é a produção das satisfações individuais do empresário de si mesmo. Em síntese, o capital inerente a esse indivíduo que trabalha, a esse sujeito econômico ativo ou a esse empresário de si mesmo é o próprio conceito de capital humano abordado pelos neoliberais da Escola de Chicago.

Mas como esse capital inerente aos seres humanos é composto? Para responder essa pergunta, Foucault levanta a hipótese de que o capital humano é dividido em dois elementos: os “elementos hereditários” (ou “inatos”) e os “elementos adquiridos”<sup>345</sup>.

Os elementos hereditários são aqueles que independem das decisões do empresário de si mesmo para serem constituídos. Tais elementos são oriundos dos pais entendidos como “coprodutores” de um determinado capital humano. A qualidade desse capital humano futuro – o bebê ou a criança ao nascer – depende dos fatores genéticos herdados dos pais. Então, a melhoria de um capital humano futuro necessita, em primeiro lugar, da união de indivíduos dotados de “bons genes” na concepção de uma nova pessoa captada como um investimento<sup>346</sup>.

Mesmo que um indivíduo disponha de recursos genéticos de qualidade desde o seu nascimento, é mais importante na lógica econômica neoliberal, o que ele vai fazer com isso ao longo de sua vida. É aí que entram os elementos adquiridos do capital humano<sup>347</sup>, ou seja, aqueles que dizem respeito à sua formação. Entre as diversas formas de investimentos (em saúde e em mobilidade<sup>348</sup>, por exemplo), chamam a atenção as maneiras de se investir na educação dos indivíduos. Os investimentos educacionais

---

<sup>344</sup> FOUCAULT, 2022, p. 303.

<sup>345</sup> FOUCAULT, 2022, p. 304.

<sup>346</sup> FOUCAULT, 2022, p. 304-307.

<sup>347</sup> Com relação a esses elementos constitutivos do capital humano, Foucault também menciona a migração como uma forma de investimento que o empresário de si mesmo faz em seu próprio capital. Cf. FOUCAULT, 2022, p. 308-309.

<sup>348</sup> Sobre a questão da mobilidade, Foucault aborda sobre a migração em busca de melhores condições de trabalho como uma forma de investimento do empresário de si mesmo: “A migração é um investimento, o migrante é um investidor. Ele é empresário de si mesmo, que faz um certo número de despesas de investimento para obter certa melhoria. A mobilidade de uma população e a capacidade que ela tem de fazer opções de mobilidade, que são opções de investimento para obter uma melhoria na renda, tudo isso permite (...) analisar todos esses comportamentos em termos de empreendimento individual, de empreendimento de si mesmo com investimentos e renda”. Cf. FOUCAULT, 2022, p. 309.

consistem na constituição do capital humano por meio da educação escolar, da educação universitária e também da formação profissional, mas não apenas isso:

Formar capital humano, formar portanto essas espécies de competência-máquina que vão produzir renda, ou melhor, que vão ser remuneradas por renda, quer dizer o quê? Quer dizer, é claro, fazer o que se chama de investimentos educacionais. Na verdade, não se esperaram os neoliberais para medir certos efeitos desses investimentos educacionais, quer se trate da instrução propriamente dita, quer se trate da formação profissional etc. Mas os neoliberais observam que, na verdade, o que se deve chamar de investimento educacional, em todo caso os elementos que entram na constituição de um capital humano, são muito mais amplos, muito mais números do que o simples aprendizado escolar ou que o simples aprendizado profissional. (FOUCAULT, 2022, p. 307)

Há uma preocupação constante por parte dos teóricos do capital humano com as atividades educacionais, no âmbito familiar, especialmente no que diz respeito ao cuidado materno. Para os neoliberais, a melhoria do capital humano de uma criança passa também pelo ambiente cultural que a família pode lhe oferecer.

Sabe-se perfeitamente que o número de horas que uma mãe de família passa ao lado do filho, quando ele ainda está no berço, vai ser importantíssimo para a constituição de uma competência-máquina, ou se vocês quiserem para a constituição de um capital humano, e que a criança será muito mais adaptável se, efetivamente, seus pais ou sua mãe lhe consagraram tantas horas do que se lhe consagraram muito menos horas. Ou seja, o simples tempo de criação, o simples tempo de afeto consagrado pelos pais a seus filhos, deve poder ser analisado em termos de investimento capaz de constituir um capital humano. Tempo passado, cuidados proporcionados, o nível de cultura dos pais também – porque se sabe muito bem, justamente, que, para um mesmo tempo passado, pais cultos vão formar um capital humano, para a criança, muito mais elevado do que se não tiverem o mesmo nível de cultural -, o conjunto dos estímulos culturais recebidos por uma criança, tudo isso vai constituir elementos capazes de formar um capital humano. Ou seja, vai se chegar assim a toda uma análise ambiental, como dizem os americanos, da vida da criança, que vai poder ser calculada e, até certo ponto, quantificada, em todo caso, que vai poder ser medida em termos de possibilidades de investimentos em capital humano. (FOUCAULT, 2022, p. 307-308)

Os efeitos econômicos dos investimentos em capital humano não ficam restritos aos cálculos privados do empresário de si mesmo e da sua família. Os neoliberais observam que as sociedades capitalistas da segunda metade do século XX chamam a atenção para um amplo crescimento econômico de países como Estados Unidos, Alemanha e Japão. Os fatores de produção da economia clássica – terra, capital (não-humano) e trabalho – não dão mais conta de explicar tantas inovações e novidades do ponto de vista tecnológico, que trazem resultado significativos à produtividade dos

trabalhadores. O que explicaria, por exemplo, o sucesso econômico do Japão no pós-Guerra<sup>349</sup>, arrasado pelas bombas de Hiroshima e Nagasaki, que não dispõe de tantos recursos físicos quanto outros países do seu continente? Segundo os neoliberais, o seu crescimento econômico se deve, sobretudo, a um investimento coletivo em capital humano<sup>350</sup>.

A partir dessa tese, as práticas de governo dos estados nacionais em diversos campos – políticas sociais, saúde, trabalho, educação, cultura, etc. – passam a ser encaradas não apenas como formas de melhoria do estoque de capital humano disponível em uma dada população, mas também como maneiras de maximizar os efeitos de crescimento econômico<sup>351</sup>:

A partir dessa análise teórica e dessa análise histórica, é possível destacar portanto os princípios de uma política de crescimento que já não será simplesmente indexada ao problema do investimento material do capital físico, de um lado, e do número de trabalhadores, [de outro], mas uma política de crescimento que será centrada muito precisamente numa das coisas que o Ocidente, justamente, pode modificar com maior facilidade e que vai ser a modificação do nível e da forma de investimento em capital humano. É para esse lado, de fato, que se vê claramente que se orientam as políticas econômicas, mas também as políticas sociais, mas também as políticas culturais, as políticas educacionais, de todos os países desenvolvidos. (FOUCAULT, 2022, p. 311)

Na aula de 21 de março de 1979, Foucault ressalta que a teoria do capital humano da Escola de Chicago – uma determinada forma de compreender os comportamentos individuais e as relações sociais – representa uma “generalização da forma econômica do mercado no neoliberalismo americano”<sup>352</sup>. Se há de um lado a interpretação do crescimento econômico a partir do investimento em capital humano em nível populacional, de outro lado, no âmbito privado e familiar, esse discurso generalizador da

---

<sup>349</sup> Schultz deixa claro que o sucesso econômico do Japão no pós-Guerra não se deve à acumulação de capital físico não-humano: “O Japão demonstrou, além de qualquer dúvida, que uma rica provisão de recursos naturais não é um fator necessário para o desenvolvimento de uma economia moderna.” Cf. SCHULTZ, 1973, p. 12.

<sup>350</sup> FOUCAULT, 2022, p. 309-311.

<sup>351</sup> Um detalhe importante a ser acrescentado nesse tema da relação entre capital humano e crescimento econômico é que a ausência dessas práticas de governo voltadas para a população em um país não-desenvolvido explica a um só tempo tanto a baixa qualidade do estoque de capital humano quanto o fraco desempenho econômico em comparação aos outros países: “Do mesmo modo, também, a partir desse problema do capital humano, podem ser repensados os problemas da economia do terceiro mundo. E a não decolagem da economia do terceiro mundo, como vocês sabem muito bem, está sendo repensada agora, não tanto em termos de bloqueio dos mecanismos econômicos, mas em termos de insuficiência de investimento do capital humano”. Cf. FOUCAULT, 2022, p. 311.

<sup>352</sup> FOUCAULT, 2022, p. 326.

economia de mercado<sup>353</sup> atravessa, por exemplo, a relação formativa ou educacional mãe-filho<sup>354</sup> por meio de uma concepção do papel materno como melhoria do “capital humano da criança” e, por conseguinte, de seus rendimentos futuros (ou o “salário da criança”):

Na análise que eles fazem do capital humano, (...) os neoliberais procuravam explicar, por exemplo, com a relação mãe-filho, caracterizada concretamente pelo tempo que mãe passa com o filho, pela qualidade dos cuidados que ela lhe dedica, pelo afeto de que ela dá prova, pela vigilância com que acompanha seu desenvolvimento, sua educação, seus progressos, não apenas escolares mas físicos, pela maneira como não só ela o alimenta, mas como ela estiliza a alimentação e a relação alimentar que tem com ele – tudo isso constitui, para os neoliberais, (...) um investimento mensurável em tempo, um investimento que vai constituir o quê? Capital humano, o capital humano da criança, capital esse que produzirá renda. Essa renda será o quê? O salário da criança quando ela se tornar adulta. (FOUCAULT, 2022, p. 326)

Além da relação formativa entre mãe e filho, a generalização neoliberal da economia de mercado nas condutas individuais e coletivas afeta o nível familiar, ressignificando a noção de herança. Além dos bens materiais propriamente ditos, a transmissão de um capital humano elevado – através dos “cuidados educacionais”<sup>355</sup>, por exemplo – é pensada no neoliberalismo estadunidense como uma herança dos pais aos seus filhos<sup>356</sup>.

A seguir, será discutida a teoria do capital humano elaborada pelo economista neoliberal Theodore W. Schultz em sua obra de 1971, *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*, utilizada como referência bibliográfica por Foucault no seu curso de 1979. Nessa discussão, será enfatizada a abordagem de Schutz a respeito dos investimentos na educação e da influência do neoliberalismo em políticas educacionais nos tempos atuais.

---

<sup>353</sup> A generalização dos comportamentos individuais e populacionais ao nível da economia de mercado é descrita por Foucault na aula de 28 de março de 1979 em *Nascimento da biopolítica*: “(...) nos neoliberais americanos, encontrávamos uma aplicação ou, em todo caso, uma tentativa de aplicação da análise economista a uma série de objetos, de campos de comportamentos ou de condutas, que não eram comportamentos ou condutas de mercado: tentativa, por exemplo, de aplicar a análise econômica ao casamento, à educação dos filhos, à criminalidade”. Cf. FOUCAULT, 2022, p. 355.

<sup>354</sup> FOUCAULT, 2022, p. 327.

<sup>355</sup> FOUCAULT, 2022, p. 327.

<sup>356</sup> A transmissão do capital humano dos pais aos seus “herdeiros” possui diferenças quando se destaca as origens sociais das famílias: “Uma família rica, isto é, uma família de renda elevada, isto é, uma família composta de elementos que possuem um capital humano elevado terá, portanto, como projeto econômico imediato e racional a transmissão para os filhos de um capital humano pelo menos tão elevado quanto o deles, o que implica toda uma série de investimentos: investimento financeiro, investimento em tempo, de parte dos pais. Ora, esses investimentos não são possíveis se a família é numerosa. Portanto, é a necessidade de uma transmissão de capital humano para os filhos, pelo menos igual [ao] que os pais detinham, é isso que explica, segundo os neoliberais americanos, o caráter mais limitado das famílias ricas que das famílias pobres”. Cf. FOUCAULT, 2022, p. 327-328.

## 2. Schultz e o investimento em capital humano a partir da educação e da pesquisa

Uma classe particular de capital humano, consistente do “capital configurado na criança”, pode ser a chave de uma teoria econômica da população. (SCHULTZ, 1973, p. 9)

A partir do pós-Guerra, Schultz realizou uma série de pesquisas na Escola de Chicago sobre o papel dos elementos adquiridos na capacidade humana – como a formação escolar e profissional – como um dos principais incentivos à produtividade no capitalismo da sua época. As capacidades adquiridas puderam ser aprimoradas graças a um conjunto de investimentos em seres humanos<sup>357</sup>. Os investimentos na competência do indivíduo levaram Schultz a questionar o conceito tradicional de capital e a ampliá-lo de forma a alcançar a problemática do capital humano. Até então, não se discutia sobre o capital humano quando o assunto era o tema do crescimento econômico, apesar de importantes economistas liberais como Adam Smith<sup>358</sup> já considerarem em suas teorias os seres humanos como uma espécie de capital. Segundo Schultz, alguns teóricos importantes dos séculos XIX e XX, como o economista neoclássico Alfred Marshall<sup>359</sup>, era um simpatizante da ideia dos investimentos em seres humanos, apesar de ser um crítico do conceito de capital humano<sup>360</sup>.

Reconhecendo a importância dos investimentos em seres humanos na economia moderna e as incoerências do conceito tradicional de capital, Schultz defende que o capital humano possui uma grande diversidade de modelos e executa serviços tanto de produtor quanto de consumidor<sup>361</sup>. O economista neoliberal alega que, até então, o capital reproduzível não-humano<sup>362</sup> – convencional ou tradicional – foi superestimado, enquanto

---

<sup>357</sup> SCHULTZ, 1973, p. 7.

<sup>358</sup> SCHULTZ, 1973, p. 33.

<sup>359</sup> SCHULTZ, 1973, p. 34.

<sup>360</sup> SCHULTZ, 1973, p. 7-8.

<sup>361</sup> SCHULTZ, 1973, p. 42.

<sup>362</sup> Schultz sugere a diferenciação e a heterogeneidade de dois tipos de capital: o capital humano e o capital não-humano: “Ao classificar-se o capital que presta serviços futuros, é conveniente começar com uma dicotomia, saber, a do capital humano e não-humano”. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 53.

o conceito mais amplo de capital humano ficou à margem dos cálculos sobre a modernização da produção capitalista. A teoria de Schultz indica tanto que o capital humano representa maior diversidade do que o capital reproduzível não-humano – ou convencional – quanto que aquele se desenvolve nas sociedades capitalistas mais rápido do que este<sup>363</sup>. Em outras palavras: a produtividade dos seres humanos é maior do que todos os tipos de riquezas juntos, segundo Schultz<sup>364</sup>. Por isso, sua a prioridade é investigar as diferentes formas de investir em seres humanos, concretizadas, especialmente, na educação e na pesquisa: “Neste livro, considero principalmente a educação formal e a pesquisa organizada”<sup>365</sup>. Com relação à visão da educação e da pesquisa como um investimento em seres humanos, Schultz sustenta a importância de um tipo específico de capital humano: o “capital da criança”<sup>366</sup>. Com os investimentos educacionais desde a infância, a família possui um papel indispensável para o desenvolvimento econômico de toda uma nação<sup>367</sup>:

Uma classe particular de capital humano, consistente do “capital configurado na criança”, pode ser a chave de uma teoria econômica da população. A formação do “capital configurado na criança” pelo lar, pelo marido e pela mulher começaria com a criação dos filhos e prosseguiria ao longo de sua educação por todo o período da infância. (SCHULTZ, 1973, p. 9)

---

<sup>363</sup> SCHULTZ, 1973, p. 31; SCHULTZ, 1973, p. 38.

<sup>364</sup> SCHULTZ, 1973, p. 32.

<sup>365</sup> Há uma passagem do capítulo 1 de *O capital humano*, que Schultz afirma o seguinte: “Minha tese é que o pensamento econômico tem negligenciado examinar duas classes de investimento que são de capital importância nas modernas circunstâncias. São elas o investimento no homem e na pesquisa organizada”. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 15.

<sup>366</sup> Para Schultz, é preciso considerar inclusive o papel dos investimentos na infância antes mesmo de ser ela inserida no meio escolar. São considerados, no argumento do economista da Escola de Chicago, tanto custos e rendimentos dos investimentos nas crianças quanto o papel econômico da mulher na sociedade de mercado: “Um outro componente de maior importância que se omite no nosso trabalho é o do capital humano representado pelos agentes humanos sem qualquer tipo de educação ou pelas crianças antes de entrarem para o seu período de escolarização. (...) Sem dúvida alguma, os pais retiram satisfações dos seus filhos; nas sociedades tradicionais, as crianças fornecem o elemento de tranquilidade para a idade senil de seus pais, um substituto para os ‘títulos’ de aposentadoria. Mas a aquisição das crianças tem o seu preço. Uma abordagem que considera a produção das crianças, vistas como capital humano, com toda a probabilidade nos dirá muita coisa acerca da economia do planejamento familiar. Ao determinar-se os custos das crianças, já fica claro que o nível de escolarização das mulheres e as mudanças nas oportunidades de empregos para as mulheres ou, de maneira geral, a emancipação econômica da mulher e a frequência exigida às crianças nas escolas, cultural ou legal, colocam-se entre os fatores importantes de custos”. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 190.

<sup>367</sup> “Meu plano é mostrar que as investigações do valor econômico da educação revelam partes suplementares importantes do processo da acumulação do capital e do crescimento”. Além disso, a família – sobretudo a figura feminina – possui um papel considerável na produção de capital humano na teoria econômica de Gary Becker, segundo Schultz: “(...) sua redescoberta das atividades de produção do ambiente doméstico, por exemplo, na formação de uma parte substancial do capital humano”. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 133; SCHULTZ, 1973, p. 181-182.

Schultz deixa claro também que o seu livro sobre capital humano possui o objetivo de alcançar a opinião pública, principalmente dos “atores” da educação e da pesquisa (pesquisadores, estudantes, responsáveis, professores, gestores, etc.):

A maior parte do livro atém-se ao investimento no campo da educação formal; minha esperança é que seja inteligível aos que tomam decisões em tais espécies de investimentos, sejam estudantes, pais de estudantes, professores, dirigentes acadêmicos ou repartições públicas. Similarmente, o tratamento das destinações de recursos para a pesquisa está orientado em direção aos pesquisadores e aos realizadores de pesquisas em nível de direção, tanto quanto em direção aos economistas. (SCHULTZ, 1973, p. 9.)

Ao invés de investigar a quantidade de terra, de trabalhadores e de capital físico reproduzível como fatores do crescimento econômico das nações, Schultz prefere analisar os rendimentos a partir de um dado investimento em seres humanos<sup>368</sup>. A partir do crescimento dos investimentos no capital humano de todo trabalhador<sup>369</sup>, é possível, segundo o economista neoliberal, aumentar sua satisfação e a qualidade dos serviços produtivos.

Que tipo de investimento em capital humano seria possível nessa conjuntura de aumento da produtividade do trabalho na terra, dos trabalhadores e da operação das máquinas? Isso é possível graças ao investimento em pesquisa científica tendo em consideração as novas informações, habilidades e técnicas para a produção capitalista<sup>370</sup>. A pesquisa aparece como um importante dispositivo da governamentalidade neoliberal, de modo que oferece um referencial para os investimentos em capital humano – inclusive, sobre o “capital da criança” – e para as taxas de rendimentos futuros:

Paralelamente a esta abordagem, não há uma pressuposição de uma taxa de alteração técnica, mas sim uma pesquisa para determinar a taxa de rendimento para a pesquisa organizada; nenhum pressuposto quanto ao crescimento da população, para explicar a taxa de aumento na força de trabalho, mas sim uma pesquisa tendente a determinar a taxa de rendimento para as crianças (capital da criança) e para a aquisição de habilidades técnicas úteis; nenhum pressuposto de um suprimento fixo de recursos naturais, mas uma pesquisa para determinar a taxa de rendimento para o investimento em melhorias da terra e em descobrir-se e desenvolver-se outros recursos naturais; e identicamente, registra-se a tarefa analítica de determinar-se a taxa de rendimento para o investimento que muda a composição das formas reproduzíveis de capital material, à medida que novas e melhores formas se tornam disponíveis a partir das atividades de produção da pesquisa organizada.

---

<sup>368</sup> SCHULTZ, 1973, p. 31.

<sup>369</sup> SCHULTZ, 1973, p. 39.

<sup>370</sup> SCHULTZ, 1973, p. 14.

(SCHULTZ, 1973, p. 14-15)

Apesar das críticas à teoria do capital humano, Schultz observa já na sua época importantes avanços no campo econômico no que tange aos investimentos em seres humanos. Segundo o economista da Escola de Chicago, esses investimentos podem ser divididos em cinco aspectos: “escolaridade e educação de nível mais alto, treinamento realizado no local do emprego, migração, saúde e informação econômica”<sup>371</sup>.

O panorama ressaltado por Schultz faz considerar algumas questões como a “destinação empenhada de recursos na produção dos serviços educacionais”<sup>372</sup>, os “efeitos da discriminação relativamente à motivação do rendimento escolar”<sup>373</sup>, o “tratamento do ‘trabalho educado’ sob a função de produção”<sup>374</sup>, etc. Faltavam no debate da economia, para Schultz, o tema da pesquisa como atividade de investimento do âmbito educacional e, em específico, a “computação do valor econômico das contribuições de pesquisa”<sup>375</sup>. Sabendo da sua importância para o desenvolvimento da produção capitalista, Schultz afirma que pesquisa, como uma atividade especializada, desenvolve dois tipos de informações novas: a que aprimora novas capacidades técnicas, resultando em formas de capital humano, e a que forma novos materiais reconhecidos como novas formas de capital não-humano<sup>376</sup>. Schultz classifica a pesquisa como atividade de investimento que resulta em um aumento do valor econômico nos seres humanos em seis modelos diferentes:

(...) (1) pesquisa organizada pelas repartições do governo, pelas universidades, pelos laboratórios (também por institutos, escritórios, centros e fundações) que se estabelecem “sem fito de lucro” e por firmas comerciais que produzem visando ao lucro; (2) pesquisa não-organizada por aqueles que atuam por conta

---

<sup>371</sup> SCHULTZ, 1973, p. 17; “Concentrar-me-ei em cinco categorias de maior importância: (1) recursos relativos à saúde e serviços, concebidos de maneira ampla de modo a incluir todos os gastos que afetam a expectativa de vida, o vigor e a capacidade de resistência, e o vigor e a vitalidade de um povo; (2) treinamento realizado no local do emprego, incluindo-se os aprendizados à velha maneira organizados pelas firmas; (3) educação formalmente organizada nos níveis elementar, secundário e de maior elevação; (4) programas de estudos para os adultos que não se acham organizados em firmas, incluindo-se os programas de extensão, notadamente no campo da agricultura; e (5) migração de indivíduos e de famílias, para adaptar-se às condições flutuantes de oportunidades de empregos”; Cf. SCHULTZ, 1973, p. 42-43.. Schultz defende que o aumento da renda dos trabalhadores depende dessas cinco atividades de investimento do capital humano: “Aqui, então, a hipótese é a de que a estrutura dos ordenados e dos salários é determinada primordialmente pelo investimento na escolarização, na saúde, no treinamento local de trabalho, na busca de informações acerca das oportunidades de empregos e pelo investimento na migração”. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 66.

<sup>372</sup> SCHULTZ, 1973, p. 66.

<sup>373</sup> SCHULTZ, 1973, p. 17.

<sup>374</sup> SCHULTZ, 1973, p. 17.

<sup>375</sup> SCHULTZ, 1973, p. 17.

<sup>376</sup> SCHULTZ, 1973, p. 18.

própria, grupo que expressa uma raça em desaparecimento; (3) tentativas organizadas com o fim de transformar a nova informação advinda da pesquisa em técnicas e capacidades úteis; (4) tentativas não-organizadas nesta área, que consistem primordialmente em inovações empreendedoras; (5) distribuição organizada por parte das repartições do governo, das universidades (serviços de extensão universitária), das fundações e de outras entidades, que operam “sem fito de lucro” e por firmas comerciais que se motivam por lucros; e (6) a disseminação não-organizada (informal) de novas informações advindas da pesquisa, uma classificação que inclui muitos componentes e que é infinitamente difícil de ser identificada. (SCHULTZ, 1973, p. 18)

Uma das grandes influências no desenvolvimento do capitalismo nos séculos XIX e XX, segundo os economistas da época, é o avanço tecnológico. Contudo, Schultz defende que a tecnologia por si só não é a causa do crescimento econômico e dos ganhos em produtividade, e sim o aprimoramento das capacidades humanas que levam a desenvolvê-la. É a partir de investimentos maciços em seres humanos que as tecnologias podem ser criadas e aperfeiçoadas, afetando as habilidades dos trabalhadores<sup>377</sup>. Por isso, não seria coerente, na perspectiva neoliberal, entender a tecnologia apartada dos investimentos em seres humanos<sup>378</sup>. Não sendo nem o desenvolvimento científico-tecnológico e nem o acúmulo do capital não-humano o que explica o crescimento econômico das nações<sup>379</sup>, Schultz aponta as “melhorias nas capacidades da força de trabalho associadas aos rendimentos do trabalho atribuídas à educação”<sup>380</sup> como o principal fator de enriquecimento da economia capitalista. A partir da teoria do capital humano é possível o cálculo mais exato do crescimento econômico a partir daqueles cinco âmbitos de investimento em seres humanos:

(...) trabalhos recentes quanto ao capital humano tornaram claro que os investimentos nos assuntos escolares, no treinamento realizado no trabalho, na saúde, na informação de emprego e na migração possibilitam a produtividade de valor das capacidades adquiridas do homem, em levarem ao desenvolvimento de medidas de mudanças na qualidade do trabalho que podem ser quantificadas. (SCHULTZ, 1973, p. 26)

A teoria do capital humano de Schultz leva à compreensão de que a tecnologia é um tipo de capital humano, desenvolvido graças aos investimentos em pesquisa científica e em educação formal. A educação e a pesquisa são consideradas, por isso, como “indústrias”<sup>381</sup>, uma vez que são novas e atrativas formas de capital. Assim, para um

---

<sup>377</sup> SCHULTZ, 1973, p. 19.

<sup>378</sup> SCHULTZ, 1973, p. 20.

<sup>379</sup> SCHULTZ, 1973, p. 24.

<sup>380</sup> SCHULTZ, 1973, p. 25.

<sup>381</sup> SCHULTZ, 1973, p. 27.

cálculo mais exato do crescimento econômico das nações, é preciso considerar tanto o capital não-humano quanto o capital humano<sup>382</sup>. Sendo a educação vista como uma indústria, muitas vezes pode-se dizer que ela é alvo de consumo. Mas não representa tão somente um “gasto”<sup>383</sup>: ela é um dos principais meios de investimento em capital humano<sup>384</sup>, assim como a saúde e a migração para a busca de melhores condições de emprego. Isso gera uma diferenciação entre os rendimentos auferidos para os trabalhadores que completaram os estudos na instituição escolar e para aqueles que tiveram uma formação estritamente no local de emprego<sup>385</sup>.

A partir da sua teoria do capital humano, Schultz sustenta que a qualidade do trabalho humano pode ser constantemente aperfeiçoada, de modo que aumente ainda mais a produtividade capitalista<sup>386</sup>. No entanto, surge uma crítica por parte dos economistas da época: como o capital humano pode respeitar as liberdades individuais – tão importante na constituição dos Estados Unidos a partir do liberalismo clássico, como foi visto em *Nascimento da biopolítica* – e não transformar os seres humanos em simples propriedades voltadas ao mercado?<sup>387</sup> Investir em seres humanos como uma forma de capital poderia soar para muitos economistas e críticos do neoliberalismo estadunidense como uma forma de resgatar o modelo da escravidão, isto é, da compra e da venda de seres humanos para o trabalho forçado. O capital humano seria visto nesta perspectiva da servidão como uma redução dos seres humanos a uma mercadoria, uma matéria voltada para gerar riqueza e nada mais. Schultz considera que a noção de riqueza humana pode oferecer benefícios para os próprios seres humanos, uma vez que estariam quiçá “livres” para decidir como quiserem o que poderiam fazer para expandirem suas próprias satisfações individuais<sup>388</sup>. Toda aplicação econômica em seres humanos se torna parte deles, de forma que não podem ser comercializados e simmpregados no mercado para obter uma renda<sup>389</sup>.

---

<sup>382</sup> SCHULTZ, 1973, p. 29.

<sup>383</sup> SCHULTZ, 1973, p. 31.

<sup>384</sup> Sendo a educação um dos principais investimentos em capital humano, **ela** também é importante para a produção de capital material reproduzível: “Desta forma, o fato de tratar a educação como capital humano nada mais é senão um passo à frente rumo a uma captação consciente de todo o capital”. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 131.

<sup>385</sup> SCHULTZ, 1973, p. 31-32.

<sup>386</sup> SCHULTZ, 1973, p. 32.

<sup>387</sup> SCHULTZ, 1973, p. 32-33.

<sup>388</sup> SCHULTZ, 1973, p. 33.

<sup>389</sup> Cf. Ibidem, p. 42. Sobre o capital humano não poder ser vendido, Schultz afirma: “A característica distintiva do capital humano é a de que ele parte do homem. É *humano* porquanto se acha configurado no homem, e é *capital* porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas. Onde os homens sejam pessoas livres, o capital humano não é um ativo negociável, no sentido que

Por receio das consequências de se encararem os seres humanos como um tipo de capital, os economistas do tempo de Schultz retornaram a uma noção clássica de trabalho, que foi duramente criticada pelos neoliberais da Escola de Chicago. Segundo Schultz, essa definição de trabalho muitas vezes considera apenas o seu aspecto braçal ou manual, enxergando os trabalhadores com qualidades praticamente semelhantes<sup>390</sup>. Através da teoria do capital humano, Schultz utiliza um conceito de trabalho que converte os trabalhadores em capitalistas ou, em termos foucaultianos, em “empresários de si mesmos”. Nesse sentido, os trabalhadores seriam dotados de uma riqueza inerente a si próprios, de modo que poderiam decidir como poderiam aplicá-la e buscar rendimentos cada vez maiores. São esses conhecimentos sobre investimentos humanos que determinam, para Schultz, a hegemonia econômica de nações tecnologicamente aprimoradas<sup>391</sup>.

Dentro de uma mesma nação, no entanto, é possível observar uma desigualdade de renda entre diferentes grupos sociais: os trabalhadores do campo são menos remunerados do que os trabalhadores da cidade; e os trabalhadores não-brancos são menos remunerados do que os trabalhadores brancos, por exemplo<sup>392</sup>. Isso sugere uma diferença histórica nos investimentos em capital humano, sobretudo no que diz respeito à educação desses trabalhadores com remuneração prejudicada. No caso dos Estados Unidos, a desigualdade de renda fica atestada nas divisões socioeconômicas das regiões do país:

As grandes diferenças de rendimento parecem refletir, antes, principalmente, as diferenças em saúde e na educação. Os trabalhadores que atuam no Sul, em média, ganham apreciavelmente menos do que aqueles que trabalham no Norte e no Oeste, e apresentam também uma carga menor de educação em média. (...) Muitos deles [trabalhadores rurais migratórios] não têm, virtualmente, nenhuma espécie de escolaridade, têm saúde precária, não apresentam

---

possa ser vendido. (...) Segue-se que nenhuma pessoa pode separar-se a si mesma do capital humano que possui. Tem de acompanhar, sempre, o seu capital humano, quer o sirva na produção ou no consumo”; Cf. SCHULTZ, 1973, p. 53. “Por exemplo: o fato de escolarizar-se uma pessoa, pelo que ela ganhou com isto, pode aumentar os seus futuros rendimentos; obviamente não pode isso ser vendido como uma ação de capital, à maneira que o capital material, uma máquina, é vendido”; Cf. SCHULTZ, 1973, p. 62. “Embora o capital humano, como tal, não possa ser comprado nem vendido, é comparativamente fácil estimar-se o valor dos serviços de produção deste capital, porquanto são expressos em preços em termos de salários e de ordenados, no mercado de trabalho”; Cf. SCHULTZ, 1973, p. 66. Inclusive, o economista da Escola de Chicago sustenta que a superioridade do investimento em capital humano em detrimento do capital físico reproduzível seria um fator para a redução da desigualdade de renda, uma vez que o mérito e a responsabilidade para o aumento dos rendimentos de um trabalhador seria o seu próprio esforço. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 157.

<sup>390</sup> SCHULTZ, 1973, p. 34.

<sup>391</sup> SCHULTZ, 1973, p. 35.

<sup>392</sup> SCHULTZ, 1973, p. 35.

quaisquer capacidades específicas qualificadas, e têm pouca habilidade para executar trabalho útil. (SCHULTZ, 1973, p. 36)

Além disso, Schultz chama a atenção para a duração dos investimentos em seres humanos. No geral, são investimentos de longa duração, mas nem sempre é o caso. Em alguns países considerados subdesenvolvidos, os investimentos em seres humanos são feitos na alimentação e na habitação dos trabalhadores, de modo que eles tenham condições mínimas de realizarem a sua dura carga de trabalho<sup>393</sup>.

Schultz afirma que muito do capital investido em nações subdesenvolvidas levam em conta a produção de capital não-humano em comparação com os investimentos em seres humanos<sup>394</sup>. Em sua opinião, esse é um aspecto que limita a ascensão econômica desses países. Além disso, o investimento em recursos humanos não deve se limitar a atributos quantitativos, isto é, àqueles que dizem respeito ao número de trabalhadores e de horas que eles dedicam a suas atividades<sup>395</sup>. O capital humano possui também características qualitativas, segundo Schultz. Essas qualidades dos trabalhadores são formadas por meio de capacitações, habilidades e conhecimentos necessários para o melhor desempenho possível de suas atividades produtivas. Quanto mais se investe na qualidade do capital humano de um trabalhador, maior é o valor de sua produtividade e de seus rendimentos<sup>396</sup>. Como uma das principais formas de investimento em seres humanos é a educação, essa “indústria” cresceu rapidamente ao longo do século XX, aumentando os ganhos econômicos das nações<sup>397</sup>. Para mensurar esses ganhos, Schultz afirma que é necessário observar alguns dados referentes a esses investimentos educacionais:

Não farei mais do que sumariar alguns resultados preliminares acerca dos custos totais com a educação (incluindo-se renda com prévia destinação adjudicada por estudantes), da relação aparente desses custos à renda do consumidor e às alternativas de investimentos, da elevação do patrimônio da educação na força de trabalho, dos rendimentos à educação e da contribuição que o aumento no patrimônio da educação possa ter causado aos rendimentos e à renda nacional. (SCHULTZ, 1973, p. 45)

---

<sup>393</sup> SCHULTZ, 1973, p. 37.

<sup>394</sup> SCHULTZ, 1973, p. 40-41.

<sup>395</sup> SCHULTZ, 1973, p. 41.

<sup>396</sup> SCHULTZ, 1973, p. 41.

<sup>397</sup> “A principal hipótese que está subjacente a este tratamento da educação é a de que alguns aumentos importantes na renda nacional são uma consequência de adições a esta forma de capital”. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 79.

Para o funcionamento da educação, existem “custos convencionais”<sup>398</sup> que não podem ser negligenciados: “custos dos serviços dos professores, dos bibliotecários e dos administradores”<sup>399</sup>, isto é, o corpo de funcionários necessários para o funcionamento das instituições educacionais. Além disso, são necessários os custos de manutenção do “complexo de instalações destinadas à educação”<sup>400</sup>. No entanto, Schultz explica que o principal desafio com relação aos custos dos investimentos educacionais é aquele que diz respeito aos estudantes e às suas condições para os estudos<sup>401</sup>. Em sua argumentação, expõe o crescimento nos Estados Unidos pela procura dos serviços educacionais, gerando um aumento dos seus preços – concomitante à melhoria da qualidade deles<sup>402</sup> – e também dos rendimentos desses investimentos.

Com o crescimento exponencial dos investimentos educacionais a partir da segunda metade do século XX, Schultz defende que a superioridade do estoque de capital humano em relação ao capital não-humano nos Estados Unidos seria uma das principais formas de interpretar o crescimento econômico da nação no pós-Guerra. Não apenas o crescimento econômico do país, mas os rendimentos da educação na força de trabalho também proporcionam o aumento até então inexplicado da renda dos trabalhadores<sup>403</sup>.

Schultz condena o governo estadunidense de seu tempo por discriminar em suas políticas econômicas os investimentos em capital humano em detrimento do capital não-humano reproduzível<sup>404</sup>. A discriminação do capital humano seria uma fonte de prejuízos, uma vez que esta forma de capital necessita de manutenção constante e sua ociosidade – assim como a sua obsolescência – afeta as habilidades técnicas adquiridas pelos seres humanos ao longo de sua formação. No entanto, essa discriminação dos investimentos em seres humanos não se resume à falta de iniciativa do governo. Para Schultz, os

---

<sup>398</sup> SCHULTZ, 1973, p. 46.

<sup>399</sup> SCHULTZ, 1973, p. 46.

<sup>400</sup> SCHULTZ, 1973, p. 46.

<sup>401</sup> Schultz defende que os custos da educação dependem essencialmente de dois componentes: o da permanência dos alunos e o da manutenção da estrutura escolar: “Esses recursos consistem principalmente em dois componentes: de rendimentos que os estudantes separam previamente enquanto frequentam a escola e de recursos para a manutenção das escolas”; Cf. SCHULTZ, 1973, p. 80. “Esse fluxo [anual dos serviços produtivos empregados para a educação] consiste dos serviços de professores, de bibliotecários e de administradores de escolas, do fator anual de custos de manutenção e de operação das propriedades da escola e de depreciação e de juros”. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 90.

<sup>402</sup> SCHULTZ, 1973, p. 46. “(...) o preço dos serviços educacionais subiu em relação aos outros preços de consumidor, contrabalançados talvez em parte considerável pelas melhorias na ‘qualidade’ dos serviços educacionais”. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 96.

<sup>403</sup> SCHULTZ, 1973, p. 46.

<sup>404</sup> SCHULTZ, 1973, p. 48.

próprios indivíduos são responsáveis pela formação dos seus filhos, como é o caso dos trabalhadores migrantes do meio rural para o meio urbano:

Não obstante, a sociedade ganharia se mais indivíduos desse tipo levantassem as suas barracas e se movimentassem porque, em acréscimo ao aumento na produtividade habitualmente, as crianças destas famílias estariam melhor situadas para o emprego quanto estivessem prontas a entrar no mercado de trabalho. (SCHULTZ, 1973, p. 49)

Aqui, o economista neoliberal se preocupa com a inclusão de certos grupos considerados “indesejáveis” na sociedade estadunidense – os negros, os latinos, os indígenas, os trabalhadores do campo, os pobres, os idosos, etc. – nos investimentos públicos e privados em capital humano. E essa preocupação chega ao nível da educação: “As nossas escolas não estão livres de vadios e alguns estudantes não mostram o necessário talento”<sup>405</sup>.

Schultz indaga sobre os subinvestimentos em educação (frequentemente no ensino público), uma vez que boa parte das suas atividades são culturais e, por isso, voltadas para o consumo na ótica neoliberal. Além disso, existem grupos “indesejáveis” citados acima, que colocam um dilema sobre os limites desses investimentos educacionais: esses gastos em educação são predominantemente investimentos ou subinvestimentos?<sup>406</sup> Em outras palavras: “Quando é que as despesas com a educação se caracterizam como destinadas ao consumo e quando é que elas se classificam como destinadas à produção?<sup>407</sup> Nesse contexto de análise sobre os desafios aos investimentos em capital humano, Schultz alude a uma passagem literária de William Faulkner para ilustrar a condição do ser humano sem investir em seu próprio capital e as consequências “terríveis” em sua vida: “O homem sem capacitações técnicas e sem conhecimento apoiando-se terrificamente no nada”<sup>408</sup>.

Alguns economistas críticos da teoria do capital humano e da sua aplicação ao campo da educação questionam os neoliberais estadunidenses sobre os fins dos gastos educacionais: eles são voltados para o consumo ou para o investimento? Um economista austro-estadunidense chamado Harry G. Shaffer alega que os gastos com a educação são voltados especificamente para o consumo, já que seriam “fortemente motivados como consumidores habituais da educação, mas apenas fracamente ou sem motivação alguma

---

<sup>405</sup> SCHULTZ, 1973, p. 50.

<sup>406</sup> SCHULTZ, 1973, p. 51.

<sup>407</sup> SCHULTZ, 1973, p. 55.

<sup>408</sup> SCHULTZ, 1973, p. 52.

como investidores na educação”<sup>409</sup>. Isso leva à réplica de Schultz sobre as motivações econômicas dos estudantes e dos seus responsáveis como empresários de si mesmos através de uma visão investidora, que possui o objetivo de maximizar os rendimentos futuros através formação educacional:

Mas será que não haverá motivações econômicas de nenhuma espécie no caso dos nossos estudantes que frequentam as escolas de medicina, de dentistas, de advogados e de engenheiros, para investirem em cada uma dessas capacitações particulares, com vistas aos incrementos nos seus rendimentos futuros? (SCHULTZ, 1973, p. 55)

Sem dúvida, alguns indivíduos e algumas famílias tomam decisões para investir em algumas espécies de educação, ou em si mesmos ou em seus filhos, com vistas aos rendimentos que esperam vir de tais gastos com a educação. (SCHULTZ, 1973, p. 82)

Schultz reconhece algumas dificuldades nos investimentos dos indivíduos em seu próprio capital humano tais como a sua duração – que é considerado geralmente a longo prazo até resgatar os gastos realizados em educação – e também as incertezas que muitos estudantes possuem de reconhecer os seus talentos para que possam dar continuidade aos estudos<sup>410</sup>. Ele sustenta que os investimentos educacionais dão aos indivíduos a possibilidade tanto do consumo imediato, como a alimentação, quanto para o consumo futuro, isto é, a possibilidade de realizar as suas próprias satisfações – como é o caso da aquisição de imóveis, por exemplo – e também do rendimento futuro por intermédio da habilitação dos estudantes para o mercado de trabalho:

(...) (1) educação para o consumo em curso, corrente; (2) educação para o consumo futuro de longo período, fazendo com que seja um investimento num componente duradouro para o consumidor, que indubitavelmente é de considerável importância; e (3) educação para a obtenção de capacitações e conhecimentos úteis ao esforço econômico e, dessa forma, um investimento nos rendimentos futuros. (SCHULTZ, 1973, p. 58)

Outro ponto de divergência entre Schultz e Shaffer diz respeito à função da educação para além de seus traços culturais. Os críticos da teoria do capital humano consideram que a educação como investimento econômico “desvirtua” os seus princípios culturais e formativos. Schultz considera que os economistas do seu tempo dão uma “feição moral” ao debate sobre a educação como um investimento em seres humanos:

---

<sup>409</sup> SCHULTZ, 1973, p. 56.

<sup>410</sup> SCHULTZ, 1973, p. 57.

É sustentado por muitos ser degradante ao homem e moralmente errado tomar-se a sua educação como uma maneira de criar-se capital. Para os que sustentam este ponto de vista, a própria ideia de capital humano é repugnante; para eles, a educação é basicamente cultural e não econômica em seus objetivos, por quanto a educação serve para desenvolver os indivíduos e ajuda-los a se tornarem competentes e responsáveis cidadãos, ao dar aos homens e às mulheres a oportunidade de adquirir uma compreensão dos valores que sustentam e uma apreciação do que significam para a vida. (SCHULTZ, 1973, p. 81)

Por outro lado, na visão neoliberal de Schultz, a educação como prática cultural deve continuar sendo relevante, mas não pode desconsiderar a sua capacidade de melhorar os rendimentos dos trabalhadores e os índices de crescimento econômico das nações:

Meu ponto de vista a respeito dessa matéria pode ser enunciado muito simplesmente: é absolutamente adequado que as pessoas devam estimar altamente as contribuições culturais fornecidas pela educação e continuarão a proceder exatamente desta maneira; mas é prova de miopia de nossa parte não enxergar a contribuição que a educação fornece aos rendimentos. A educação tornou-se uma fonte de maior importância para o crescimento econômico ao conquistar a abundância que terá de haver, ao desenvolver-se uma agricultura e uma indústria modernas. (...) A educação, por conseguinte, além do acréscimo em apresentar altos valores culturais, é efetivamente também um investimento nas pessoas, à medida que aperfeiçoa as suas capacitações e portanto aumenta os futuros rendimentos a serem auferidos pelos indivíduos. (SCHULTZ, 1973, p. 60)

Minha réplica aos que assim tomam a educação é que uma análise que trata a educação como uma das atividades que podem acrescer ao estoque do capital humano de maneira nenhuma nega a validade da sua posição; minha abordagem não é arquitetada para mostrar que esses objetivos culturais não devam ser, ou não estejam sendo servidos pela educação. O que está implícito é que, além de realizar esses objetivos culturais, algumas espécies de educação podem incrementar as capacitações de um povo na medida do seu trabalho e da administração dos seus negócios e que tais incrementos podem aumentar a renda nacional. Estes efeitos culturais e econômicos podem, assim, ser consequências conjugadas da educação. O tratamento que dou à educação não detratará, de maneira alguma, nem depreciará as contribuições culturais da educação. Dá como evidentes tais contribuições e abala-se à de determinar se existem também alguns benefícios de produtor advindos da educação que possam adequadamente ser tratados como capital que se identifica e se avalia. (SCHULTZ, 1973, p. 82)

Apesar de boa parte da atividade educativa ser considerada “consumo” por parte dos economistas da Escola de Chicago, visto que produz uma satisfação aos indivíduos, a educação é, para Schultz, principalmente “investimento”. É a educação, na perspectiva neoliberal, uma prática investidora, pois produz um capital inerente ao próprio ser humano:

Embora a educação seja, em certa medida, uma atividade de consumo que oferece satisfações às pessoas no momento em que obtém um tipo de educação, é predominantemente uma atividade de investimento realizado para o fim de

aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras ou que incrementa rendimentos futuros da pessoa como um agente produtivo. (...) Propomos por isso mesmo, tratar a educação como um investimento e tratar suas consequências como uma forma de capital. Dado que a educação torna parte da pessoa que a recebe, referir-me-ei a ela como *capital humano*. (SCHULTZ, 1973, p. 79)

A formação da maior parte desses tipos de capital humano exige um longo horizonte, porque as capacitações que o estudante adquire são parte dele próprio durante o resto da duração da sua vida. (SCHULTZ, 1973, p. 157)

Para abordar a importância da qualidade da mão de obra disponível em uma nação a partir dos investimentos educacionais, Schultz apresenta um caso hipotético: uma economia não investe na formação do capital humano e apenas na produção de capital físico reproduzível. Não haveria treinamento no local de trabalho, escolarização, informações econômicas, migrações ou acesso à saúde de qualidade:

Suponha-se uma economia trabalhando com a terra e com o capital físico reproduzível, incluindo-se as técnicas disponíveis que no momento possuímos nos Estados Unidos, mas que tentasse funcionar com as seguintes restrições: não haveria ninguém que tivesse um treinamento adquirido em contato com o emprego; ninguém que tivesse qualquer escolarização; ninguém que tivesse qualquer tipo de informação sobre a economia, exceto o da sua localidade; cada indivíduo ficaria adstrito à sua localidade; e a média de duração de vida fosse de 40 anos. (SCHULTZ, 1973, p. 67-68)

O argumento é que uma economia não pode prosperar sem esses investimentos em capital humano, principalmente na educação. Por isso, a educação não teria apenas um aspecto cultural-formativo, como defendem os críticos da teoria do capital humano, mas também econômico. Por isso, num país até aquela época “subdesenvolvido” como a Índia – mesmo se tivesse condições técnicas para desenvolver a sua economia –, não aconteceria o crescimento econômico esperado, pois não realizava investimentos educacionais em recursos humanos e, com isso, se referia a um “país faminto de capital humano relativamente ao seu acervo de capital reproduzível não-humano”<sup>411</sup>.

O economista neoliberal alega que o crescimento expressivo do “acervo de ‘capital educacional’ na força de trabalho”<sup>412</sup> na segunda metade do século XX se deu graças aos investimentos em escolarização nos Estados Unidos no Pós-Guerra. No

<sup>411</sup> Cf. SCHULTZ, 1973, p. 68. Essa condição de um país sem uma mão de obra especializada, ou seja, sem investimento em capital humano, revela a semelhança com a economia de países no período inicial da Revolução Industrial: “O trabalho, então, era abundante e ‘barato’; era primordialmente analfabeto e sem qualificação técnica; e executava na sua maior parte tarefa manual que exigia uma grande quantidade de força bruta”. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 76.

<sup>412</sup> SCHULTZ, 1973, p. 71.

entanto, essas estimativas sobre o crescimento econômico ainda deixariam de lado a qualidade de vida dos indivíduos a partir de sua maior renda – e por isso, o seu maior poder de consumo – e também a satisfação de “pessoas portadoras de uma saúde melhor e de uma carga maior de educação”<sup>413</sup>. Além disso, uma maior procura por serviços educacionais por parte da população dos países “desenvolvidos” levou a um “dilúvio de trabalhadores com escolarização superior aos graus elementares”<sup>414</sup>. Esse aumento da procura dos trabalhadores por uma maior escolarização encaminha a uma melhoria progressiva da qualidade dos serviços educacionais disponíveis e o próprio “aumento no suprimento de pessoa educadas possivelmente cria a sua própria procura”<sup>415</sup>. Quanto mais trabalhadores escolarizados, maior a concorrência por cargos de emprego com melhores rendimentos. Segundo Schultz, isso tem a ver com o aumento da “taxa de rendimento relativamente aos custos da escolarização adicional”<sup>416</sup>. E o que também está por trás do aumento exponencial da procura por serviços educacionais é que “a educação é a fonte satisfações futuras que, de maneira alguma, entra nos rendimentos mensurados ou na renda nacional mensurada”<sup>417</sup>.

Também não estão computados nas estimativas de crescimento econômico alguns benefícios da educação, como a oportunidade de os estudantes encontrarem o seu “talento inato” a partir dos estudos. Indiretamente, outras pessoas além do próprio estudante ou do trabalhador escolarizado ganham com o aumento dos investimentos educacionais na ótica neoliberal; até mesmo os vizinhos do trabalhador educado se beneficiam do processo de escolarização, segundo Schultz. Assim, há a melhoria, em algum grau, da qualidade de vida de uma região da cidade a partir do perfil dos seus moradores: “Outras famílias capturam alguns benefícios como vizinhos e como contribuintes de tributos, ambos vistos com relação ao lugar em que a pessoa com escolarização reside”<sup>418</sup>.

Se está demonstrado que os rendimentos do capital humano são fundamentais ao crescimento econômico das nações na segunda metade do último século, a questão para Schultz diria respeito à conduta tanto dos atores da educação, como *homo oeconomicus*

---

<sup>413</sup> SCHULTZ, 1973, p. 72.

<sup>414</sup> SCHULTZ, 1973, p. 76.

<sup>415</sup> SCHULTZ, 1973, p. 77.

<sup>416</sup> SCHULTZ, 1973, p. 76.

<sup>417</sup> SCHULTZ, 1973, p. 77.

<sup>418</sup> Cf. SCHULTZ, 1973, p. 78. “É plausível que o fato de ter, como vizinhos, pessoas educadas traga satisfação aos que o não sejam, uma satisfação positiva. É também plausível que ter companheiros de trabalho educados constitua fonte de satisfações adicionais”. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 176.

neoliberal, quanto da governamentalidade atual: “Como os pais e os estudantes e as autoridades públicas reagem a essas oportunidades de investimento?”<sup>419</sup>

Em relação aos estudantes, há o tempo e o esforço que investem em sua própria formação, isto é, na constituição de seu capital humano. O trabalho do estudante é o estudo, não estando disponíveis ao lazer e ao consumo enquanto realizam a sua atividade. Segundo Schultz, eles são empresários de si mesmos, ou em suas palavras, “auto empregados produtores de capital”<sup>420</sup>. Enquanto não frequentassem as instituições educacionais, os jovens gerariam produtos e serviços de valor para a economia e esse trabalho seria trocado por um salário. Estando na escola, os estudantes possuem os seus custos pagos para o estudo. Se por um lado, haveria um rendimento do trabalho dos jovens não-escolarizados, por outro lado, um valor proporcional do tempo e do esforço dos estudantes na escola<sup>421</sup>. A partir da análise sobre os custos da permanência dos estudantes na escola, pode-se fazer a seguinte pergunta: “Quais seriam os rendimentos dos trabalhadores de idade escolar, se todos eles tivessem entrado no mercado de trabalho?”<sup>422</sup>. Em outras palavras, parece que Schultz estaria perguntando se economicamente compensa mais o estudante na escola ou o jovem no trabalho.

Schultz lembra a existência de leis de proteção aos direitos da criança e do adolescente. No caso da proibição do trabalho para menores de idade, o economista da Escola de Chicago entende que essas leis serviram como um “esforço global, privado e público, para investir-se na educação”<sup>423</sup>. E esse investimento educacional é basicamente o investimento em capital humano voltado para o crescimento econômico da nação. Como os estudantes se encontram nas instituições educacionais dedicados ao estudo entendido como um tipo de trabalho, é necessário medir os valores nos quais se investe e que renderão no futuro. Por isso, os investimentos educacionais em capital humano passam pelo conceito de “rendimentos previamente estabelecidos pelos estudantes”<sup>424</sup>, o que diz respeito ao cálculo do “valor do tempo que os estudantes dedicam à escolarização (à educação)”<sup>425</sup>.

---

<sup>419</sup> SCHULTZ, 1973, p. 82.

<sup>420</sup> SCHULTZ, 1973, p. 83.

<sup>421</sup> SCHULTZ, 1973, p. 83.

<sup>422</sup> SCHULTZ, 1973, p. 87.

<sup>423</sup> SCHULTZ, 1973, p. 88.

<sup>424</sup> SCHULTZ, 1973, p. 101.

<sup>425</sup> SCHULTZ, 1973, p. 101.

No entanto, os rendimentos previamente estabelecidos pelos estudantes possuem diferenças de acordo com a época dos estudos, o grau de escolarização, a região, a raça, o sexo, a classe do estudante, etc. Se na primeira metade do século XX era mais comum a presença das crianças e dos adolescentes no trabalho doméstico e/ou rural – como é o caso de países subdesenvolvidos ou com baixo investimento em capital humano como a Índia da época de Schultz<sup>426</sup> –, com o crescimento econômico nos Estados Unidos, assinalado pelo economista neoliberal na segunda metade do mesmo século, há um igual crescimento da renda das famílias e um maior tempo de dedicação dos estudantes aos estudos<sup>427</sup>. Assim, os custos para a manutenção dos estudantes na escola passam não apenas pelos rendimentos previamente estabelecidos, mas também pelo valor do trabalho da criança ou do adolescente para a família se não estivesse frequentando a escola e é o que Schultz chama de “plena oportunidade de rendimento do estudante”<sup>428</sup>. Mas há alguns desafios no que diz respeito ao valor do tempo que o estudante não dedica ao estudo e somente ao lazer das férias.

Além dos custos da educação, há o estoque de capital humano a partir dos investimentos educacionais e a sua mensuração. Qual seria a sua medida? No caso dos “anos de escola completados”<sup>429</sup>, eles são dificilmente mensurados, visto que a média de frequência escolar aumentou consideravelmente da primeira para a segunda metade do século XX. Há como medir o que Schultz chama de “anos escolares constantes”<sup>430</sup>, mas essa medida não leva em conta a diferenciação entre os diferentes níveis de ensino

---

<sup>426</sup> Schultz coloca uma comparação entre o valor do tempo da criança nos Estados Unidos e na Índia: “Para ver as razões da mudança de valor do tempo das crianças, considerem-se as diferenças no trabalho dos filhos de uma pobre família rural na Índia e no de uma família de renda moderadamente alta numa comunidade suburbana nos Estados Unidos. (...) As crianças são capazes de prestar muitos serviços miúdos de algum valor no lar indiano, enquanto que é difícil manter as crianças ocupadas em qualquer coisa de interesse para elas no lar dos Estados Unidos. Nas fazendas indianas, também, no auge da temporada de trabalho, crianças ainda pequenas, com 10 anos, são levadas para a força de trabalho, sendo que as meninas o são em idades ainda mais tenras do que os meninos. (...) Em contraste com isto, a família urbana nos Estados Unidos dificilmente se abalará a procurar trabalho útil para as crianças fora do raio familiar. Em acréscimo, quando a mãe do lar nos Estados Unidos entra na força de trabalho, tanto em parte de tempo quanto em tempo integral, isso se dá, em parte, porque as crianças se encontram nas escolas, e então elas têm tempo para um trabalho dessa espécie; então, mesmo para os primeiros anos de escola, não é vacuidade afirmar-se que a escola, entre outras coisas, é um lugar em que as crianças se encontram em mãos seguras enquanto as suas mães se acham no trabalho”. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 102-103.

<sup>427</sup> SCHULTZ, 1973, p. 101-102.

<sup>428</sup> SCHULTZ, 1973, p. 106.

<sup>429</sup> Cf. Ibidem, p. 118. Schultz comenta sobre o conceito de anos de escola completados como uma forma de mensuração que o capital não-humano reproduzível: “Da mesma maneira, podemos adicionar a educação de uma população contando-se os números de anos de escola completados como se contam os acres de uma fazenda, as casas e os tratores”. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 121.

<sup>430</sup> SCHULTZ, 1973, p. 121.

(educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior). Apresentam-se os custos reais da educação, que é uma “medida econômica aproximada do estoque de educação e das alterações que nela se registram ao longo de um determinado tempo”<sup>431</sup>.

Dentro da população de um país economicamente modernizado, há uma distribuição cada vez maior de pessoas escolarizadas na força de trabalho. E isso é sinal, segundo o economista neoliberal, de um crescimento do estoque da educação na força de trabalho<sup>432</sup>. Schultz apresenta exemplos de países que tiveram um declínio e um crescimento no que diz respeito ao estoque de educação através do problema da migração, por exemplo:

(...) é absolutamente possível para o estoque de educação na força de trabalho declinar, como pode ter acontecido há alguns anos na Alemanha Oriental, primordialmente como consequência da migração para fora de suas fronteiras de médicos, professores, advogados e técnicos especializados. O padrão singular da imigração de Israel é também instrutivo. Foi para Israel um grande número de pessoas altamente educadas e a oferta de altas habilitações excedeu a demanda para essas mesmas habilitações. (SCHULTZ, 1973, p. 119)

Além da diferença entre Alemanha Oriental e Israel na época do economista da Escola de Chicago, os Estados Unidos apresentam um significativo crescimento do estoque de educação na parcela mais jovem dos trabalhadores em comparação com os mais velhos. Esse aumento do estoque de educação na força de trabalho acontece apesar de não ter aumentado o número de trabalhadores disponíveis para a economia estadunidense<sup>433</sup>.

Além da quantidade do estoque de educação, há a questão de sua duração. Observando a diferença entre o estoque de educação de diferentes gerações de trabalhadores, Schultz coloca a questão da obsolescência do estoque de educação, tendo assim um prazo de validade: “Certamente, algum tipo de instrução é melhor agora do que o era há algumas décadas, e algum estoque de educação está submetido à obsolescência”<sup>434</sup>. Um problema é notado por Schultz no que diz respeito ao tempo de

---

<sup>431</sup> Cf. Ibidem. Quanto ao investimento em educação apresentar um caráter mais longo do que o investimento em capital não-humano, Schultz afirma: “A educação é mais durável do que a maioria das formas de capital não-humano reproduzível. (...) A maioria do capital não-humano tem uma vida produtiva mais curta do que este período assinalado para o capital humano. A educação pode ser ampliada porque é durável e o fato de que acarreta uma vida relativamente longa significa que um dado investimento bruto acrescenta mais ao estoque do que o mesmo investimento bruto tipicamente acrescenta ao estoque de um capital não-humano”. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 120.

<sup>432</sup> SCHULTZ, 1973, p. 118.

<sup>433</sup> SCHULTZ, 1973, p. 120-121.

<sup>434</sup> “O capital humano, como o capital reproduzível, está sujeito à obsolescência. O tradicional tratamento tributário da depreciação acha-se ultrapassado à medida que exclui o capital humano. Embora os

contribuição médio de um trabalhador. Com o aumento do tempo dos investimentos educacionais, os trabalhadores estão entrando cada vez mais tarde no mercado de trabalho, de forma que não modifica o tempo de contribuição em relação aos trabalhadores mais antigos e menos escolarizados<sup>435</sup>.

Não se restringindo às questões de caráter populacional da formação de capital humano por meio da educação, Schultz menciona o comportamento econômico dos sujeitos da educação – estudantes, responsáveis, gestores públicos e privados – e a necessidade de conceber a educação como um investimento para mensurar das taxas de rendimento a partir de sua atividade<sup>436</sup>. As estimativas dos rendimentos em educação encaminham os sujeitos da educação a realizarem os seus próprios investimentos educacionais. Os estudantes devem buscar informações econômicas relevantes para os seus investimentos, como é o caso dos salários iniciais das profissões, assim como “a posição dos rendimentos relativos das pessoas nos seus quarenta anos à época em que a decisão do estudante é tomada”<sup>437</sup>. Em relação aos investimentos privados em educação, ele leva em consideração alguns problemas, como as incertezas dos estudantes em relação ao futuro<sup>438</sup> e a falta de verba de “estudantes vindos de família de baixa renda e com pouca riqueza em geral”<sup>439</sup>. E defende que esses estudantes estão inclusive impossibilitados de conseguir empréstimos para financiar a sua própria formação<sup>440</sup>.

Apesar de ser um economista, Schultz se coloca como um “educador” ao definir as prioridades da educação como investimento em capital humano. Na sua visão sobre a educação, defende que o processo de ensino-aprendizagem esteja atrelado às necessidades individuais dos estudantes, principalmente àquelas que dizem respeito às capacitações técnicas e à sua entrada no mercado de trabalho. Schultz oferece pistas também do que seria um currículo ideal para os investimentos educacionais em seres humanos. Ele defende uma educação mais ampla, menos específica e que esteja constantemente atualizada de acordo com as demandas do mercado:

---

rendimentos previamente destacados pelos estudantes não entrem na renda tributável, nenhum dos custos diretos privados é tratado como formação de capital. O limite máximo de vida deste capital é o período remanescente de vida dos indivíduos depois que completaram a sua educação formal”. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 128.; Cf. SCHULTZ, 1973, p. 157.

<sup>435</sup> SCHULTZ, 1973, p. 128-129.

<sup>436</sup> SCHULTZ, 1973, p. 143.

<sup>437</sup> SCHULTZ, 1973, p. 144.

<sup>438</sup> SCHULTZ, 1973, p. 146.

<sup>439</sup> SCHULTZ, 1973, p. 145.

<sup>440</sup> SCHULTZ, 1973, p. 145.

Deve-se, ainda, afirmar que a nossa tarefa como educadores é fornecer instrução que há de melhor e servir aos estudantes em ajustar as suas capacitações à economia em mutação rápida em que terão de viver. Dessa forma, precisamos dar um baixo índice a princípios de aprendizado e a teorias. Devemos dar o mais alto de todos os índices à instrução devotada à solução de problemas que utilize métodos analíticos. (...) Mas fracassamos em oferecer um pensamento cerrado, analítico, que incida nas nossas tarefas como professores. Seguramente, a taxa de obsolescência daquilo que ensinamos e daquilo que os estudantes aprendem é mais alta do que precisaria ser. (SCHULTZ, 1973, p. 147-148)

Além dos investimentos em capital humano no âmbito da educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio –, Schultz considera de extrema importância aqueles destinados à educação superior. De acordo com as taxas de crescimento das matrículas e do custo por estudante na educação superior, declara que se torna praticamente obrigatório ao indivíduo recém-graduado no ensino médio ingressar numa universidade<sup>441</sup>. Ele se ocupa do financiamento da educação superior pública, uma vez que “não há instrução livre, gratuita”<sup>442</sup>. Essa verba aplicada à educação superior possui o objetivo principal de investir em capital humano a partir de três tipos de atividades complementares<sup>443</sup>: a descoberta de talentos, a instrução e a pesquisa. O financiamento em educação superior ainda deve levar em conta o rendimento previamente destacado dos estudantes<sup>444</sup>, uma vez que eles se dedicarão aos estudos durante um determinado período de tempo ao invés de a um trabalho assalariado.

Tendo em vista que o capital humano também passa por um processo de obsolescência, Schultz alerta para o planejamento educacional dos cursos universitários, de modo que possam suprir as demandas flutuantes do mercado em relação às capacitações profissionais. Ele defende, inclusive, a premissa da formação continuada para uma constante atualização do capital humano<sup>445</sup>.

Uma vez que a educação é compreendida como investimento em capital humano, o planejamento e o financiamento educacional se baseiam na sua taxa de rendimento<sup>446</sup>.

---

<sup>441</sup> SCHULTZ, 1973, p. 152.

<sup>442</sup> “(...) a chamada educação ‘gratuita’ está longe de ser gratuita para os estudantes e seus familiares, o que, por sua vez, implica que várias famílias com rendimentos baixos não podem permitir separar as importâncias prévias para pagar a educação dos seus filhos (...). Cf. SCHULTZ, 1973, p. 154. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 162.

<sup>443</sup> SCHULTZ, 1973, p. 158.

<sup>444</sup> “Os rendimentos previamente estabelecidos pelos estudantes representam bem mais da metade dos custos reais da formação do capital humano no campo da educação superior”. Cf SCHULTZ, 1973, p. 155. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 161.

<sup>445</sup> SCHULTZ, 1973, p. 157.

<sup>446</sup> SCHULTZ, 1973, p. 164.

E em relação a cada indivíduo, a educação é, segundo Schultz, um fator de alteração na distribuição pessoal de renda<sup>447</sup>. A promessa da educação superior nos Estados Unidos para os seus estudantes seria a grande variedade de escolhas para o seu investimento em capital humano<sup>448</sup>. Isso leva, por sua vez, a uma grande competição entre as diferentes instituições de educação superior a oferecer os seus cursos para os estudantes mais talentosos. Todo investimento destinado aos estudantes ao longo de sua formação na educação superior corresponde aos possíveis rendimentos que eles teriam se estivessem inseridos no competitivo mercado de trabalho<sup>449</sup>.

A responsabilidade da escolha das qualificações dos estudantes universitários é dos próprios indivíduos, se não da família que investe em seus estudos. Existe na teoria econômica neoliberal de Schultz uma premissa da soberania do estudante como *homo oeconomicus* neoliberal, que faz as suas escolhas de acordo com um interesse privado de aumentar os seus rendimentos futuros no mercado de trabalho: “A chave da soberania do estudante é o autointeresse privado dos estudantes, que fornece o necessário elemento racional”<sup>450</sup>.

Por mais que a educação seja, na visão neoliberal de Schultz, um importante investimento para melhores rendimentos futuros no mercado de trabalho, ela por si só não traz esses benefícios. A partir de uma mentalidade meritocrática a dedicação e o esforço individuais são as principais razões na teoria do capital humano para as melhores posições de emprego:

A educação, sem dúvida alguma, aumenta a mobilidade de uma determinada força de trabalho, mas os benefícios em mudar-se de lugar a fim de conseguir melhores vantagens quanto a oportunidades de trabalho (emprego) são predominantemente, senão totalmente, benefícios de ordem privada. (SCHULTZ, 1973, p. 176)

Colocando em segundo plano a questão da formação cultural dos estudantes – orientada para a cidadania e para vida política democrática –, Schultz alega que o autointeresse dos indivíduos é a fonte dos principais benefícios a partir da educação: “Não é óbvio que o autointeresse político dos diplomados dos colégios resulte em cidadãos mais responsáveis ou num governo mais perfeito (...)"<sup>451</sup>. A partir dessa perspectiva do

---

<sup>447</sup> SCHULTZ, 1973, p. 168.

<sup>448</sup> SCHULTZ, 1973, p. 173.

<sup>449</sup> SCHULTZ, 1973, p. 173.

<sup>450</sup> SCHULTZ, 1973, p. 174.

<sup>451</sup> SCHULTZ, 1973, p. 176.

autointeresse dos estudantes, Schultz considera relevante um maior debate sobre o que chama de “empreendimento acadêmico”<sup>452</sup>. Esse termo está de acordo com o modo de gestão, especialmente do ensino superior, da instituição educacional ao modo de uma empresa privada com a finalidade de garantir maior eficiência<sup>453</sup>.

Além da educação formal (desde a educação infantil até o ensino superior), já foi visto que Schultz considera a pesquisa organizada como um dos principais fatores de investimento em capital humano<sup>454</sup>. Segundo a sua definição, tem-se “a pesquisa como uma atividade especializada que exige capacitações especiais e especiais facilidades empregadas para descobrir e desenvolver formas especiais de uma nova informação”<sup>455</sup>. As novas informações descobertas por intermédio da pesquisa especializada possuem propriedades econômicas. E, por isso, a pesquisa é, em termos neoliberais, uma atividade econômica porque necessita de mão de obra aprimorada e também por produzir valor. As pesquisas são um componente fundamental para o progresso da ciência e do desenvolvimento econômico das nações<sup>456</sup>.

A pesquisa também é uma fonte de satisfações dos próprios pesquisadores – tanto por causa dos avanços de seus trabalhos quanto por conta da renda que conseguem a partir deles – assim como de toda a sociedade que se beneficia das novas informações descobertas por eles<sup>457</sup>. As novas informações obtidas pelos pesquisadores dizem respeito às novas capacitações técnicas – que ajudam em novos investimentos em capital humano – e aos novos materiais utilizados na produção capitalista, que representam formas tradicionais de capital não-humano<sup>458</sup>.

Como já foi visto anteriormente, as organizações públicas e privadas de pesquisa podem ter ou não objetivos de lucro a partir de suas atividades<sup>459</sup>. De um jeito ou de outro, Schultz expressa que, apesar de ser uma atividade com investimentos altos, a pesquisa

---

<sup>452</sup> SCHULTZ, 1973, p. 177.

<sup>453</sup> SCHULTZ, 1973, p. 178.

<sup>454</sup> Aliás, segundo Schultz e outros economistas de sua época, os investimentos em educação formal possuem um papel fundamental na inovação criativa no campo das pesquisas científicas. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 220.

<sup>455</sup> SCHULTZ, 1973, p. 194.

<sup>456</sup> SCHULTZ, 1973, p. 194.

<sup>457</sup> SCHULTZ, 1973, p. 195.

<sup>458</sup> Cf. SCHULTZ, 1973, p. 198-199. Um exemplo oferecido por Schultz para falar sobre esses novos materiais são aqueles biológicos, geneticamente modificados em laboratórios, e utilizados com a finalidade de aumentar a produtividade na agricultura. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 200.

<sup>459</sup> SCHULTZ, 1973, p. 203.

possui grandes potenciais de lucro e de rendimento<sup>460</sup>. Desse modo, dentro de uma mentalidade empresarial, Schultz define, em alguns momentos, os pesquisadores como “empreendedores de pesquisa”<sup>461</sup>, uma espécie de empresários de si mesmos que investem em seu próprio capital humano com a finalidade de aumentar os seus rendimentos futuros. Em face de suas experiências na área da agricultura, é comum que Schultz utilize o exemplo desse campo econômico para tratar o papel da pesquisa no investimento em capital humano: “à medida que a modernização da agricultura avança, a demanda das contribuições da pesquisa agrícola torna-se mais forte e mais efetiva”<sup>462</sup>.

Um aspecto que permitiu o avanço da pesquisa agrícola é que os fazendeiros passaram a ter uma formação educacional de melhor qualidade<sup>463</sup>. Por isso, a demanda por novas informações e novas técnicas de cultivo se tornaram ainda mais decisivas para o sucesso econômico dos produtores rurais. O progresso da ciência<sup>464</sup> é, segundo Schultz, a intensificação de novos estudos para a produtividade da agricultura, isto é, o “cenário para uma oferta de novas informações adicionais advindas da pesquisa agrícola”<sup>465</sup>.

\*

Segundo o economista neoliberal estadunidense, “há uma forte conexão entre o investimento em capital humano e o valor econômico do homem ao longo dos tempos”<sup>466</sup>. Sendo os seres humanos dotados de um determinado tipo de capital que está em constante crescimento, Schultz argumenta que as instituições político-econômicas<sup>467</sup> possuem o

---

<sup>460</sup> SCHULTZ, 1973, p. 205.

<sup>461</sup> SCHULTZ, 1973, p. 207.

<sup>462</sup> SCHULTZ, 1973, p. 227.

<sup>463</sup> SCHULTZ, 1973, p. 227.

<sup>464</sup> É notável, segundo o economista da Escola de Chicago, o intercâmbio crescente entre os pesquisadores agrícolas e outros pesquisadores de diferentes áreas e instituições. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 229.

<sup>465</sup> SCHULTZ, 1973, p. 228.

<sup>466</sup> SCHULTZ, 1973, p. 236.

<sup>467</sup> Em suas análises sobre as instituições governamentais, Schultz dá prioridade para as instituições econômicas. Segundo o economista neoliberal, elas são as seguintes: “(...) (1) as instituições que contribuem para a extensão do mercado (como o dinheiro, o crédito, os débitos, os mercados futuros); (2) as instituições que influenciam as adjudicações de risco entre os proprietários dos fatores de produção (entre elas os contratos, a propriedade arrendada, as cooperativas, as corporações, o seguro de vida, os programas de previdência social de caráter público); (3) as instituições que fornecem a vinculação entre os fluxos pessoais e funcionais de rendimentos (por exemplo, a propriedade, incluindo-se as leis da herança, as gratificações por tempo de serviço no trabalho e outros direitos trabalhistas, e as formas de capital humano); e (4) as instituições que estabelecem a estrutura para a produção e a distribuição de bens públicos (serviços) (entre eles, estradas de alto nível, aeroportos, escolas, estações agrícolas experimentais)”. Cf. SCHULTZ, 1973, p. 238.

papel de apoiar e incentivar medidas governamentais de investimento em capital humano. O papel dos investimentos em capital humano para o progresso econômico das nações é tão notável, que ele acredita que está em um momento histórico de protesto ao *status quo* da economia. As contestações às instituições governamentais a partir do crescente investimento em capital humano são contra a supervalorização das propriedades de terra ou do capital não-humano físico em geral nas sociedades capitalistas do seu tempo:

As instituições que governam os direitos privados da terra e de outras formas de capital físico, quando Ricardo e Marx deram as suas contribuições, estariam mais do que inadequadas dentro da sociedade contemporânea, com o seu amplo investimento no capital humana. (SCHULTZ, 1973, p. 236-237)

O campo da educação formal tem o objetivo de produzir capital humano e as instituições de pesquisa são fundamentadas para criar novas informações a serem aproveitadas pela economia<sup>468</sup>. Isso é reflexo do desenvolvimento econômico nas sociedades capitalistas, que, na segunda metade do século XX, está em consonância tanto com o aumento de capitações técnicas dos trabalhadores quanto com a procura cada vez maior de escolarização de alto nível<sup>469</sup>. Na opinião do economista neoliberal, o governo do seu tempo não atende ainda suficientemente às demandas do “autointeresse dos estudantes”<sup>470</sup> e dos “empreendedores acadêmicos”<sup>471</sup>. Ao mesmo tempo que cresce o valor econômico dos seres humanos devido aos investimentos em capital humano, Schultz se coloca a favor de um governo em prol de uma sociedade composta por empresários de si mesmos.

---

<sup>468</sup> SCHULTZ, 1973, p. 241.

<sup>469</sup> SCHULTZ, 1973, p. 245.

<sup>470</sup> SCHULTZ, 1973, p. 249.

<sup>471</sup> SCHULTZ, 1973, p. 249.

## ARTICULAÇÕES FINAIS

É preciso afirmar que o neoliberalismo estadunidense e sua teoria do capital humano concretiza um duplo deslocamento no campo epistemológico: 1) ao compreender a economia como “ciência do comportamento humano”, a governamentalidade neoliberal passa a intervir não apenas em processos mercantis de troca, mas em campos até então “não econômicos” como o da educação (deslocamento no saber econômico clássico); 2) ao entender que o capital humano é formado por meio de investimentos educacionais, os neoliberais da Escola de Chicago fazem com que o tema central da educação – até então privilégio quase absoluto da pedagogia moderna – se torne cada vez mais objeto de preocupação minuciosa dos economistas.

Esse segundo deslocamento é o mais importante para esta tese, visto que analisar a teoria do capital humano é um componente indispensável para pensar o fenômeno ainda recente de “neoliberalização” da educação, isto é, o modo de governo econômico do neoliberalismo no campo especificamente educacional. Através do neoliberalismo da Escola de Chicago, internacionaliza-se o discurso do crescimento econômico dos países orientados por políticas educacionais de investimento em educação formal e em pesquisa especializada com fins de melhorias em capital humano. Com isso, não apenas a administração da educação se torna um propósito econômico, mas a própria educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano.

Apesar de economistas como Schultz se colocarem como detentores de um saber educacional, é sabido que a problemática da educação e da infância é tema central da pedagogia como saber e arte de governar as crianças. No artigo intitulado “A infância sob o olhar da Pedagogia: traços da escolarização na Modernidade”, Haroldo de Resende aborda a emergência da pedagogia como “ciência da educação” e a infância, objeto dessa ciência<sup>472</sup>.

Na mesma Modernidade em que se forjaram as ciências humanas, também emerge a pedagogia, que exerce o governo da infância. Um dos principais objetivos dessa arte pedagógica de governar as crianças – motivada por uma relação desse governo com

---

<sup>472</sup> RESENDE, 2019, p. 129.

a verdade produzida pela pedagogia entendida como uma ciência – é a “produção da subjetividade infantil moderna”<sup>473</sup>. A proposta da pedagogia como governamentalidade infantil é melhor conhecer as crianças para melhor governá-las. As crianças passam a ser encaradas como seres diferentes dos adultos, de modo que não possuem autonomia, não respondem por si próprias e precisam ser geridas por aqueles. O modo que a pedagogia encontrou de governar a infância foi mediante a conversão das crianças em “alunos” a partir de uma instituição tipicamente moderna: a escola<sup>474</sup>. Através do saber e da prática científicos da pedagogia, a população infantil foi paulatinamente “escolarizada”. Por meio da escolarização das crianças, os governos políticos modernos conformaram a infância em prol de um projeto social voltado para os seus interesses e do capitalismo emergente. Uma vez escolarizada, a infância se tornou calculável, disciplinada e racionalizada pela governamentalidade liberal<sup>475</sup>. Graças à obrigatoriedade escolar, esse processo de escolarização e de governo da infância foi acelerado em diversos lugares do mundo. A criança convertida em aluno no âmbito escolar é conduzida por um governo pedagógico, fazendo com que ela seja mais facilmente governada para propósitos políticos modernos de docilização política e de produtividade econômica<sup>476</sup>.

De acordo com um outro artigo de Haroldo de Resende intitulado “A educação por toda vida como estratégia de biorregulação neoliberal”, o neoliberalismo utiliza a educação como uma importante ferramenta de condução de condutas não apenas da infância, mas de todas as fases da vida dos indivíduos. Esse governo neoliberal da educação não se restringe ao âmbito disciplinar da escola, mas é como “uma espécie de inflação educativa em todo o corpo social”<sup>477</sup>. Esse corpo social, também chamado por Resende de “sociedade do conhecimento”<sup>478</sup> – conhecida também como “cidade educativa”, “sociedade da aprendizagem” ou “sociedade educativa” – é habitado pelo empreendedor de si mesmo, o *homo oeconomicus* neoliberal. Nesse campo social educativo, o sujeito neoliberal é formado a partir do regime de verdade da teoria do capital humano, que define “o lugar da educação por toda a vida no espaço da realidade da

---

<sup>473</sup> RESENDE, 2019, p. 130.

<sup>474</sup> RESENDE, 2019, p. 131.

<sup>475</sup> RESENDE, 2019, p. 132.

<sup>476</sup> RESENDE, 2019, p. 133-134.

<sup>477</sup> RESENDE, 2018, p. 77.

<sup>478</sup> RESENDE, 2018, p. 81.

composição social”<sup>479</sup>.

A partir de uma racionalidade econômica de investimento contínuo em capital humano para rendimentos futuros constantes, o empreendedor de si mesmo entendido como “aprendiz permanente”<sup>480</sup> obtém a sua formação no âmbito escolar e para além dele ao longo de toda a sua vida. Na sociedade neoliberal do conhecimento, o *homo oeconomicus* deve aprimorar permanentemente a sua educação para obter melhores oportunidades no mercado de trabalho. Segundo Resende, a constituição de uma sociedade do conhecimento – com tanta sintonia com a teoria do capital humano da Escola de Chicago – diz respeito à “centralidade no indivíduo educado, formado, especialista e especializado”<sup>481</sup>. Com esse modelo neoliberal de sociedade, a educação se encontra saturada em todos os aspectos da vida das pessoas, de modo que há um apagamento das fronteiras da escola, pretensamente o único lugar de formação educacional. A governamentalidade neoliberal globalizou a educação vitalícia como uma prática de condução de condutas, graças ao apelo da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) – organização vinculada à ONU (Organização das Nações Unidas) – pela formação de uma sociedade do conhecimento<sup>482</sup>.

Tão cara aos discursos sobre a educação em tempos neoliberais, a expressão “aprender a aprender”<sup>483</sup> – que está associada tanto à formação escolar quanto à formação profissional – se converteu em uma máxima sobre a maneira como a educação deve cada vez mais ser empregada na vida dos indivíduos vistos como empresários de si mesmos e do seu próprio futuro. A sociedade educativa se encarrega de ajustar a formação contínua dos indivíduos às necessidades do mercado neoliberal de novos e mais especializados trabalhadores para o mundo do emprego. Ao longo de sua vida escolar e pós-escolar, o indivíduo investe em seu próprio capital humano para preencher uma vaga no concorrido mercado de trabalho em tempos neoliberais<sup>484</sup>.

Graças ao neoliberalismo, a economia se integrou progressivamente mais no debate educacional e a educação ficou cada vez dependente das normas econômicas do mercado para o seu exercício e a sua funcionalidade. A escola se converteu em instituição

---

<sup>479</sup> RESENDE, 2018, p. 78.

<sup>480</sup> RESENDE, 2018, p. 82.

<sup>481</sup> RESENDE, 2018, p. 82.

<sup>482</sup> RESENDE, 2018, p. 82.

<sup>483</sup> RESENDE, 2018, p. 84.

<sup>484</sup> RESENDE, 2018, p. 89.

de investimento em capital humano e de formação de indivíduos educados, capacitados e especializados para concorrer a um posto no mundo do emprego<sup>485</sup>. Resende lembra que não há “correlação direta entre nível de escolarização e inserção no mercado de trabalho”<sup>486</sup>. Mesmo assim, a escolarização interminável na sociedade educativa neoliberal é uma forma de normalizar o indivíduo escolarizado em detrimento do indivíduo não-escolarizado. Ele ainda afirma que o diploma – um importante dispositivo na sociedade educativa no contexto neoliberal – se torna um comprovante do “valor de mercado na constituição do capital humano”<sup>487</sup>. A busca incessante pelo diploma, pelo investimento em capital humano e por rendimentos futuros no mercado de trabalho leva ao “alongamento do tempo escolar”<sup>488</sup> dos indivíduos na sociedade educativa. Esse prolongamento da escolarização não é encontrado somente nos níveis mais avançados de ensino – graduação e pós-graduação universitárias –, mas também no objetivo de “escolarizar a infância cada vez mais precocemente”<sup>489</sup>. Isso é refletido por meio da “obrigatoriedade da educação infantil na mais tenra idade”<sup>490</sup>.

No caso específico do Brasil, Resende sustenta em seu artigo “Segurança e desenvolvimento: a educação como dispositivo de biorregulação no período militar” que a governamentalidade (neo)liberal em exercício na época da Ditadura Civil-Militar (1964 – 1984) – correspondente ao período de emergência da teoria do capital humano na Escola de Chicago – se utiliza da educação como uma prática securitária de regulamentação populacional. Um dos principais objetivos da racionalidade educacional no regime militar brasileiro era fixar a “divisão social da formação educacional”<sup>491</sup>, de maneira que as elites garantissem acesso aos níveis mais qualificados de ensino – formação universitária – e as massas apenas se restringissem a um ensino voltado ao “suprimento da necessidade de trabalho qualificado pela rede escolar para o atendimento de setores da economia que careciam de mão-de-obra com certa especialização técnica que se daria a prazo (mais) curto e custo mais baixo”<sup>492</sup>.

Com o entendimento de que a educação é uma forma de investimento para o

---

<sup>485</sup> RESENDE, 2018, p. 90.

<sup>486</sup> RESENDE, 2018, p. 90.

<sup>487</sup> RESENDE, 2018, p. 91.

<sup>488</sup> RESENDE, 2018, p. 92.

<sup>489</sup> RESENDE, 2018, p. 92.

<sup>490</sup> RESENDE, 2018, p. 92.

<sup>491</sup> RESENDE, 2020, p. 47.

<sup>492</sup> RESENDE, 2020, p. 51.

desenvolvimento econômico do país, Resende defende que já na época da Ditadura Civil-Militar existe uma “clara valorização do capital humano como vetor das relações e gradiente de inteligibilidade própria questão educacional”<sup>493</sup>:

A noção de utilidade do indivíduo para o desenvolvimento econômico-social por intermédio da formação educacional perpassa os propósitos da escolarização brasileira naquele período que, por sua vez, atrela-se recorrentemente à ideia do capital humano, do indivíduo dotado de atributos e características que o habitariam a galgar níveis escolares mais graduados, numa medida ajustada à suas aptidões. (RESENDE, 2020, p. 51)

Para além de suas funções disciplinares de docilizar os corpos e torná-los mais produtivos, a educação escolar na época da Ditadura Civil-Militar serviu como um instrumento biopolítico de organização e de defesa dos “perigos” à sociedade brasileira. A sua principal função era a manutenção das elites na formação universitária-cultural e das massas trabalhadoras na formação de mão-de-obra voltada para a necessidades mais imediatas do mercado (neo)liberal. Já nessa época, portanto, é possível perceber a formação de uma população de *homo oeconomicus* via políticas educacionais, uma vez que os indivíduos são responsabilizados pelo seu sucesso/fracasso profissional segundo a formação que decidiram para si mesmos.

No artigo “Política da vida, produção de verdade e dívida como técnica de governo no meio educacional”, Resende traz à tona a questão da circulação de regimes de verdade através dos dispositivos da educação<sup>494</sup>. No caso do neoliberalismo, o discurso do empresariamento e da mercantilização como modos de vida se torna lugar comum nas sociedades contemporâneas graças à educação e à escolarização<sup>495</sup>: “É o empresariamento invadindo os processos da vida pelas sendas do campo educacional”<sup>496</sup>.

Havendo o empresário de si mesmo – o *homo oeconomicus* neoliberal – como fabricação de subjetividade correspondente ao regime de verdade em circulação no neoliberalismo, os investimentos em capital humano por meio da educação – escolar ou não – para o aprimoramento de suas próprias aptidões e competências se torna um imperativo da sociedade empresarial<sup>497</sup>. Nessa sociedade em que cada indivíduo é uma empresa de si mesmo, a educação – até então uma atividade não-econômica – ganha

---

<sup>493</sup> RESENDE, 2020, p. 49.

<sup>494</sup> RESENDE, 2021, p. 191.

<sup>495</sup> RESENDE, 2021, p. 194.

<sup>496</sup> RESENDE, 2021, p. 207.

<sup>497</sup> RESENDE, 2021, p. 196-197.

importância para a sua formação empresarial, uma vez que serve como meio de investir em seu próprio capital e para manter a prática de governo específico do neoliberalismo voltada para a generalização das relações de mercado na sociedade<sup>498</sup>. Por intermédio da educação, os indivíduos são convocados a se constituírem a si mesmos como empreendedores de si mesmos através do regime de verdade da teoria neoliberal do capital humano. Já que a educação é vista como uma prática de investimento e de empresariamento, ela se estende por toda a vida do *homo oeconomicus* que se reconhece como um “aprendiz permanente”<sup>499</sup>.

A educação no contexto neoliberal da sociedade empresarial se converte em “mercadoria necessária no investimento do capital humano”<sup>500</sup>. Daí, existe um aspecto que pode ser interpretado como uma crítica à teoria do capital humano desenvolvida na Escola de Chicago através dos economistas de que falamos no terceiro Capítulo, como Theodore Schultz e Gary Becker: através da lógica neoliberal dos investimentos educacionais e da educação como uma mercadoria, há o risco real de os indivíduos contraírem “dívidas para a aquisição de qualificação por meio de mais educação, de mais escolarização, de mais formação”<sup>501</sup>. O aspecto da dívida como dispositivo da governamentalidade neoliberal é algo que foge das análises de Michel Foucault em *Nascimento da biopolítica*, talvez em virtude da novidade do neoliberalismo ainda em 1979. De todo modo, Foucault contribui muito para a compreensão da constituição da subjetividade neoliberal na figura do empresário de si mesmo e o seu modo de vida que envolve, por exemplo, os investimentos educacionais como uma prática (auto)empresarial<sup>502</sup>.

No caso específico do Brasil atual, Resende chama a atenção para as práticas governamentais de empresariamento do Ministério da Educação como é o caso do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil)<sup>503</sup>. Com uma linha de crédito voltada para estudantes de classes populares que não tiveram acesso ou não puderam finalizar os próprios estudos no ensino superior, Resende alerta para os casos de estudantes

---

<sup>498</sup> RESENDE, 2021, p. 197.

<sup>499</sup> RESENDE, 2021, p. 197.

<sup>500</sup> RESENDE, 2021, p. 198.

<sup>501</sup> RESENDE, 2021, p. 198.

<sup>502</sup> RESENDE, 2021, p. 199.

<sup>503</sup> RESENDE, 2021, p. 199-200.

inadimplentes ou endividados nesse processo de financiamento estudantil<sup>504</sup>. Ele destaca no seu artigo “Política da vida, produção de verdade e dívida como técnica de governo no meio educacional”, que não apenas os estudantes são alvos das dívidas, dispositivo da governamentalidade neoliberal, mas os professores como empresários de si mesmos também. Dentro da racionalidade neoliberal de mercado cada vez mais normalizado dentro das instituições de ensino, os profissionais da educação são inseridos em contexto concorrencial, onde são pressionados cada vez mais a atingir metas estipuladas pelos órgãos do governo<sup>505</sup>.

Em um artigo mais recente intitulado “O neoliberalismo como guerra continuada na educação”, Resende explora características da atual governamentalidade neoliberal, que estão bem além do que os economistas da Escola de Chicago previam para tanto para a educação quanto para a sociedade de modo geral. Ele parte da premissa de que se vive hoje em dia uma guerra civil generalizada em todos os âmbitos da vida social, inclusive no campo da educação através de uma guerra contra a escola pública<sup>506</sup>. Ele resgata a noção de “pedagogia do perigo”<sup>507</sup> utilizada por Michel Foucault em *Nascimento da biopolítica* para descrever o funcionamento da governamentalidade liberal em sua tensão permanente entre liberdade e segurança. O resgate dessa noção ajuda a descrever o estado de permanente insegurança nas sociedades neoliberais contemporâneas no que se refere ao estado bélico de constantes enfrentamentos entre “conservadores” e “progressistas”, sobretudo no campo da educação.

Através de um processo de repetidos ataques à democracia, à vida pública e à sociedade civil, a governamentalidade neoliberal passou a funcionar cada vez mais a partir de uma guerra social e de um estado de frequente insegurança entre os indivíduos. Por exemplo, a educação no âmbito da atual arte de governar neoliberal fica dividida em acalorados debates e embates entre grupos de “perfis antagônicos de mundo, de sociedade, de escola, de subjetividade”<sup>508</sup>. Com a ascensão dos grupos conservadores de extrema-direita aos governos políticos, existe cada vez mais um uso hipócrita de valores tradicionais (e não apenas uma valorização exacerbada da tradição), de um ideal de liberdade individualista sem qualquer relação com os direitos humanos estabelecidos

---

<sup>504</sup> RESENDE, 2021, p. 200.

<sup>505</sup> RESENDE, 2021, p. 204-205.

<sup>506</sup> RESENDE, 2024, p. 177.

<sup>507</sup> RESENDE, 2024, p. 185-186.

<sup>508</sup> RESENDE, 2024, p. 186.

segundo moldes iluministas e, principalmente, através de uma veneração à religião e à família como protetora da moral e dos bons costumes<sup>509</sup>. O modelo de educação apregoados pelos grupos de extrema-direita é especialmente a educação domiciliar, também conhecida como *homeschooling*<sup>510</sup>. Apesar de não ser ainda formalmente legitimada por leis no Brasil, a educação doméstica se apresenta como uma contraposição ferrenha ao modelo atual de educação pública cada vez mais perseguido, precarizado e sucateado. Por meio do *homeschooling*, os pais se convertem em “profissionais da educação” de seus filhos, que são retirados do contexto de ensino-aprendizagem da instituição escolar. Em meio a um contexto de insegurança e de perigo nas sociedades neoliberais atuais, os pais justificam essa prática educacional por conta de ameaças à vida dos seus filhos no ambiente escolar<sup>511</sup>. Uma outra justificativa dos grupos de extrema-direita para o projeto educacional do *homeschooling* é que ela consiste em uma prática de ensino-aprendizagem voltada para as necessidades individuais do estudante entendido como *homo oeconomicus*. Sem a interferência do Estado, os pais podem educar os seus filhos com total liberdade em relação aos principais documentos norteadores da educação escolar brasileira<sup>512</sup>. Uma vez que os pais cuidam da educação de seus filhos como empresários de si mesmos, encontram na educação domiciliar uma “atenção para a acumulação do capital humano dos seus filhos e para a maximização futura dos rendimentos advindos dessa acumulação”<sup>513</sup>. Essa ideia vai ao encontro do que Foucault descreveu em *Nascimento da biopolítica* sobre a transmissão de capital humano dos pais para os filhos como uma espécie de herança.

A educação doméstica no contexto neoliberal de guerra civil é um cruzamento entre os valores tradicionais da moral, da religião e da família e os ideais neoliberais de exaltação dos indivíduos como empresários de si mesmos, que visam à constituição, ao investimento e à acumulação de seu próprio capital humano<sup>514</sup>. Nessa perspectiva educacional do *homeschooling*, os indivíduos são convertidos pela família em empresas desde a primeira infância para que realizem um “refinamento num altíssimo grau da

---

<sup>509</sup> RESENDE, 2024, p. 186-187.

<sup>510</sup> RESENDE, 2024, p. 186-187.

<sup>511</sup> RESENDE, 2024, p. 186-187.

<sup>512</sup> RESENDE, 2024, p. 186-187.

<sup>513</sup> RESENDE, 2024, p. 188.

<sup>514</sup> RESENDE, 2024, p. 189.

produção de capital humano”<sup>515</sup>.

Com tudo isso, ficam os questionamentos: 1) Como reacender os valores democráticos em todos os campos sociais a partir de um contexto de permanente guerra na governamentalidade neoliberal? 2) Como criar resistências e contracondutas em relação aos ataques à educação democrática, especialmente representada nas instituições escolares públicas?

---

<sup>515</sup> RESENDE, 2024, p. 190.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Gary. *Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

CALOMENI, Tereza C. “*O ronco surdo da batalha*: poder disciplinar e biopolítica”. In.: RESENDE, Haroldo de (Org.). *Michel Foucault: o ronco surdo da batalha*. São Paulo: Intermeios, 2018.

\_\_\_\_\_. “A intempestividade da filosofia: a tarefa filosófica de pensar o presente”. In.: RESENDE, Haroldo de. *Michel Foucault: transversais entre educação, filosofia e história*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

CASTELO BRANCO, Felipe; YAZBEK, André. “Apresentação: pensar o neoliberalismo”. In.: CASTELO BRANCO, Felipe; YAZBEK, André (Org.). *Pensar o neoliberalismo: epistemologia, política, economia*. Recife: Editora Ruptura, 2023.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2023.

\_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

\_\_\_\_\_. “O nascimento da medicina social”. In.: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LEMKE, Thomas. *Foucault, governamentalidade e crítica*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017.

RESENDE, Haroldo de. “Disciplina e regulamentação: entrecruzamentos entre sistema carcerário e biopolítica”. In.: RESENDE, Haroldo de (Org.). *Michel Foucault: transversais entre educação, filosofia e história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. “A infância sob o olhar da Pedagogia: traços da escolarização na Modernidade”. In.: RESENDE, Haroldo de (Org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

\_\_\_\_\_. “Segurança e desenvolvimento: a educação como dispositivo de biorregulação no período militar”. In.: RESENDE, Haroldo de (Org.). *Repensar a história da educação, pensar a política na história da educação*. São Paulo: Intermeios, 2020.

\_\_\_\_\_. “A educação por toda a vida como estratégia de biorregulação neoliberal”. In.: RESENDE, Haroldo de (Org.). *Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação*. São Paulo: Intermeios, 2018.

\_\_\_\_\_. “Política da vida, produção de verdade e dúvida como técnica de governo no meio educacional”. In.: RESENDE, Haroldo de (Org.). *Michel Foucault: da produção de verdades ao governo da vida*. São Paulo: Intermeios, 2021.

\_\_\_\_\_. “O neoliberalismo como guerra continuada na educação”. In.: RESENDE, Haroldo de (Org.). *Michel Foucault: a política neoliberal como guerra continuada*. Campinas-SP: Pontes Editores, 2024.

SCHULTZ, Theodore. *O capital humano: investimentos em Educação e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SENELLART, Michel. “Situação dos cursos”. In.: FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2023.

YAZBEK, André. “A lógica normativa do saber neoliberal”. In.: CASTELO BRANCO, Felipe; YAZBEK, André (Org.). *Pensar o neoliberalismo: epistemologia, política, economia*. Recife: Editora Ruptura, 2023.

\_\_\_\_\_. “Da relação entre poder soberano e biopoder em Michel Foucault e a hipótese de uma ‘violência colonial’ a partir de Achille Mbembe”. In.: RESENDE, Haroldo de (Org.). *Michel Foucault: da produção de verdades ao governo da vida*. São Paulo: Intermeios, 2021.



